



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**ADRIANO DE OLIVEIRA LIMA**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO SÍTIO  
DO MEIO E CASSATINGA EM ITIÚBA (BA)**

Salvador  
2013

**ADRIANO DE OLIVEIRA LIMA**

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NOS PROJETOS DE ASSENTAMENTO SÍTIO  
DO MEIO E CASSATINGA EM ITIÚBA (BA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Professora Dra. Guiomar Inez Germani

Salvador  
2013

---

L732 Lima, Adriano de Oliveira

A produção do espaço nos Projetos de Assentamento Sítio do Meio e Cassatinga em Itiúba (BA) / Adriano de Oliveira Lima.- Salvador, 2013.

155 f. : il. + anexos

Orientadora: Profa. Dra. Guiomar Inez Germani.

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2014.

1. Geografia humana - Itiúba (BA). 2. Reforma agrária. 3. Camponeses.  
4. Projetos de Assentamento Cassatinga e Sítio do Meio. I. Germani, Guiomar Inez.  
II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências. III. Título.

CDU: 911. 3(813.8)

---

Elaborada pela Biblioteca do Instituto de Geociências da UFBA.

TERMO DE APROVAÇÃO

**A produção do espaço nos projetos de assentamento Sítio do Meio e  
Cassatinga em Itiúba (BA).**

**ADRIANO DE OLIVEIRA LIMA**

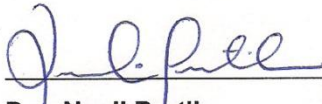
BANCA EXAMINADORA



**Dra. Guiomar Inez Germani**

Doutora em Geografia

Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



**Dra. Noeli Pertile**

Doutora em Geografia

Departamento de Geografia, UFBA, Brasil.



**Dr. José Levi Furtado Sampaio**

Doutor em Geografia Humana.

Departamento de Geografia, UFC, Brasil.

**Aprovado em Sessão Pública de 06/05/2013.**

*“Se é verdade que os seres humanos podem construir suas próprias geografias, e se as desigualdades inerentes ao desenvolvimento capitalista tornam inaceitável o sofrimento imposto a milhões de pessoas em um lugar enquanto propicia benfeitorias econômicas em outro, então seguramente a única questão remanescente é identificar os agentes possíveis e aceitáveis da mudança futura”.*

*(Neil Smith)*

## AGRADECIMENTOS

No processo de construção deste trabalho, além do esforço do pesquisador para torná-lo concreto, buscou-se um diálogo e contribuição de diversos sujeitos. Neste sentido, registram-se os agradecimentos a todos que, direta ou indiretamente contribuíram neste percurso.

A Deus pela presença no caminho trilhado, pela força e equilíbrio necessários à concretização deste trabalho.

A minha família pelo apoio e amor incondicional.

A Professora Guiomar Inez Germani pelas orientações no processo de construção deste trabalho e pelo seu exemplo de dedicação e seriedade.

Aos professores José Levi e Noeli Pertile que aceitaram participar da banca de qualificação do projeto e de defesa desta dissertação.

A Professora Janeide Bispo de Sousa, pelo incentivo em dar continuidade ao processo de pesquisa iniciado no Curso de Graduação em Geografia.

Ao Projeto GeografAR, que me permitiu a experiência de entender a Universidade para além do ensino, mas através da articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Agradeço ao grupo pelos momentos de discussão, por compartilhar experiências e contribuir para o crescimento de seus integrantes.

Aos professores e secretários do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFBA pelas contribuições.

Aos colegas e amigos do Mestrado em Geografia da UFBA, com os quais pude conviver e aprender.

Aos funcionários do INCRA que contribuíram com informações e na obtenção de materiais referentes aos Projetos de Assentamento Sítio do Meio e Cassatinga.

A Pablício Vieira Moura que ajudou na elaboração dos mapas da dissertação.

A FAPESB e a CAPES, cujas bolsas fornecidas (de março a julho de 2012 e de agosto de 2012 a março de 2013, respectivamente) também contribuíram para o desenvolvimento desta dissertação.

A Secretaria de Educação do Município de Queimadas pela licença concedida para o cumprimento dos créditos disciplinares do Mestrado.

Aos assentados de Sítio do Meio e de Cassatinga que contribuíram com informações relevantes nas entrevistas, oficinas e outros momentos de diálogo. Em especial, agradecemos aos integrantes da diretoria das associações de cada assentamento e ao agente de saúde.

## RESUMO

Neste trabalho, buscou-se analisar o processo de produção do espaço nos Projetos de Assentamento Cassatinga e Sítio do Meio, localizados no município de Itiúba (BA). Nesta direção, tomou-se como ponto de partida, a compreensão das distintas formas de dominialidade jurídica na origem da propriedade da terra de cada assentamento estudado: a Fazenda Sítio do Meio era área particular e a Fazenda Cassatinga era área devoluta ocupada por particulares. Ou seja, buscou-se entender como estas especificidades definiram e condicionaram a dinâmica sócio-espacial dos Assentamentos Cassatinga e Sítio do Meio. Esta dissertação se insere na relação dos diversos trabalhos geográficos que têm como recorte analítico os Projetos de Assentamento da Reforma Agrária. A partir da segunda metade da década de 1980, com a instituição do I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA) no Brasil, o espaço agrário foi dotado de uma nova realidade sócio-espacial, instituída com o processo de implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária. Estes espaços expressam uma intervenção do Estado através das suas políticas públicas e, ao mesmo tempo, significa um produto da luta e dos conflitos sociais engendrados no campo brasileiro. Neste sentido, estudá-los a partir da Geografia, possibilitou entender as distintas relações sociais que se estabeleceram no processo de produção do espaço e os resultados no recorte espacial analisado. No caso de Sítio do Meio, para facilitar o entendimento deste processo e para fins metodológicos, optou-se por estabelecer uma periodização, pela qual considerou-se três momentos articulados. No primeiro, trata-se do período anterior à ocupação pelos trabalhadores sem terra, e resgata-se o contexto histórico, em que se efetivou o plantio do sisal, na propriedade da Companhia de Celulose da Bahia (CCB). No segundo momento, destaca-se o período iniciado com a ocupação e com o processo de luta pela desapropriação da fazenda. Nesta direção, destaca-se os conflitos e enfrentamentos estabelecidos na luta para legitimar a conquista da terra, por meio da desapropriação e implantação do assentamento. No terceiro momento, destaca-se o período iniciado com a implantação oficial do Projeto de Assentamento de Reforma Agrária, em 1996. No que se refere ao Projeto de Assentamento Cassatinga, por ser implantado em área cuja dominialidade remete a terras devolutas, foi criado, primeiramente pelo Estado da Bahia, através da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA) e posteriormente reconhecido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para ter acesso às políticas públicas do Plano Nacional da Reforma Agrária. Assim, efetivou-se uma análise deste processo, através de investigação da Fazenda Cassatinga antes da ocupação, seguindo-se pelo movimento de ocupação e luta dos camponeses para resistir na terra, frente aos obstáculos encontrados e, finalmente, aborda-se a criação do Projeto de Assentamento Cassatinga e sua atual situação. Estas díspares formas de dominialidade jurídica de cada fazenda que foi transformada em assentamento e as distintas formas de legitimação, instituídas pelo INCRA e CDA, repercutiram nos desdobramentos e resultados de cada assentamento.

**Palavras-chave:** Luta pela terra; Reforma Agrária; Projetos de Assentamento; Produção do espaço; Campesinato.



## ABSTRACT

In this study, we sought to analyze the process of production of space in the Settlement Projects Cassatinga and Sítio do Meio, located of Itiúba (BA). In this direction, as first step, we seek the understanding about distinct forms of juridic in origin land dominials of each settlement studied: the “Sítio do Meio” farm was particular area and the “Cassatinga” farm was inhabited land occupied by individuals. That is, we sought to understand how these specific things defined and conditioned the social and spatial dynamics of “Sítio do Meio” and “Cassatinga” Settlements. This dissertation analyzes the Settlement Projects of Agrarian Reform. From the second half of the 1980s, with the establishment of the First National Plan of Agrarian Reform (I PNRA) in Brazil, the agrarian space had the new social and spatial reality, with implantation of settlements projects of agrarian reform. The significance of these spaces is a public intervention through public politic and, in the same time, it is a product of the fight and the social conflicts in the Brazilian camp. In this sense, studying them from the Geography, enabled to understand the different social relations that were established in the process of production of space and results in spatial area analyzed. About “Sítio do Meio”, to facilitate the understanding of this process and for methodological purposes, it was decided to establish a timeline with three interrelated moments. At first moment, this is the period prior to the occupation by landless workers, and rescues the historical context in which to materialize sisal’s planting, inside of the property of the Company “Companhia de Celulose da Bahia” (CCB). At the second moment, we analyzed the period that began with occupied and with process of fight by farm disappropriation. In this direction, we highlight the conflicts and confrontations established in the fight to legitimize the conquest of land through disappropriation and implementation of the settlement. The third phase, we highlight the period with official implementation of the Settlement Project for Agrarian Reform in 1996. The “Cassatinga” settlement project, it was deploying in inhabited land. This project was created by State of the Bahia through Coordination of Agrarian Development (Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA) and this project was recognized by the National Institute of Colonization and Agrarian Reform (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA) to have access to public policies of the National Agrarian Reform. The study analyzed this process through to investigation of “Cassatinga” farm before occupation, following by occupation movement and the fight of the peasants by the land and to broach the creation of “Cassatinga” Settlement Project and the current situation. The different forms about juridic dominials of each farm that they were transformed into settlement and the distinct forms of legitimation, by INCRA and CDA, echoed the ramifications and results of each settlement.

**Keywords:** Fight for Earth, Land Reform, Settlement Projects, Production space; Peasantry.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: PAs Sítio do Meio e Cassatinga no Município de Itiúba.....	23
Figura 2: Cerca e cancela construída em Sítio do Meio pela CCB .....	57
Figura 3: Parcelamento do Projeto de Assentamento Sítio do Meio .....	68
Figura 4: Agrovila I em Sítio do Meio .....	69
Figura 5: Agrovila II em Sítio do Meio .....	69
Figura 6: Caixa d'água .....	71
Figura 7: Postes de Energia Elétrica .....	71
Figura 8: Estrada e Aguada .....	71
Figura 9: Orelhão com telefone .....	71
Figura 10: Construção onde o motor está inserido .....	74
Figura 11: Captação de água .....	74
Figura 12: Cisterna com captação de água .....	75
Figura 13: Ruínas de casa no lote .....	96
Figura 14: Ruínas de prédio escolar .....	96
Figura 15: Residência em Cassatinga .....	98
Figura 16: Família em Cassatinga .....	98
Figura 17: Bovinos .....	104
Figura 18: Caprinos .....	104
Figura 19: Ovinos .....	105
Figura 20: Aves .....	105
Figura 21: Plantação de Palma .....	105
Figura 22: Horta Comunitária .....	105
Figura 23: Campo de sisal no PA Cassatinga .....	114
Figura 24: Desfibramento do sisal em máquina paraibana .....	115
Figura 25: Equipamento usado para separar buchas e resíduos .....	116
Figura 26: Secagem da fibra do sisal .....	116
Figura 27: Fardo de sisal .....	116
Figura 28: Sede da Associação em Sítio do Meio .....	121
Figura 29: Sede em construção da Associação de Cassatinga .....	123
Figura 30: Delimitação do perímetro de Sítio do Meio .....	125
Figura 31: Parcelamento do PA Sítio do Meio .....	126
Figura 32: Oficina com a diretoria da Associação em Sítio do Meio .....	127

Figura 33: Prédio escolar .....	128
Figura 34: Meios de transporte .....	131

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização dos PAs Sítio do Meio e Cassatinga em Itiúba (BA) .....	21
Mapa 2: Projetos de Assentamento de Reforma Agrária Sítio do Meio e Cassatinga em Itiúba (BA) .....	22
Mapa 3: Índice de Gini: Estado da Bahia, 2012 .....	39
Mapa 4: Projetos de Assentamento de Reforma Agrária por município, 2010: Estado da Bahia .....	54
Mapa 5: Municípios de origem dos assentados de Sítio do Meio .....	62
Mapa 6: Projeto de Assentamento Sítio do Meio em Itiúba (BA) .....	67
Mapa 7: Estruturação inicial dos lotes de Cassatinga .....	84
Mapa 8: Delimitação da Fazenda Cassatinga .....	86
Mapa 9: Estruturação dos lotes de Cassatinga a partir da titulação .....	87
Mapa 10: Bahia: Projetos de Assentamento da Reforma Agrária consolidados .....	92
Mapa 11: Estado da Bahia: Municípios produtores de sisal ou agave, 2011 .....	110

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Município de Itiúba-Ba: Evolução do Índice de Gini, 1940-2006 .....	40
---	----

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil: estrutura fundiária, 2006 .....	37
Tabela 2: Bahia: estrutura fundiária, 2006 .....	38
Tabela 3: Município de Itiúba (BA): estrutura fundiária, 2006 .....	42
Tabela 4: Município de Itiúba (BA): estrutura fundiária, 1985 .....	57
Tabela 5: Município de Itiúba (BA): estrutura fundiária, 1995/96 .....	58
Tabela 6: Municípios de origem dos assentados de Sítio do Meio .....	60
Tabela 7: PA Sítio do Meio: Local da principal moradia dos beneficiários .....	70
Tabela 8: PA Sítio do Meio: Assentados, por faixa etária .....	72
Tabela 9: PA Sítio do Meio: Assentados (por faixa etária, alfabetizados, não alfabetizados) .....	73
Tabela 10: PA Sítio do Meio: número de beneficiários, por sexo .....	74
Tabela 11: PA Sítio do Meio: Abastecimento de água .....	75
Tabela 12: PA Sítio do Meio: Tratamento da água .....	76
Tabela 13: PA Sítio do Meio: Destino do lixo .....	76
Tabela 14: Assentamento da Reforma Agrária no Município de Itiúba, em 2011 .....	79
Tabela 15: PA Cassatinga: Local da principal moradia dos beneficiários .....	97
Tabela 16: PA Cassatinga: Assentados, por faixa etária .....	98
Tabela 17: PA Cassatinga: Abastecimento de água .....	99
Tabela 18: PA Cassatinga: Tratamento da água .....	99
Tabela 19: PA Cassatinga: Destino do lixo .....	99
Tabela 20: Produção do sisal ou agave (fibra) no município de Itiúba, 2011 .....	108
Tabela 21: Produção de sisal ou agave no Brasil, 2011 .....	109
Tabela 22: Maiores produtores de sisal ou agave no estado da Bahia, 2011 .....	111
Tabela 23: Indicadores sobre os maiores produtores de sisal no estado da Bahia ....	112
Tabela 24: Produção de sisal em Sítio do Meio, 2010 e 2012 .....	113
Tabela 25: Produção de sisal em Cassatinga, 2011 e 2012 .....	113
Tabela 26: Principais alternativas procuradas pelas famílias nos casos de doença ...	130
Tabela 27: Principais meios de transporte usados pelos assentados .....	131

## LISTA DE SÍGLAS E ABREVIATURAS

Art. Artigo

BA Bahia

BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBHSF Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

CCB Companhia de Celulose da Bahia

CDA Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento

CPT Comissão Pastoral da Terra

DOU Diário Oficial da União

EFA Escola Família Agrícola

FAPESB Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FCA Ferrovia Centro Atlântica

GeografAR A Geografia dos Assentamentos na Área Rural

Ha Hectares

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTERBA Instituto de Terras da Bahia

Kg Quilograma

Movimento CETA Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas

ONG Organização Não Governamental

PA Projeto de Assentamento

PFP Projeto de Fundo de Pasto

PIB Produto Interno Bruto

PNRA Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SIPRA Sistema de Informação de Projetos de Reforma Agrária

SRH Superintendência de Recursos Hídricos

TDA Títulos da Dívida Agrária

UFBA Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>2 A QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA NO BRASIL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO .....</b>	<b>28</b>
2.1 O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A PERMANÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO E LUTA DO CAMPESINATO .....	30
2.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E LUTA PELA TERRA EM ITIÚBA .....	35
2.2.1 Para compreender o sentido da luta: considerações a partir da estrutura fundiária .....	35
2.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA.	43
<b>3 O PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO DO MEIO: EXPRESSÃO CONCRETA DA LUTA E CONQUISTA DA TERRA .....</b>	<b>53</b>
3.1 A FAZENDA SÍTIO DO MEIO ANTES DA OCUPAÇÃO: TERRA DE NEGÓCIO EM PROPRIEDADE DO CAPITAL .....	55
3.2 LUTA PELA TERRA E OS CONFLITOS NA FAZENDA SÍTIO DO MEIO: DA OCUPAÇÃO AO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO .....	59
3.3 DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO DO MEIO: MATERIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA ....	64
3.3.1 Os Assentados de Sítio do Meio .....	71
<b>4 O ASSENTAMENTO CASSATINGA E A CONTINUIDADE DA LUTA .....</b>	<b>79</b>



4.1 A FAZENDA CASSATINGA ANTES DA OCUPAÇÃO: USO PRIVADO EM TERRAS PÚBLICAS .....	80
4.2 OCUPAÇÃO DA FAZENDA CASSATINGA E AS ESTRATÉGIAS PARA RESISTIR NA TERRA .....	81
4.3 A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO E A CONTINUIDADE DA LUTA .....	90

## **5 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS SÍTIO DO MEIO E CASSATINGA .....**

**101**

5.1 PRODUÇÃO DO SISAL: ATIVIDADE DE DESTAQUE NOS ASSENTAMENTOS SÍTIO DO MEIO E CASSATINGA .....	105
5.1.1 A produção do sisal no contexto regional e no município de Itiúba .....	108
5.1.2 A produção do sisal em Sítio do Meio e Cassatinga .....	112
5.2 PARA ALÉM DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE LUTA .....	118
5.3 SÍTIO DO MEIO E CASSATINGA: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO .....	124

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....**

**133**

## **REFERÊNCIAS .....**

**137**

## **ANEXOS**

## **APÊNDICES**

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho dissertativo teve como objetivo central analisar o processo de produção do espaço nos Projetos de Assentamento Cassatinga e Sítio do Meio, localizados no município de Itiúba (BA), explicitando a conflitualidade e as distintas relações sociais que se estabelecem pela ação dos diferentes agentes. Nesta direção, tomou-se como ponto de partida, a compreensão das distintas formas de dominialidade na origem da propriedade da terra de cada assentamento estudado e buscou-se entender como estas especificidades definiram e condicionaram a dinâmica sócio-espacial dos Assentamentos Cassatinga e Sítio do Meio.

Dessa forma, ressalta-se que este trabalho objetivou responder as seguintes questões: Como se constitui a produção do espaço nos Projetos de Assentamento Cassatinga e Sítio do Meio? Como este processo está articulado com o movimento contraditório de expansão do capitalismo no campo e de reprodução das relações camponesas? Quais as repercussões dos processos de luta pela terra, cujas especificidades foram definidas a partir da ocupação de terras públicas estaduais em Cassatinga e de uma propriedade privada improdutiva denominada Sítio do Meio? De que maneira os diferentes agentes (Estado, camponeses assentados e empresas), com interesses específicos se relacionam neste processo marcado pela conflitualidade?

Este estudo constitui uma continuidade no processo de pesquisa iniciado com a elaboração de trabalho monográfico intitulado “A produção do espaço no processo de implantação do Projeto de Assentamento Sítio do Meio em Itiúba (BA)”, desenvolvido na Universidade Estadual de Feira de Santana, cuja experiência suscitou novas questões de pesquisa. Trata-se de um esforço no sentido de ampliar a análise e buscar uma melhor compreensão dos elementos e lacunas que os trabalhos desenvolvidos anteriormente não conseguiram alcançar.

Os estudos que abordam a questão (da reforma) agrária têm apresentado grande destaque na academia e os assentamentos de reforma agrária têm sido objeto de muitos estudos. No Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia têm relevo os trabalhos de Santos (2004); Mattos Santos (2004); Santos (2005) e Andrade (2007), Vasconcelos (2007), todos desenvolvidos no âmbito do Projeto GeografAR (A Geografia dos Assentamentos na Área Rural).

A escolha da área deste estudo foi motivada por diversas questões, dentre as quais se destacam: interesse do pesquisador que vivenciou as experiências de conviver no espaço rural próximo aos referidos assentamentos, quando as primeiras inquietações começaram a ser despertadas; necessidade de uma melhor compreensão e de uma abordagem mais consistente, pois os trabalhos desenvolvidos anteriormente suscitaram novas questões; esforço de compreender de que forma estes espaços são produzidos, levando em conta as especificidades dos projetos selecionados e a dinâmica social inerente a cada um deles.

Além disso, este trabalho torna-se relevante para a sociedade, de forma especial para os camponeses assentados, à medida que a compreensão de suas ações perpassa pela trajetória histórica de lutas que tem possibilitado a sua reprodução social.

Os Projetos de Assentamento Cassatinga e Sítio do Meio estão localizados no município de Itiúba (BA), apresentados no Mapa 1. O município de Itiúba tem uma área de 1.722 Km<sup>2</sup> e, de acordo com o Censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população do município de Itiúba é de 36.113 pessoas, das quais a população residente urbana é de 9.699 pessoas e a população residente rural é de 26.414 pessoas, correspondendo a 26,9 e 73,1%, respectivamente.

Os principais acessos aos Projetos de Assentamento Cassatinga e Sítio do Meio são feitos a partir da BA 120. Partindo da sede do município de Queimadas, percorre-se 4 quilômetros pela BA 120 e entra à esquerda para seguir 19 quilômetros de estrada vicinal até chegar ao Assentamento Sítio do Meio. Outro acesso possível é a partir da BA 381, saindo da sede do município de Itiúba. Neste sentido, percorre-se 10 quilômetros pela rodovia mencionada e entra à direita para seguir cerca de 25 quilômetros de estrada vicinal até chegar ao Assentamento Cassatinga.

A luta pela terra e pela reforma agrária no município de Itiúba tem um marco em 1989, quando cerca de 300 famílias ocuparam áreas das fazendas Sítio do Meio e Cassatinga. A partir da ocupação, iniciou-se um movimento de lutas e enfrentamentos, que foram marcados pelos conflitos entre os diversos agentes envolvidos no processo. O resultado deste processo é constituído pela criação dos Projetos de Assentamento, objetos deste trabalho, cuja delimitação da área é destacada no Mapa 2 e na Figura 1. Apesar de serem áreas contíguas tiveram seus processos diferenciados a partir da origem de dominialidade das terras ocupadas: a Fazenda Sítio do Meio era área

particular e a Fazenda Cassatinga eram terras públicas estaduais ocupada por particulares.

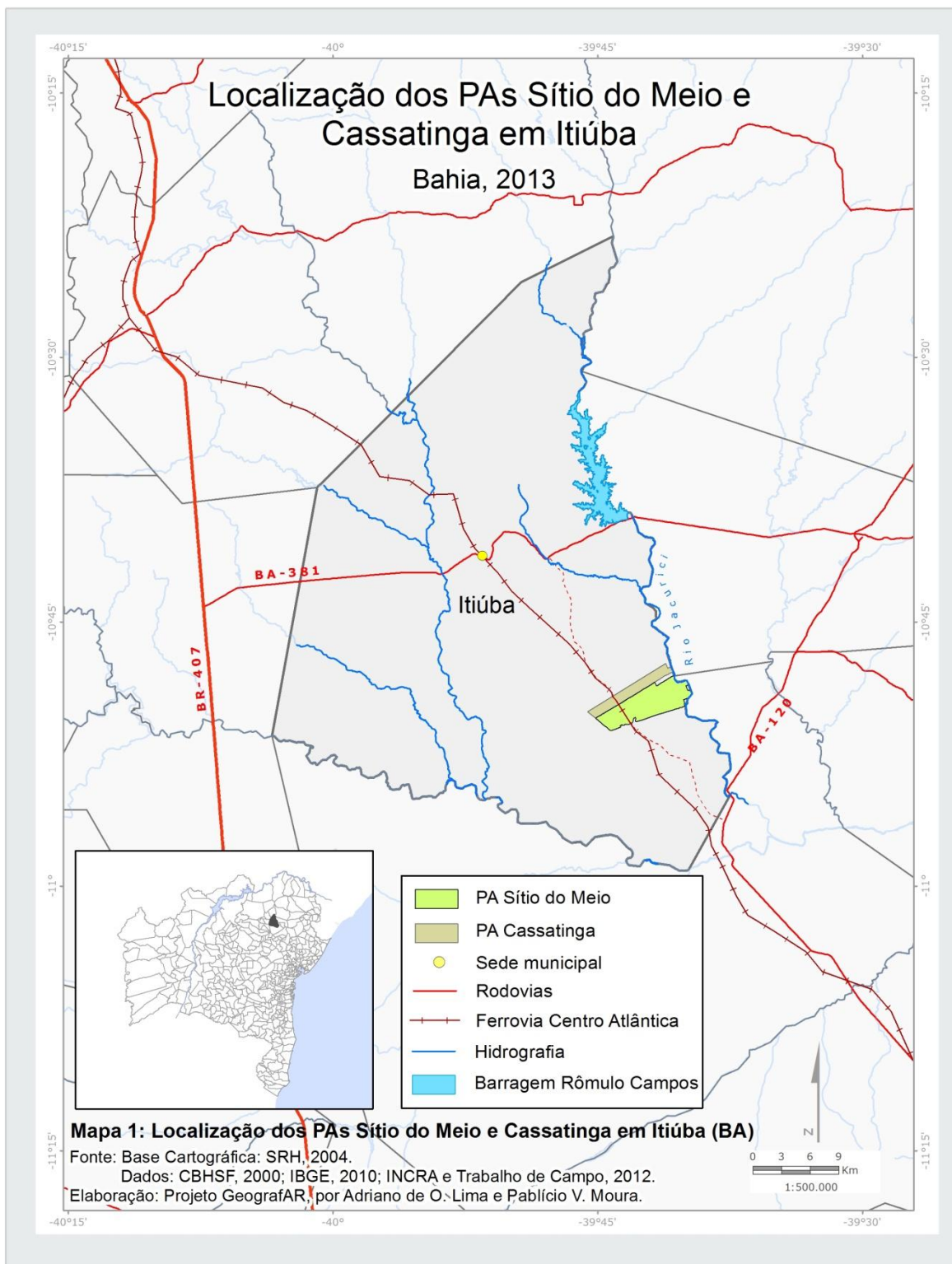
A Fazenda Sítio do Meio foi desapropriada por Decreto Federal em 23 de maio de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 24 de maio de 1994, que declara de interesse social para fins de reforma agrária, o referido imóvel rural. A implantação oficial do Projeto de Assentamento Sítio do Meio foi instituída pela Portaria 026, de 23 de agosto de 1996 quando foram assentadas 81 famílias em 2.367 hectares.

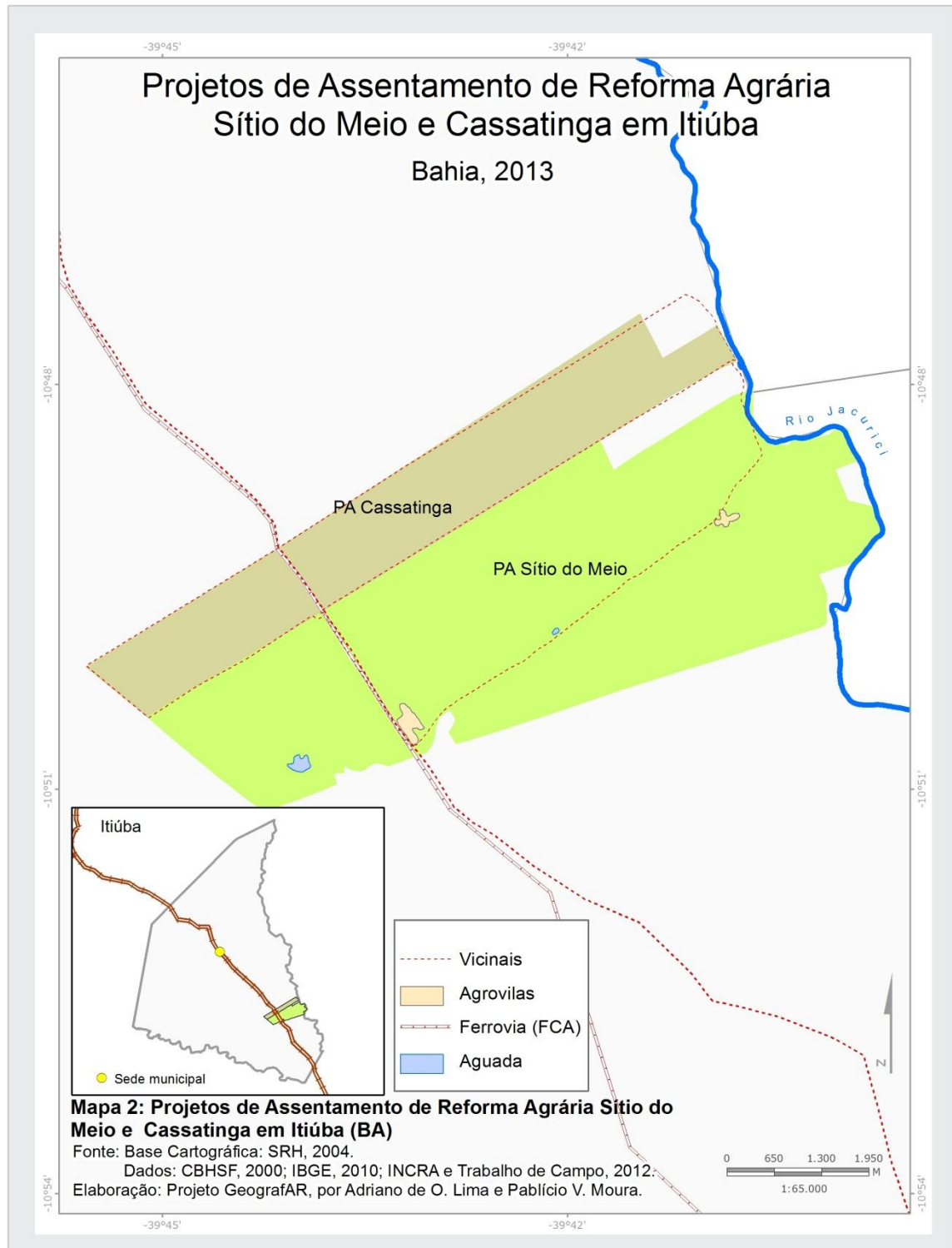
Transcorrido 19 anos de ocupação e 12 anos após a constituição da Fazenda Sítio do Meio como projeto de reforma agrária foi que a Fazenda Cassatinga teve sua situação definida. Em 17 de outubro de 2008 foi publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia a Portaria nº046, da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), que reconhece a área da Fazenda Cassatinga como projeto de assentamento. Tal ato é seguido do reconhecimento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) da Fazenda Cassatinga como Projeto de Assentamento, através da Portaria Nº 41, de 10 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 2008. Com área de 1.036 hectares e 42 lotes familiares, foi constituído como Assentamento Cassatinga. Não obstante todo este processo formal para a criação do assentamento, destaca-se que, até hoje, as famílias assentadas ainda lutam para superar diversos entraves, tais como a falta de acesso aos benefícios assegurados pela legislação, dentre outros que serão discutidos e explicitados neste trabalho.

Para compreender estas questões e alcançar o objetivo central que direcionou a pesquisa, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- ✓ Compreender a implantação dos Projetos de Assentamento Cassatinga e Sítio do Meio no contexto da permanência da questão agrária brasileira.
- ✓ Identificar e analisar os principais momentos (articulados) do processo de implantação dos Projetos de Assentamento, destacando a ação dos diferentes agentes na produção do espaço.
- ✓ Compreender as diferentes relações estabelecidas na luta dos camponeses para garantir os meios de sua reprodução social, frente à expansão do capitalismo e à elevada concentração da terra no município de Itiúba.
- ✓ Identificar as distintas relações de produção estabelecidas a partir do processo produtivo do sisal em Cassatinga e Sítio do Meio e a apropriação da produção camponesa pelo capital.

- ✓ Compreender como as distintas formas de dominialidade na origem da propriedade da terra definiram e condicionaram a dinâmica sócio-espacial dos Assentamentos Cassatinga e Sítio do Meio.









O desenvolvimento desta pesquisa envolveu diversos procedimentos metodológicos e instrumentos pelos quais buscou-se alcançar os objetivos propostos.

A pesquisa bibliográfica foi aprofundada com as leituras e discussões efetivadas nos diversos componentes curriculares (obrigatórios e optativos), cursados no processo de cumprimento da creditação do pesquisador e desenvolvimento das atividades do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Assim, construiu-se um referencial teórico-conceitual que possibilitou uma maior compreensão do objeto de estudo, através de uma articulação entre os elementos teóricos e empíricos. Neste momento, além da análise de obras que trabalham com a discussão sobre a produção do espaço e abordam a questão (da reforma) agrária, buscou-se o levantamento de dados e informações em fontes secundárias que permitiram a compreensão da estrutura fundiária nas diversas escalas, desde a nacional até a realidade do município de Itiúba (BA). Nesta direção, realizou-se consultas em publicações oficiais do INCRA, dos resultados dos Censos Agrícolas e Agropecuários realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entidades como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), além de publicações de Universidades, a exemplo das produções desenvolvidas pelo Projeto GeografAR.

Outra etapa constituiu a pesquisa documental a partir das publicações no Diário Oficial do Estado da Bahia e Diário Oficial da União, além de levantamentos no INCRA e na Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), onde buscou-se os materiais referentes ao processo de implantação dos Projetos de Assentamento Sítio do Meio e Cassatinga. Ressalta-se a obtenção de materiais e publicações na CPT – que explicitam os conflitos – e na própria Associação dos Trabalhadores de Cassatinga e Sítio do Meio.

A próxima etapa constituiu a realização da pesquisa de campo. Neste momento, buscou-se um contato direto e efetivo com os dirigentes das Associações e junto às famílias assentadas, cuja proposta de trabalho foi apresentada em assembleia da Associação específica de cada assentamento. Esta aproximação possibilitou a realização de entrevistas e oficinas, bem como a obtenção de informações sobre as famílias assentadas e seus domicílios a partir de um diálogo junto aos agentes comunitários de saúde, professores, diretoria das associações, dentre outros.

As entrevistas do tipo semi-estruturadas foram realizadas e fundamentadas na perspectiva da pesquisa qualitativa que, segundo Gaskell, (2008), fornece os elementos básicos para a compreensão das relações estabelecidas entre diferentes



sujeitos e suas situações em contextos sociais específicos. Para isso, construiu-se um tópico guia ou roteiro, pelo qual buscou-se dar conta dos fins e objetivos da pesquisa. É um guia e “[...] não devemos tornar escravos dele [...] Em síntese, embora o tópico guia deva ser bem preparado no início do estudo, ele deve ser usado com alguma flexibilidade” (GASKELL, 2008, p.67).

Ele funciona como um lembrete para o entrevistador, como uma salvaguarda quando der um “branco” no meio de uma entrevista, um sinal de que há uma agenda a ser seguida, e [...] um meio de monitorar o andamento do tempo da entrevista (GASKELL, 2008, p.67).

No que se refere à escolha dos entrevistados, levou-se em conta as diversas situações constatadas em cada Assentamento. Assim, a seleção objetivou contemplar as diferentes possibilidades – não através de amostragem, que carrega conotações de levantamentos e pesquisa de opinião – mas por meio de seleção, considerando que:

A finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. [...] o que nós estamos interessados em descobrir é a variedade de pontos de vista no assunto em questão (GASKELL, 2008, p.68).

Portanto, objetivou-se maximizar as possibilidades de compreender as diferentes posições, pois além das famílias assentadas, busca-se contemplar, de forma mais específica, as diretorias das associações e das Escolas Família Agrícola (EFA)<sup>1</sup>; técnicos do INCRA e lideranças de movimentos e organizações sociais envolvidas.

Ressalta-se que, no caso das entrevistas, não estabeleceu-se, previamente, uma quantidade a ser aplicada. Buscou-se considerar as diversas situações e, à medida que as respostas começavam a se tornar muito semelhantes e davam conta dos objetivos definidos, percebeu-se que já eram suficientes.

As oficinas foram realizadas com o grupo de jovens e com as diretorias das associações, concomitantemente aos procedimentos anteriormente apresentados. Estas atividades tornaram-se muito relevantes uma vez que, além da socialização de conhecimentos a partir da troca de informações sobre temas relevantes, potencializou uma melhor aproximação e elevou a confiabilidade entre os sujeitos envolvidos na pesquisa. Nestes espaços de construção e socialização foram construídos alguns desenhos de cada assentamento pelos próprios assentados, cujos resultados

---

<sup>1</sup> Existem alunos de Cassatinga e de Sítio do Meio nas EFA de Monte Santo e de Itiúba.

contribuíram para elaboração de mapas que serão apresentados mais adiante. Este exercício, além de permitir aos assentados expressarem o conhecimento da área de estudo, possibilitou a identificação de elementos que enriqueceram os trabalhos de campo.

A partir dos dados e informações obtidos em campo e sua articulação com o referencial teórico-metodológico, construiu-se este trabalho dissertativo que está estruturado da seguinte forma: além desta introdução, e das considerações finais, desenvolveu-se as análises em quatro capítulos. No capítulo intitulado “A questão (da reforma) agrária no Brasil e a produção do espaço agrário”, busca-se construir um recorte teórico com as reflexões que serviram de base para o desenvolvimento desta pesquisa. Nesta direção, a abordagem efetivada objetivou uma articulação entre elementos teóricos e empíricos, suscitando uma melhor compreensão do recorte analítico, sem perder de vista a sua articulação com o movimento da sociedade. Esta discussão tem como aporte teórico a abordagem da produção do espaço, a partir da compreensão de que o processo de produção do espaço se efetiva na prática social. Assim, buscou-se a construção de elementos que tornaram possível a compreensão de como este processo se efetiva no recorte de análise deste trabalho.

No capítulo intitulado “O Projeto de Assentamento Sítio do Meio: expressão concreta da luta e conquista da terra”, analisa-se o assentamento Sítio do Meio, e busca entender no contexto histórico que antecedeu a sua implantação, a Fazenda Sítio do Meio antes da ocupação, então apropriada privadamente como uma terra de negócio, através da produção do sisal, posteriormente abandonada e transformada numa área improdutivo. A discussão segue destacando a luta pela terra e os conflitos que se estabeleceram, a partir do movimento de ocupação ao processo de desapropriação da referida fazenda. Em seguida, discute-se o resultado da luta pela terra, concretizado com as ações de desapropriação da fazenda e implantação oficial do Projeto de Assentamento Sítio do Meio. Além de fazer uma leitura dos principais momentos que conformaram a produção do espaço no referido assentamento, este capítulo reflete sobre os resultados da sua implantação, até o ano de 2012, quando foram concluídos os trabalhos de campo da pesquisa.

O capítulo intitulado “O Assentamento Cassatinga e a continuidade da luta” traz a discussão sobre a Fazenda Cassatinga antes da ocupação e identifica o seu uso privado em terras públicas, através da implantação do cultivo do sisal. Em seguida é retomada a leitura do processo de ocupação – e sua articulação com a ocupação de

Sítio do Meio – prosseguindo com a discussão sobre as estratégias das famílias para permanecer na terra. Neste capítulo é explicitada a dificuldade que as famílias encontraram para resistir na terra e os desdobramentos desta situação, frente ao isolamento e descasos pelos quais foram submetidas. Além disso, analisa o processo de implantação e reconhecimento de Cassatinga como Projeto de Assentamento da Reforma Agrária – pela CDA e INCRA – quase 20 anos após a ocupação, e destaca a continuidade da luta, não mais pela terra, mas para nela permanecer.

O último capítulo “Organização da produção e organização social nos Assentamentos Sítio do Meio e Cassatinga” discute as principais atividades produtivas, com destaque para a produção do sisal e pecuária nos referidos assentamentos. Além disso, reflete sobre a organização social através das Associações e sua importância política nos diferentes momentos de luta e enfrentamento. O capítulo busca ainda uma aproximação com a discussão da dialética sócio espacial no processo de produção do espaço para entender como as diferentes práticas sociais estabelecidas em cada assentamento, atreladas às distintas formas de dominialidade e intervenção institucional, definiram a relação sócio espacial específica de cada um dos assentamentos estudados.

## **2 A QUESTÃO (DA REFORMA) AGRÁRIA NO BRASIL E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÁRIO**

Neste capítulo destaca-se o recorte teórico com as reflexões que serviram de base para o desenvolvimento desta pesquisa. Nos próximos itens apresenta-se alguns elementos orientados pela teoria da produção (social) do espaço e que contribuíram para uma leitura do recorte da pesquisa, a partir da Geografia, no sentido de compreender a ação dos diferentes agentes neste processo. Assim, torna-se importante destacar que os Projetos de Assentamentos de reforma agrária que constituem o objeto deste estudo são espaços produzidos a partir da correlação entre distintas relações sociais projetadas no espaço. Quanto a este processo, Fernandes, (2004), destaca dois tipos de relações sociais que, historicamente têm se confrontado no campo: trata-se da propriedade capitalista – centrada na lógica da reprodução do capital – e da propriedade camponesa – atrelada à tríade trabalho, terra e família.

De acordo com o mesmo autor, a territorialização do capital significa a desterritorialização das relações camponesas e vice-versa e esse processo não acontece de forma linear nem separada. Ao contrário, contém uma contradição porque na territorialização de um, está contida a produção e reprodução do outro. Portanto, é no movimento de territorialização do capital que há a criação, destruição e recriação camponesa. Em outras palavras, a reprodução social camponesa precisa ser compreendida no interior do próprio processo de expansão do capitalismo no campo. “Os avanços e recuos desses processos pelo território são determinados por um conjunto de fatores políticos e econômicos” (FERNANDES, 2004, p.275).

Este processo é marcado pelo enfrentamento dos camponeses frente ao processo de expansão do capitalismo no campo e expressa a luta pelo acesso à terra e luta para nela permanecer. Assim, este processo tem alimentado a permanência da questão agrária, caracterizada pelo conflito, enfrentamento e pelas contradições reproduzidas no âmbito da sociedade capitalista. Neste movimento da sociedade, a luta pela terra e para nela permanecer tem apresentado diversas formas, dentre as quais se insere a criação dos Projetos de Assentamento da Reforma Agrária no Brasil. É neste contexto que se busca compreender a produção do espaço nos Projetos de Assentamento Cassatinga e Sítio do Meio, a partir de uma análise norteadas pelo Paradigma da Questão Agrária.

Este paradigma constitui uma das possibilidades de leitura da realidade do campo brasileiro. A partir da última década do Século XX, duas principais correntes de pensamento têm se destacado, no que se refere ao estudo do espaço agrário no Brasil, com o processo de expansão do capitalismo. Trata-se do Paradigma da Questão Agrária e do Paradigma do Capitalismo Agrário em Questão, este último defendido, principalmente, a partir de Abramovay (2007). Estes diferentes paradigmas são constituídos de distintos posicionamentos teóricos, políticos e ideológicos.

De uma maneira geral, poder-se-ia dizer que todos os estudiosos da questão agrária concordam, tanto para o campo como para a cidade, com o processo de generalização progressiva por todos os ramos e setores da produção, e do assalariamento, relação de produção específica do modo capitalista de produção. No entanto existem discordâncias quanto à interpretação do processo. Para uns, ele leva inevitavelmente à homogeneização: a formação de um operariado único num polo, e de uma classe burguesa no outro. Para outros, esse processo é contraditório, portanto heterogêneo, o que leva a criar obviamente, no processo de expansão do assalariamento no campo, o trabalho familiar camponês (OLIVEIRA, 2007, p.8).

A opção teórico-metodológica por esta abordagem, a partir do Paradigma da Questão Agrária, justifica-se por entendermos que constitui o caminho que melhor possibilita uma compreensão das contradições sociais e dos conflitos estabelecidos no campo brasileiro e que têm como elemento para sua manutenção, a reprodução dos antagonismos entre os distintos grupos sociais, ou seja, a questão agrária não foi superada.

A discussão que se faz neste capítulo do trabalho busca uma articulação entre teoria e empiria, com objetivo de uma melhor compreensão da realidade estudada.

Sem uma sólida compreensão de eventos concretos, as ideias teóricas podem ser de validade dúbia e até mesmo de relevância questionável. Por outro lado, sem uma forte visão teórica o pesquisador empírico não sabe o que procurar nem compreender o que encontrou (SMITH, 1988, p.11).

Assim, objetiva-se construir um referencial que permita entender o recorte de análise, sem perder de vista a sua articulação com a realidade a qual está inserido. Ou seja, os assentamentos Cassatinga e Sítio do Meio não estão isolados no tempo e no espaço. São produtos de movimentos que estão sendo engendrados na sociedade e a forma como estes espaços são produzidos trazem elementos constituídos na sua relação com a lógica contraditória que baliza o processo de expansão do capitalismo.

## 2.1 O PROCESSO DE EXPANSÃO DO CAPITALISMO NO CAMPO E A PERMANÊNCIA DA QUESTÃO AGRÁRIA: TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO AGRÁRIO E LUTA DO CAMPESINATO

O espaço agrário brasileiro vem passando por diversas transformações, engendradas, sobretudo a partir da segunda metade do Século XX e intensificadas nas últimas décadas. Trata-se de mudanças na base técnica e nas relações de produção. Este contexto encontra-se articulado com um processo mais amplo de expansão do capitalismo que, de acordo com Smith (1988), se desenvolve de forma desigual, onde a produção capitalista do espaço se dá de forma contraditória e esta perspectiva apresenta contornos mais nítidos atualmente. O referido autor traz uma abordagem que destaca o processo de reestruturação do espaço geográfico sob a lógica do capital. Ressalta a importância de entender estas transformações, “Pois dificilmente pode-se olhar para o mundo de hoje sem se perceber que, nas mãos do capital, as últimas duas décadas testemunharam uma emergente reestruturação do espaço geográfico mais dramática do que qualquer outra já ocorrida” (SMITH, 1988, p.14).

Nesta discussão, Smith (1988), defende que o desenvolvimento desigual é a marca registrada da Geografia do Capitalismo e busca “[...] mostrar que o desenvolvimento desigual é a expressão geográfica sistemática das contradições inerentes à própria construção e estrutura do capital” (SMITH, 1988, p.16).

Uma abordagem mais direcionada para entender a questão agrária, a partir da teoria do desenvolvimento desigual (e combinado) é desenvolvida por Oliveira (2007).

A base teórica para se compreender o campo brasileiro, está na compreensão da lógica do desenvolvimento capitalista moderno, que se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo, e a sua conseqüente expansão no campo, se fazem de forma heterogênea, complexa e, portanto plural (OLIVEIRA, 2007, p.131).

Este conjunto de transformações acentuou os conflitos entre os diferentes grupos e a luta pela garantia dos seus interesses. Nesta perspectiva, concorda-se que: “A luta pela terra hoje existente no país constitui, de modo geral, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa [...]” (MARQUES, 2008, p. 65)

Além disso, é preciso destacar que, apesar das expropriações e de todas as mudanças nas relações de produção, nem todos os camponeses se proletarizaram.

Este não se constitui um processo linear. Estas modificações “[...] não geraram a expropriação pura e simples dos camponeses, transformando-os em proletários. A realidade é mais complexa” (MARQUES, 2008, p. 65).

Portanto, compreender este processo requer uma orientação teórico-metodológica que esteja sensível a evidenciar que, este movimento de expansão do capitalismo no campo e a reprodução das relações camponesas constituem pares de um mesmo processo e que expressam uma contradição no modo de produção capitalista. Em outras palavras, o capitalismo se reproduz com a reprodução de relações tipicamente capitalistas e relações não-capitalistas de produção. Por conseguinte, as relações não-capitalistas de produção também são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital.

Assim, é no contexto de desenvolvimento desigual deste modo de produção que encontra-se a explicação para a reprodução camponesa. Ao mesmo tempo, é preciso ressaltar que: “É o processo de sujeição do campesinato ao capital que está em marcha, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção” (OLIVEIRA, 2007, p.12).

Portanto, segundo Oliveira (2007, p.32), o capital vem atuando de forma contraditória, no sentido de criar e recriar as condições para o desenvolvimento da produção camponesa e sujeitando a renda da terra ao capital.

Nesse caso, quando submete o camponês aos seus ditames, está sujeitando a renda da terra ao capital. Está convertendo a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista (OLIVEIRA, 2007, p.32).

Assim, este trabalho tem como um dos seus elementos norteadores a perspectiva de compreender o objeto de estudo no contexto da realidade agrária brasileira e, por conseguinte, corrobora-se com a abordagem que defende a atualidade e pertinência da utilização do conceito de camponês – sujeito histórico atrelado a um conteúdo sócio-político e cultural – conforme Marques (2008), para entender a luta pela sua reprodução social.

Nesta perspectiva, dialoga-se com a concepção de que é preciso considerar a questão dos camponeses a partir de sua reprodução no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo que, contraditoriamente, engendra a

reprodução de relações especificamente capitalistas, e produz também as relações não-capitalistas de produção.

Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuar-se-á a ver muitos autores afirmando que os camponeses estão desaparecendo, mas, entretanto, eles continuam lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil (OLIVEIRA e MARQUES, 2004, p.35).

Neste movimento contraditório, constituem-se a territorialização do capital e a monopolização do território, conforme nos mostra Oliveira (2004, p.42). Quando o capital se territorializa, varre os trabalhadores do campo, ou seja, os trabalhadores são despojados dos meios de produção, e a lógica especificamente capitalista se instala, a partir do desenvolvimento da reprodução ampliada do capital. Foi a partir desta lógica que se efetivou a implantação da cultura do sisal nas antigas fazendas que, posteriormente, foram transformadas nos assentamentos, objetos deste estudo. Neste caso, com a territorialização do capital: “A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num ‘mar’ de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc” (OLIVEIRA e MARQUES, 2004, p.42). No caso, um mar de sisal.

Por outro lado, a monopolização do território pelo capital se dá quando este, sem se territorializar, cria, recria e redefine relações camponesas de produção familiar.

Nesse segundo caso ainda, o próprio capital cria as condições para que os camponeses forneçam matéria-prima para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos bens industrializados no campo (ração na avicultura ou para a suinocultura). Isso revela que o capital sujeitou a renda da terra gerada pelos camponeses à sua lógica, ou seja, se está diante da metamorfose da renda da terra em capital (OLIVEIRA e MARQUES, 2004, p.42).

Este processo de sujeição da renda da terra ao capital é abordado por Martins (1980), ao ressaltar que, no caso do camponês que continua proprietário da terra, dos instrumentos de trabalho e não é assalariado de ninguém, não há sujeição formal nem sujeição real do trabalho ao capital. Ou seja, apesar da reprodução camponesa constituir-se também no interior do desenvolvimento capitalista, nem por isso deve estar atrelada ao trabalho assalariado. Porém, destaca que o capital tende a se apropriar da renda da terra.

Na medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o



seu trabalho e o da sua família, ao mesmo tempo em que cresce a sua dependência em relação ao capital, o que temos não é a sujeição formal do *trabalho* ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta; estamos diante da *sujeição da renda da terra ao capital*. Esse é o processo que se observa hoje claramente em nosso país, tanto em relação à grande propriedade, quanto em relação à propriedade familiar, de tipo camponês (MARTINS, 1980, p.46).

Esta segunda possibilidade foi materializada em Cassatinga e Sítio do Meio a partir do momento em que os camponeses ocuparam as fazendas e começaram a produzir o sisal, concomitantemente ao movimento de luta pela criação dos assentamentos. É neste contexto que se constitui o sentido da luta dos camponeses pela sua reprodução social. Dessa forma, destaca-se as diversas estratégias de enfrentamento, de organização social e construção de uma dimensão política em torno desta questão. Ou seja, a organização social e a dimensão política das lutas dos camponeses constituem uma resposta frente a este processo de expansão do capitalismo e de intensa expropriação. Ressalta-se, portanto, que a luta pela terra engendrada nos assentamentos que constituem o recorte de análise desta pesquisa, se insere na trajetória histórica dos sujeitos sociais que, no âmbito dos antagonismos e das contradições da sociedade capitalista, buscam meios de reproduzir sua existência. É nesta perspectiva que se busca compreender a luta dos trabalhadores sem terra ao construir seus acampamentos, o enfrentamento estabelecido nos movimentos de ocupação de terra e as estratégias de entrar e permanecer na terra, a partir da criação dos projetos de assentamento. Estes sujeitos, que têm como elemento que os coesionam, a luta frente as estruturas de poder com interesses antagônicos aos seus, constituem uma expressão concreta do campesinato brasileiro, personificado na figura dos assentados, assim como se particularizam também nos quilombolas, nos ribeirinhos, nos fundos de pasto, dentre outros.

A concepção de campesinato que permeia este trabalho está fundada na tríade família, terra e trabalho, conforme defende Woortmann (1990). A luta para entrar e permanecer na terra constitui uma resposta frente ao processo de concentração da riqueza, que por vezes permitiu a retirada do principal meio de (re)produção social dos camponeses, no caso, a terra.

O trabalho familiar é uma característica das estratégias de permanência camponesa e, na realidade atual, em que está posto um discurso sobre agricultura familiar – inclusive no âmbito das políticas institucionais –, torna-se pertinente ressaltar a diversidade de situações e formas de agricultura familiar. Neste sentido, Wanderley

(1996) afirma que a agricultura familiar incorpora uma diversidade de situações específicas e particulares, sob as quais o campesinato corresponde uma destas formas, e se constitui enquanto um modo específico de produzir e de viver em sociedade.

O ponto de partida é o conceito de agricultura familiar, entendida como aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que este caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo: o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente (WANDERLEY, 1996, p.2).

Nesta direção, destaca o caráter genérico da categoria agricultura familiar “[...] pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais” (WANDERLEY, 1996, p.3) e identifica o campesinato como uma forma social particular da agricultura familiar, fundada na relação entre propriedade, trabalho e família. Além disso, argumenta que a agricultura familiar efetivada pelos camponeses “[...] tem particularidades que a especificam no interior do conjunto maior da agricultura familiar e que dizem respeito aos objetivos da atividade econômica, às experiências de sociabilidade e à forma de sua inserção na sociedade global” (WANDERLEY, 1996, p.3).

A autora supracitada acrescenta que o campesinato brasileiro apresenta características particulares que são o resultado do enfrentamento de situações próprias da história social do país, cuja trajetória do campesinato pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade.

Neste processo, os camponeses sempre estiveram relegados a buscar estratégias para garantir a sua própria existência, em meio à precariedade das situações em que foram submetidos.

[...] submeter-se à grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender exclusivamente dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda, trabalhando no eito de propriedades alheias; migrar temporária ou definitivamente. São igualmente fonte de precariedade: a instabilidade gerada pela alternância entre anos bons e secos no sertão nordestino; os efeitos do esgotamento do solo nas colônias do Sul (WANDERLEY, 1996, p.9).

Nesta direção, torna-se pertinente analisar a questão da estrutura fundiária – e a lógica da concentração da terra –, para entender o sentido da luta camponesa expressa na área de estudo.

## 2.2 ESTRUTURA FUNDIÁRIA E LUTA PELA TERRA EM ITIÚBA

Neste tópico objetiva-se analisar a estrutura fundiária do município de Itiúba, para entender de que forma ocorreu a concentração da propriedade da terra, que representa a base dos conflitos agrários e da luta pela/na terra. Para discutir a questão da estrutura fundiária, entende-se que a propriedade privada da terra no capitalismo expressa, concretamente, uma relação social e uma forma desigual de apropriação e uso da terra. Uma das expressões concretas da luta, é a conflitualidade que se estabelece no processo de implantação dos projetos de assentamentos da reforma agrária. Desde a aprovação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA) em 1985, até 2011, no município de Itiúba foram criados cinco Projetos de Assentamento da reforma agrária, onde foram assentadas 199 famílias. O processo de criação destes assentamentos – Sítio do Meio, Nova Conquista de Itiúba, Novo Paraíso, Bela Conquista e Cassatinga – foi marcado pelos conflitos estabelecidos no movimento de luta, por meio das ocupações e/ou enfrentamento dos posseiros para permanecerem na terra. Ao mesmo tempo, os Projetos de Assentamento se constituem a nova cara da luta pela terra, conforme Germani (1993).

Neste trabalho, ao discutir a questão da estrutura fundiária, se confirma, como diz Martins (1980), que a propriedade privada da terra no capitalismo não significa apenas um número ou tamanho. Expressa, concretamente, uma relação social e uma forma desigual de apropriação e uso da terra. É a partir desta lógica que se compreende os conflitos no campo e a correlação de forças definida entre os diferentes sujeitos inseridos neste processo.

### 2.2.1 Para compreender o sentido da luta: considerações a partir da estrutura fundiária

A estrutura fundiária brasileira caracteriza-se pela alta concentração da propriedade da terra com origem na própria formação histórica do país. A herança do sistema colonial, caracterizada pelo modelo de exploração centrado na grande propriedade apresenta repercussões nos dias atuais. Quando se estuda, historicamente a estrutura fundiária no Brasil, ou seja, a forma de distribuição e acesso

à terra, verifica-se que desde os primórdios do período colonial essa distribuição foi desigual (OLIVEIRA, 2008, p. 481).

Ao analisar a estrutura fundiária brasileira, percebe-se uma lógica altamente concentradora. A concentração da propriedade da terra é uma questão com origens históricas e tem se reproduzido com o processo de expansão do capitalismo no campo brasileiro. Exemplos emblemáticos dessa lógica é o uso da terra enquanto reserva de valor, assim como a apropriação voltada para o agronegócio, que expressa a materialidade do capital no campo.

Dessa forma, busca-se dialogar com a perspectiva de compreender a estrutura fundiária para além de um dado numérico, mas enquanto uma relação social que expressa as contradições e a forma desigual de apropriação da terra pelos diferentes grupos sociais. Como já afirmado.

A propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. A *propriedade da terra* é uma relação social (...) É uma relação social no sentido que tem a relação social no capitalismo, como expressão de um processo que envolve trocas, mediações, contradições, articulações, conflitos, movimento, transformação (MARTINS, 1980, p.42).

Esta discussão torna-se pertinente, à medida que ajuda entender a lógica pela qual os diferentes agentes se apropriam da terra. Os números não podem ser considerados como ponto de chegada, mas podem constituir um ponto de partida e meio para entender as questões que se buscou discutir neste trabalho. Ou seja, a estrutura fundiária é entendida como expressão numérica da forma desigual e contraditória pela qual se estabelece a apropriação da terra.

O Projeto GeografAR vem desenvolvendo procedimentos específicos na busca pela sistematização dos dados secundários dos Censos Agrícolas de 1920, 1940, 1950 e 1960, e dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96 e 2006, realizados pelo IBGE. A partir destes dados, tomou-se como indicador analítico o Índice de Gini<sup>2</sup>, cujo cálculo foi trabalhado em cada município baiano, na série histórica de 1920 a 2006. Neste sentido, a partir da análise dos dados referentes ao Censo Agropecuário de 2006, considerando-se o número de estabelecimentos e a área ocupada, percebe-se uma alta concentração da propriedade da terra no Brasil.

---

<sup>2</sup> Índice que mede o grau de distribuição de um bem, no caso, a terra.

Em 2006, os estabelecimentos rurais no Brasil somam 5.175.489, correspondendo uma área total de 329.941.396 hectares (ver tabela 1). Apesar de ser considerado um país com dimensões continentais, o Brasil apresenta uma elevada concentração na estrutura fundiária. Os estabelecimentos rurais com menos de um hectare totalizam 606.808 imóveis e ocupam uma área de 264.819 hectares. Neste sentido, apesar de representarem 11,73 % dos estabelecimentos, ocupam apenas 0,08% da área total (IBGE, 2006).

Tabela 1: Brasil: estrutura fundiária, 2006

Grupo de área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
0 a menos de 0,1	101.287	3.749	1,96	0,00
0,1 a menos de 0,2	50.194	7.037	0,97	0,00
0,2 a menos de 0,5	165.434	55.028	3,20	0,02
0,5 a menos de 1	289.893	199.005	5,60	0,06
1 a menos de 2	442.148	563.880	8,54	0,17
2 a menos de 3	319.656	711.113	6,18	0,22
3 a menos de 4	256.145	826.217	4,95	0,25
4 a menos de 5	215.977	947.732	4,17	0,29
5 a menos de 10	636.337	4.484.847	12,30	1,36
10 a menos de 20	736.792	10.289.684	14,24	3,12
20 a menos de 50	843.911	26.120.628	16,31	7,92
50 a menos de 100	390.874	26.482.780	7,55	8,03
100 a menos de 200	220.255	29.342.738	4,26	8,89
200 a menos de 500	150.859	46.395.555	2,91	14,06
500 a menos de 1000	53.792	36.958.185	1,04	11,20
1000 a menos de 2500	31.899	48.072.546	0,62	14,57
2500 e mais	15.012	98.480.672	0,29	29,85
Produtor sem área	255.024	0	4,93	0,00
<b>Total</b>	<b>5.175.489</b>	<b>329.941.396</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006.  
Elaboração: Projeto GeografAR, 2010.

Os estabelecimentos com área de um a menos de 10 hectares totalizam 36,14% dos estabelecimentos e ocupam apenas 2,29% da área total. Os estabelecimentos com área entre 10 e menos de 50 hectares representam 30,55% dos imóveis e ocupam 11,04% da área total.

Neste contexto de disparidades, destacam-se ainda os estabelecimentos rurais com área de 200 a menos de 2.500 hectares, que representam 4,57 % dos imóveis e ocupam 39,83% da área.

No outro extremo, os imóveis rurais com área de 2.500 hectares e mais somam 15.012 estabelecimentos e ocupam uma área de 98.480.672 hectares. Estes dados permitem afirmar que, embora estes estabelecimentos representem apenas 0,29 % do

total de imóveis rurais do país, ocupam um expressivo índice de 29,85 % da área. Nesta perspectiva, percebe-se que a estrutura fundiária brasileira está pautada na lógica desigual, caracterizada pela concentração da terra em grandes propriedades. Assim, a concentração da terra constitui a base dos conflitos no campo.

Ao analisar os dados da estrutura fundiária do estado da Bahia, apresentada na tabela 2, constata-se a mesma lógica de concentração. Dos 761.528 estabelecimentos rurais, 101.628 têm menos de um hectare. Neste sentido, apesar de representarem 13,35% dos estabelecimentos, ocupam apenas 0,18% da área total.

Tabela 2: Bahia: estrutura fundiária, 2006

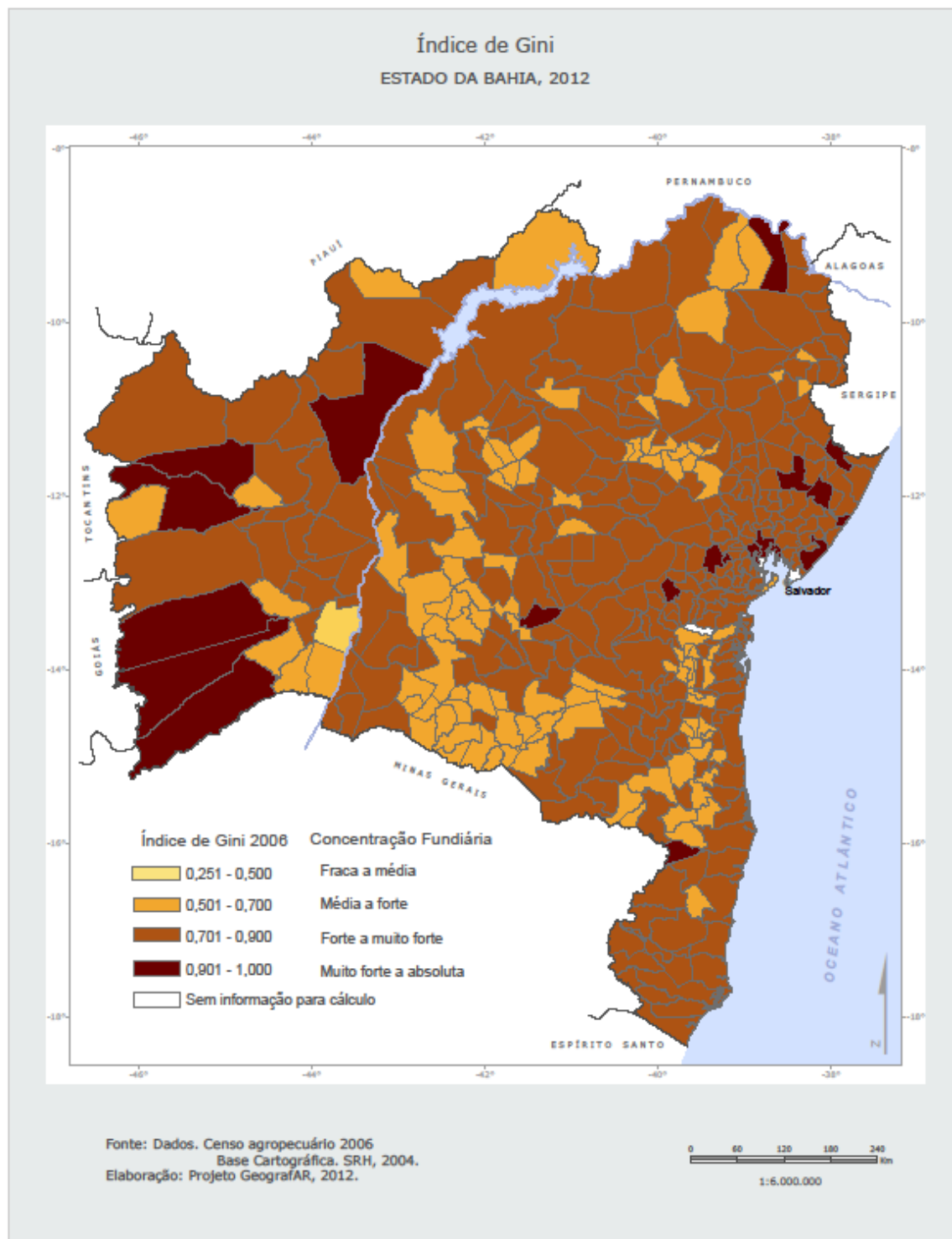
Grupo de área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
0 a menos de 0,1	5.714	200	0,75	0,00
0,1 a menos de 0,2	3.955	554	0,52	0,00
0,2 a menos de 0,5	41.406	15.401	5,44	0,05
0,5 a menos de 1	50.553	38.933	6,64	0,13
1 a menos de 2	78.065	106.917	10,25	0,37
2 a menos de 3	60.013	135.370	7,88	0,46
3 a menos de 4	48.565	158.685	6,38	0,54
4 a menos de 5	39.643	170.148	5,21	0,58
5 a menos de 10	108.476	743.675	14,24	2,55
10 a menos de 20	105.001	1.419.408	13,79	4,86
20 a menos de 50	115.772	3.479.996	15,20	11,93
50 a menos de 100	43.773	2.903.179	5,75	9,95
100 a menos de 200	20.259	2.695.959	2,66	9,24
200 a menos de 500	13.120	3.925.046	1,72	13,45
500 a menos de 1000	4.435	2.996.557	0,58	10,27
1000 a menos de 2500	2.365	3.463.667	0,31	11,87
2500 e mais	1.049	6.926.865	0,14	23,74
Produtor sem área	19.364	0	2,54	0,00
<b>Total</b>	<b>761.528</b>	<b>29.180.559</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006.  
Elaboração: Projeto GeografAR, 2010.

Os estabelecimentos rurais baianos com área de um a menos de 10 hectares totalizam 43,96% dos estabelecimentos e ocupam apenas 4,5% da área total. Os estabelecimentos com área entre 10 e menos de 50 hectares representam 28,99% dos imóveis e ocupam 16,79% da área total.

Cabe destacar que os estabelecimentos com área entre 200 e menos de 2.500 hectares correspondem a 2,61% dos imóveis rurais do estado, mas ocupam 35,59% da área. Os maiores estabelecimentos – com área de 2.500 hectares ou mais – embora corresponderem a apenas 0,14% do total, ocupam 23,74% da área total.

A partir da análise da distribuição da propriedade da terra e do cálculo do Índice de Gini de todos os municípios baianos, o GeografAR buscou especializar a concentração da terra, cujos resultados podem ser observados no Mapa 3.



**Mapa 3: Índice de Gini: Estado da Bahia, 2012.**

A partir de uma leitura mais específica – considerando o município de Itiúba (BA) – percebe-se também uma expressiva concentração de terras. Através do cálculo do Índice de Gini como indicador analítico pra entender a dimensão desta lógica, percebe-se que esta realidade tem permanecido em toda a série histórica apresentada no Quadro 1. Ressalta-se, portanto, que todo índice tem limitações, mas destaca-se a possibilidade de compreender a dimensão na lógica da distribuição da terra.

Quadro 1: Município de Itiúba-Ba: Evolução do Índice de Gini, 1940-2006

Ano	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Índice	0,755	0,785	0,730	0,816	0,804	0,778	0,770	0,735	0,642

Fonte: Projeto GeografAR, 2010.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

No quadro 1, buscou-se expressar a evolução do índice de Gini em Itiúba, com base nos dados do IBGE, a partir da década de 1940, e sistematizados pelo Projeto GeografAR – A Geografia dos Assentamentos na Área Rural (2010). Neste sentido, percebe-se uma manutenção da elevada concentração na estrutura fundiária municipal, uma vez que esteve sempre entre 0,701 e 0,900 (concentração fundiária forte a muito forte) nos diferentes momentos destacados, exceto em 2006, quando se registrou um índice de 0,642<sup>3</sup>.

Portanto, pode-se afirmar que, no município de Itiúba, assim como no estado da Bahia e no contexto nacional, apresenta uma estrutura fundiária caracterizada pelas contradições na forma de apropriação e uso da terra. Compreende-se que este panorama constitui a base dos conflitos agrários e representa um dos motivos que impulsionam a organização social e política dos sujeitos que lutam para a transformação desta realidade desigual e excludente. Portanto: “Os sem-terra questionam a estrutura fundiária existente no país, dado o seu caráter extremamente injusto, e reivindicam o direito à terra como condição básica do direito a uma vida digna” (MARQUES, 2004, p.148).

Na tabela 3 apresentam-se os dados da estrutura fundiária do município de Itiúba, com base no Censo Agropecuário de 2006. Mas, antes de analisar os dados da

<sup>3</sup> Com base no Índice de Gini, a concentração fundiária é definida a partir da seguinte classificação: concentração fundiária fraca a média (de 0,251 a 0,500); concentração fundiária média a forte (de 0,501 a 0,700); concentração fundiária forte a muito forte (de 0,701 a 0,900); concentração fundiária muito forte a absoluta (de 0,901 a 1,000).



estrutura fundiária do município de Itiúba é importante informar que o tamanho do Módulo Fiscal neste é de 50 ha. Ressalta-se, também, que a classificação das propriedades por seu tamanho obedece a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que em seu artigo 4º define: I – Minifúndio – o imóvel rural de menos de 1 (um) módulo fiscal; II – Pequena Propriedade – o imóvel rural de área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; III – Média Propriedade – o imóvel rural de área superior a 4 (quatro) e até 15 (quinze) módulos fiscais; IV – Grande Propriedade – o imóvel rural de área superior a 15 (quinze) módulos fiscais. Obedecendo estas definições e o módulo fiscal, no município de Itiúba, são considerados minifúndios os imóveis menores que 50 hectares; pequenas propriedades os imóveis com área de 50 a menos de 200 hectares; médias propriedades os imóveis com área de 200 a menos de 750 hectares e, grandes propriedades os imóveis com área a partir de 750 hectares.

Com base nesta classificação, observa-se na Tabela 3 que do total de estabelecimentos rurais, 1.602 têm menos de 50 hectares, isto é, tem área abaixo do Módulo Fiscal e são classificados como minifúndios. Estes estabelecimentos, com área inferior a 50 hectares, representam 79,79% do total e ocupam apenas 32,09% da área total. Neste grupo, cabe destacar que 552 estabelecimentos possuem área inferior a 10 ha e no total ocupam 2.819 ha o que corresponde a 27,5% dos estabelecimentos e 3,23% da área total do município. As pequenas propriedades, com área compreendida entre 50 e 200 hectares, somam 297 e detêm 26.361 ha de área, correspondendo a 14,79% do total dos estabelecimentos e ocupam 30,31% da área.

As maiores propriedades, com área superior a 200 hectares representam 3,84% do total de estabelecimentos e ocupam 37,58% da área. Dentre estas maiores propriedades, destacam-se cinco estabelecimentos rurais, no grupo de área de 1.000 a 2.500 hectares, cuja área ocupada é de 7.580 hectares. Apesar de representarem apenas 0,25% dos estabelecimentos, ocupam 8,71% da área.

Nesta perspectiva, de acordo com os dados de 2006, somente 77 estabelecimentos têm área de 200 ha ou mais (médias e grandes propriedades). Apesar de corresponderem a apenas 3,84% do total de estabelecimentos, ocupam uma área de 32.695 ha, ou seja, 37,58% da área total. Por outro lado, os estabelecimentos com área menor que 200 ha, apesar de corresponderem a 94,58% do total, ocupam área de 62,4% da área. Por tudo isto, entende-se que “[...] a estrutura fundiária pode ser entendida como a representação numérica da dimensão da violência manifestada

pela apropriação privada da natureza no modo de produção capitalista” (GERMANI, 2010, p.275).

Tabela 3: Município de Itiúba (BA): estrutura fundiária, 2006

Grupo de área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
0,1 a menos de 0,2	1	X	0,05	X
0,2 a menos de 0,5	7	3	0,35	0
0,5 a menos de 1	23	18	1,15	0,02
1 a menos de 2	49	74	2,44	0,09
2 a menos de 3	73	168	3,64	0,19
3 a menos de 4	57	193	2,84	0,22
4 a menos de 5	65	282	3,24	0,32
5 a menos de 10	277	2081	13,79	2,39
10 a menos de 20	429	6123	21,36	7,04
20 a menos de 50	621	18978	30,93	21,82
50 a menos de 100	212	14492	10,56	16,66
100 a menos de 200	85	11869	4,23	13,65
200 a menos de 500	62	19155	3,09	22,02
500 a menos de 1000	10	5960	0,5	6,85
1000 a menos de 2500	5	7580	0,25	8,71
2500 a mais	0	0	0	0
Produtor sem área	32	0	1,59	0
<b>Total</b>	<b>2008</b>	<b>86977</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2010.

É a partir deste contexto que se compreende os conflitos que tem se intensificado no campo e, buscando explicitar o processo conflituoso da luta pela terra, de forma especial no município de Itiúba, busca-se discutir a materialização deste movimento, com a implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária. Nesta direção, a abordagem sobre a questão da estrutura fundiária apresentada neste capítulo, em especial, no município de Itiúba, buscou discutir a forma pela qual a terra está apropriada e ou usada. Neste exercício analítico, partiu-se do levantamento e sistematização de dados do último Censo Agropecuário e objetivou-se uma leitura da estrutura fundiária, na perspectiva mais recente. Esta discussão será retomada nos capítulos seguintes, ao destacar o processo de implantação dos assentamentos e relacionar as mudanças nos grupos de áreas – mesmo que muito sutis – com a transformação de um grande estabelecimento em pequenos lotes produtivos.

## 2.3 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA

Os Projetos de Assentamento da Reforma Agrária constituem uma das formas de acesso à terra e expressam a concretude e resultado da luta pela terra – principal meio de reprodução social do campesinato – materializada a partir de um processo marcado pelo enfrentamento e conflitos. Portanto, torna-se relevante destacar que estes processos estão inseridos na problemática da questão agrária que, conforme Fernandes (2008), constitui um problema estrutural do capitalismo “[...] gerando processos de diferenciações e desigualdades, expulsões e expropriações, excluindo ou subalternizando, destruindo e recriando o campesinato” (FERNANDES, 2008, p.74).

O processo de expansão do capitalismo no campo tem intensificado os conflitos entre os diversos sujeitos, a partir da ampliação da fronteira agrícola, da expropriação dos trabalhadores, das condições precárias de trabalho, dentre outros. Uma das formas de enfrentamento desta questão, tem se constituído com a organização social dos trabalhadores e a criação de mecanismos para garantir o acesso à terra, por meio da implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária. Neste sentido, as ocupações das grandes propriedades improdutivas e a formação dos acampamentos de trabalhadores sem terra, tornaram-se instrumentos estratégicos de luta. Foi a partir das ocupações e da pressão dos trabalhadores articulados em movimentos e organizações sociais que foram implantados os primeiros assentamentos da reforma agrária. As primeiras ocupações de terra no município de Itiúba – especificamente, nas Fazendas Cassatinga e Sítio do Meio –, no final da década de 1980, se inserem neste contexto. As ocupações representavam e representam uma estratégia política dos trabalhadores sem terra e uma expressão da luta pela reforma agrária que acontecia na escala nacional. Mas a resposta a estas ações veio por meio de uma legislação que buscou quebrar a força política destes movimentos, atacando diretamente, a forma de luta e pressão que se apresentava mais expressiva: as ocupações.

A questão da política agrícola e fundiária e da reforma agrária está inserida no Capítulo III da Constituição Federal de 1988 e os dispositivos constitucionais referentes à reforma agrária foram regulamentados com a Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Além deste marco legal, que define a legislação referente à reforma agrária, destacam-se os decretos e as medidas provisórias.

Considerando-se a questão das ocupações e as estratégias políticas implementadas para contê-las, destaca-se, no âmbito da legislação, o Decreto

Presidencial Nº 2.250, de 11 de junho de 1997, que dispõe sobre a vistoria dos imóveis rurais destinados a reforma agrária. O Artigo 4º do referido decreto institui que, o imóvel rural que venha a ser objeto de esbulho não será vistoriado, enquanto não cessada a ocupação. Além disso, a Medida Provisória Nº 2.183-56<sup>4</sup> de 24 de agosto de 2001, no Parágrafo 6º do Artigo 4º impõe várias restrições aos processos de desapropriações quando houver ocupação.

O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações (BRASIL, 2001).

Diante desta correlação de forças, os trabalhadores rurais sem terra têm sido desafiados a buscar novas estratégias para evidenciar suas lutas e ganhar visibilidade no âmbito da política e da sociedade como um todo. Como resultado deste movimento conflituoso, os projetos de assentamento têm se constituído como uma das experiências concretas do processo da reforma agrária, criados, na maioria das vezes, a partir da pressão dos trabalhadores organizados em movimentos e organizações sociais.

Os projetos de assentamento, dentro do processo de reforma agrária, surgem a partir de 1985, com a redemocratização do Brasil e a aprovação do I PNRA. Este Plano representou a tentativa de por em prática as determinações do Estatuto da Terra, aprovado em 1964 sob o regime militar a partir de um conjunto de medidas que objetivaram ampliar o acesso à terra e conter os conflitos no campo (SANTOS, 2005, p.24).

Os Projetos de Assentamentos, objetos deste estudo, são compreendidos enquanto espaços produzidos a partir das relações sociais que se estabelecem entre diferentes agentes. Este trabalho busca fazer uma leitura dos assentamentos da reforma agrária, a partir da Geografia. Para desenvolver esta análise, buscou-se uma abordagem sustentada na teoria da produção do espaço. Nesta perspectiva, para iniciar as discussões acerca da produção do espaço, considera-se fundamental apresentar nossas concepções e entendimento do próprio conceito de espaço,

---

<sup>4</sup> Esta Medida Provisória inclui e altera dispositivos da Lei Nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

dialogando com as análises de alguns autores que abordam esta questão. Após esta análise, busca-se efetivar uma reflexão sobre a produção do espaço.

Apesar da vasta diversidade de dimensões que o termo espaço abarca, é preciso deixar explícito o espaço que efetivamente interessa para este trabalho. Assim, concorda-se que:

O espaço que nos interessa é o espaço humano ou espaço social, que contém ou é contido por todos esses múltiplos de espaço. Estes são objeto de disciplinas particulares, como a semiótica, a escultura, a pintura, o urbanismo, a física, a astronomia etc. que os definem de uma forma particular. [...] Não há grande dificuldade em definir um vaso de flores, um arranha-céu, um planeta ou uma constelação. O espírito humano rapidamente se satisfaz com tais definições. Mas quando a nossa curiosidade se transfere para o espaço humano, enormes dificuldades se levantam porque ele é a morada do homem, é o seu lugar de vida e de trabalho. As formas com que se apresenta e o seu conteúdo são tão variados, que a tarefa de incluir em uma unidade de definição uma tão grande multiplicidade fatural surge como um obstáculo de peso, sobretudo porque, tanto a terminologia cotidiana como a própria conceituação estão carregadas das múltiplas acepções correspondentes aos outros tipos de espaço (SANTOS, 1990, p. 120).

Além de ressaltar o caráter social pelo qual o espaço é constituído, Santos, 1990, afirma que o espaço é um verdadeiro campo de forças engendrado a partir das relações sociais. “O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente” (SANTOS, 1990, p.122).

Ao considerar o caráter social do espaço, Lefebvre afirma que: “Como espaço social, ele é obra e produto: realização do ‘ser social’” (LEFEBVRE, 2000, p.75).

Dessa forma, este autor considera que o espaço é produzido a partir das relações sociais de produção e destaca a necessidade de revelar as relações sociais implicadas no espaço, inclusive as relações de classe. Neste exercício de análise, ressalta também a relevância de explicitar as contradições e conflitos no processo de produção do espaço.

Portanto, propõe pensar a produção do espaço e as relações sociais inerentes e esta produção, “[...] que introduzem nela contradições específicas, retomando a contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e o caráter social das forças produtivas” (LEFEBVRE, 2000, p.68).

Além disso, observa que é imprescindível atentar-se para o risco de cair na análise do espaço “em si” e no fetichismo do espaço. Em outras palavras, não se trata

do substrato material, nem do espaço abstrato ou “natural”, mas de um espaço produzido a partir das relações sociais: “Seguramente existe, portanto, produção do espaço, mesmo quando essa produção não tem a amplitude das grandes auto-estradas, dos aeroportos, das obras-de-arte” (LEFEBVRE, 2000, p.59).

Buscando expressar as ideias de Lefebvre, Corrêa destaca o espaço enquanto *locus* da reprodução das relações sociais de produção ao colocar que:

O espaço entendido como espaço social, vivido, em estreita correlação com a prática social não deve ser visto como espaço absoluto, “vazio e puro, lugar por excelência dos números e das proporções” (LEFÉBVRE, 1976, p. 29), nem como produto da sociedade, “ponto de reunião dos objetos produzidos, o conjunto das coisas que ocupam e de seus subconjuntos, efetuado, objetivado, portanto *funcional*” (LEFÉBVRE, 1976, p. 30). O espaço não é nem o ponto de partida (espaço absoluto), nem o ponto de chegada (espaço como produto social).

O espaço também não é um instrumento político, um campo de ações de um indivíduo ou grupo, ligado ao processo de reprodução da força de trabalho através do consumo. Segundo Lefébvre, o espaço é mais do que isto. Engloba esta concepção e a ultrapassa. O espaço é o *locus* da reprodução das relações sociais de produção (CORRÊA, In CASTRO, et al, 2003, p. 25).

Ainda de acordo com Lefebvre (2000), o espaço social não é uma coisa entre as coisas, um produto qualquer entre os produtos. Ele transcende esta perspectiva e engloba as coisas produzidas; compreende as relações sociais. Quanto ao espaço e sua produção, afirma que: “*Produzir*, no limite, hoje, não é mais produzir isto ou aquilo, coisas ou obras, é *produzir espaço*” (LEFEBVRE, 2000, p.148).

Percorrendo por esta mesma concepção, Santos (1990), observa que produzir e produzir espaço são dois atos indissociáveis. Sendo assim, através da produção o espaço torna-se essencialmente social. “É por essa forma que o espaço é criado como Natureza Segunda, natureza transformada, natureza social ou socializada. O ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir espaço” (SANTOS, 1990, p.163).

Nosso enfoque é fundamentalmente baseado no fato de ser o espaço humano reconhecido, tal qual é, em qualquer que seja o período histórico, como um resultado da produção. O ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço. A promoção do homem animal a homem social deu-se quando ele começou a produzir. Produzir significa tirar da natureza elementos indispensáveis à reprodução da vida. A produção, pois, supões uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio (SANTOS, 1990, p.161-162).

Nesta perspectiva, através do ato de produzir mediante as técnicas e trabalho, o homem automaticamente está produzindo espaço. Portanto, a concepção abordada por Milton Santos é de um espaço social, produzido a partir das relações sociais.

O autor supracitado propõe a compreensão do espaço a partir das categorias analíticas forma, função, estrutura e processo que devem ser concebidas numa perspectiva indissociável.

Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Consideradas em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles *constroem* uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade (SANTOS, 1997, p.71).

Segundo Santos (1997), a forma constitui o aspecto visível da coisa, arranjo ordenado de objetos e resultam dos processos passados ocorridos na estrutura subjacente (anteriores, passadas). A primeira abordagem pode ser efetivada com o olhar atento e com o exercício da curiosidade. A função corresponde à tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. É a atividade elementar que a forma se reveste e está diretamente relacionada com a forma. Estes dois elementos – forma e função – são importantes para compreender a questão da propriedade da terra sob a perspectiva que se busca abordar neste trabalho. “[...] propriedade da terra que é, ela própria, uma forma: uma forma jurídica mas também espacial” (SANTOS, 2003, p.190).

Além disso, destaca-se a estrutura. Trata-se da estrutura social, constituída a partir da inter-relação entre todas as partes de um todo e abrange as relações sócio-econômicas dos grupos sociais. Finalmente, enfatiza o processo que corresponde a ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer e implica conceitos de tempo (continuidade) e mudança.

Esta proposta está ligeiramente relacionada com a abordagem de Lefebvre (2000), que sinaliza a possibilidade de análise do espaço social a partir da forma, função e estrutura:

Como toda realidade, o espaço social depende, metodologicamente e teoricamente, de três conceitos gerais: a forma, a estrutura, a função. Isso quer dizer que todo espaço social pode tornar-se o objeto de uma análise formal, de uma análise estrutural, de uma análise funcional (LEFEBVRE, 2000, p.49).

A abordagem sobre o espaço produzido pela prática social é ainda sugerida por Smith (1988), ao defender que, para além da produção das mercadorias, a produção do espaço se efetiva na prática social: “Nossa preocupação é com o espaço geográfico que podemos considerar, no seu sentido mais geral, como o espaço da atividade humana, desde o espaço arquitetural, numa escala mais baixa, até a escala de toda superfície da Terra” (SMITH, 1988, p.110).

Com a produção do “espaço”, a prática humana e o espaço são integrados no nível do “próprio” conceito de espaço. O espaço geográfico é visto como um produto social; nesta concepção, um espaço geográfico que é abstraído da sociedade torna-se uma “amputação” filosófica (SMITH, 1988, p.123).

Nesta abordagem sobre a produção do espaço, Smith, 1988 destaca a relação do homem com a natureza, de forma especial, através do trabalho.

Os seres humanos sobrevivem e se desenvolvem como seres sociais pelo trabalho em cooperação com a natureza [...] É a atividade humana produtiva, não como um conceito geral mas como um ato histórico concreto destinado a criar os meios de subsistência, que diferencia os seres humanos dos animais (SMITH, 1988, p.73-74).

Smith defende que no processo do trabalho, esta relação entre homem e natureza se estabelece de forma dialética, pois o trabalho produz mais do que uma simples mudança na forma da matéria. Ou seja, o trabalho produz um efeito simultâneo sobre o trabalhador.

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza [...] Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modifica-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza (SMITH, 1988, p.71-72).

Esta relação entre homem e natureza “[...] acompanha o desenvolvimento das relações sociais e, na medida em que estas são contraditórias, também o é a relação com a natureza” (SMITH, 1988, p.85). E nesta relação contraditória, ao produzir os meios que buscam satisfazer as suas necessidades, “[...] os seres humanos coletivamente produzem a sua própria vida material, e produzem novas necessidades humanas cuja satisfação requer outras atividades produtivas” (SMITH, 1988, p.72).



Sob o movimento de expansão do modo de produção capitalista, a relação do homem com a natureza adquire um conteúdo específico, fundamentado na expansão do valor de troca, em detrimento do valor de uso. Esta leitura torna-se relevante à medida que permite transcender o olhar ligeiro e a forma pela qual se constitui as noções que aparentemente se tem sobre a natureza.

A natureza geralmente é vista como sendo precisamente aquilo que não pode ser produzido; é a antítese da atividade produtiva humana. Em sua aparência mais imediata, a paisagem natural apresenta-se a nós como o *substratum* material da vida diária, o domínio dos valores-de-uso mais do que como o dos valores-de-troca [...] Todavia, com o progresso da acumulação de capital e a expansão do desenvolvimento econômico, esse *substratum* material torna-se cada vez mais o produto social, e os eixos dominantes de diferenciação são, em sua origem, crescentemente sociais (SMITH, 1988, p.67).

Esta discussão torna-se essencial para o presente trabalho, pois ajuda a compreender como a terra – que não poderia ter valor, pois não é fruto do trabalho humano – passa a ser tratada como mercadoria e lhe é atribuído preço, conforme nos mostra Martins (1979), à medida que se expande a lógica do capital.

A partir do momento em que a produção para a troca – que busca engendrar a produção capitalista – se estabelece na relação do homem com a natureza, esta relação deixa de ser exclusivamente a de valor-uso (SMITH, 1988, p.77). “O valor de troca de um bem expressa a relação quantitativa na qual pode ser trocado por outros bens; com a produção para o intercâmbio, o objetivo imediato da produção é o valor de troca e não o valor-uso” (SMITH, 1988, p.77).

Nesta perspectiva, são estabelecidas distintas formas de uso e apropriação da terra, dentre as quais, destaca-se a terra de negócio, propriedade do capital – atrelada ao processo de reprodução do capital, que tem como sua principal expressão o agronegócio – e a terra de trabalho, atrelada, sobretudo, ao processo de reprodução social dos sujeitos que têm a terra como principal meio de garantir sua existência material.

[...] a propriedade fundiária, ainda que sob diferentes códigos, foi incorporada pelo capitalismo, contradição essa que se expressa na renda capitalista da terra. Tal renda nada mais tem a ver com o passado pré-capitalista, não é mais um tributo individual e pessoal do servo ao senhor; agora é um pagamento que toda a sociedade faz pelo fato de que uma classe preserva o monopólio da terra. A nova forma que se

assume é caracteristicamente capitalista, é oposta ao tributo historicamente anterior: nem os burgueses nem os proletários transferem diretamente uma parte dos seus lucros ou de seus salários aos proprietários. Entretanto, a composição orgânica diferencial do capital entre agricultura e indústria encarrega-se de fazer aparecer nas mãos do proprietário a renda absoluta que aparentemente não é extraída de ninguém (MARTINS, 1979, p.20).

Esta discussão torna-se relevante, pois contribui para compreender de que forma o espaço geográfico é produzido e entender, a partir de uma perspectiva mais específica, como se constitui a produção do espaço nos Projetos de Assentamentos Rurais, em especial nos de Reforma Agrária que se buscou estudar. Este processo está atrelado a um movimento desigual da expansão capitalista no campo brasileiro, a partir das diversas formas que o capital desenvolve para se reproduzir. Neste sentido, destaca-se a territorialização do capital e também a criação e recriação de relações não-capitalistas de produção. Este processo não ocorre de forma pacífica. Gera conflitos, enfrentamentos e lutas. É nesse contexto que se destaca a organização social e política dos camponeses na busca por sua reprodução social.

Neste trabalho, cabe também considerar o papel do Estado como grande agente na produção do espaço, de forma especial, através de suas políticas de terras e sua expressão concreta nos projetos de assentamento da reforma agrária. Cabe destacar que as experiências do processo de reforma agrária no Brasil vêm se efetivando sem ocorrer uma mudança na estrutura fundiária. As ações desapropriatórias não constituem uma afronta à lógica capitalista, que tem como um dos seus princípios a legitimação da propriedade privada. Mesmo que seja comprovada a improdutividade dos estabelecimentos, a desapropriação para fins de reforma agrária é efetivada mediante pagamento de indenizações – por vezes milionárias – aos seus proprietários<sup>5</sup>.

A reforma agrária historicamente aparece no capitalismo como necessidade conjuntural de o capital resolver a questão social advinda da concentração das terras. Os entraves foram sempre aqueles que envolveram a natureza das desapropriações. Quando o Estado bancou as mesmas com o pagamento em dinheiro e à vista, ele apenas teve a função de criar as condições para permitir a reconversão do dinheiro retido na terra em dinheiro disponível para os capitalistas-proprietários de terra (OLIVEIRA, 2007, p.66).

---

<sup>5</sup> Nas desapropriações, o valor das benfeitorias é pago em dinheiro e o valor da terra nua é pago em Título da Dívida Agrária (TDA).

Dessa forma, concorda-se que: “A produção do espaço se efetua com a intervenção do Estado que age segundo as intenções do capital” (LEFEBVRE, 2000, p.244).

Nesta direção, aponta-se para a ação do Estado, constituído como agente defensor de interesses dos grupos político e economicamente hegemônicos. Uma aproximação com esta abordagem é proposta por Harvey (2006), que indica como, estrategicamente, os grupos dominantes ou hegemônicos fazem parecer que há uma busca pelo “interesse comum” em detrimento dos interesses de uma classe específica. Há uma sutileza e complexidade nesta questão. Daí a necessidade de analisar o relacionamento entre o Estado e o funcionamento do modo capitalista de produção (HARVEY, 2006, p.82).

Portanto, ressalta-se a importância de compreender as ações do Estado – através das suas políticas de terras, por exemplo – enquanto elementos inseridos na lógica de uma sociedade capitalista, cujas estruturas de poder estão montadas e buscam garantir que os interesses dos grupos hegemônicos sejam priorizados.

Sendo assim, Harvey (2006), observa que o Estado capitalista deve ser entendido como instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho.

A garantia do direito da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, o cumprimento dos contratos, a proteção dos mecanismos de acumulação, a eliminação das barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho e a estabilização do sistema monetário (via Banco Central, por exemplo) estão todos dentro do campo de ação do Estado (HARVEY, 2006, p.84).

Harvey destaca que “[...] o Estado é muito mais do que o exercício do poder por um governo, tendo de incluir todas as possibilidades pelas quais o poder pode ser exercido” (HARVEY, 2006, p.90).

No que se refere ao Projeto de Assentamento de reforma agrária, Germani, (1993, p.387) afirma que expressam, concretamente, uma forma de intervenção do Estado na produção do espaço, através de sua política agrária, ou seja, o Estado se destaca neste processo como um grande agente na produção do espaço. Além da ação do Estado, ressalta o papel dos trabalhadores rurais – principalmente a partir de sua organização social – como agentes da produção do espaço. Estes sujeitos expressam sua reprodução social através de uma luta histórica na busca pelo acesso à terra e para nela permanecer. De forma específica, quando os trabalhadores acessam

a terra a partir da implantação de projetos de assentamentos de reforma agrária, passam a enfrentar os novos desafios de garantir as condições de permanência na terra conquistada (GERMANI, 1993, p.388).

A mesma autora destaca as intencionalidades atreladas a este processo, os distintos interesses que se estabelecem e a correlação de forças expressa pelo confronto e enfrentamento dos diferentes grupos. Dessa forma, corrobora-se que, para além da dimensão técnica e econômica, a questão da reforma agrária envolve um conteúdo político.

No que se refere ao processo formal de implantação de um projeto de assentamento de reforma agrária, compreende a vistoria pelos técnicos do INCRA e indicação da área para ser desapropriada; determinação dos valores para a desapropriação; atuação do Estado na posse e implantação oficial do assentamento.

Porém, tornou-se corriqueiro que este processo formal seja antecedido de uma etapa que, embora não esteja na lei, é quase necessária para dar início ao processo. O que se verifica é que, normalmente, a “construção” de um PA começa num momento anterior: nas ocupações e acampamentos.

O acampamento é o primeiro momento da ocupação da terra. É uma estratégia dos movimentos organizados de criar o fato como forma de pressão para dar início ao processo formal de desapropriação. Quase todos os PAs foram antecidos de acampamentos sendo, portanto, dois momentos distintos do mesmo processo que apresentam, também, uma espacialidade distinto (GERMANI, 2001, p.71)

Assim, os assentamentos se constituem como espaços socialmente produzidos. Neste sentido, é preciso entender a ação dos diferentes agentes neste processo, inclusive o Estado enquanto grande agente da produção do espaço, pois na implantação de um projeto de assentamento de reforma agrária a intervenção estatal torna-se bastante evidente e fundamental.

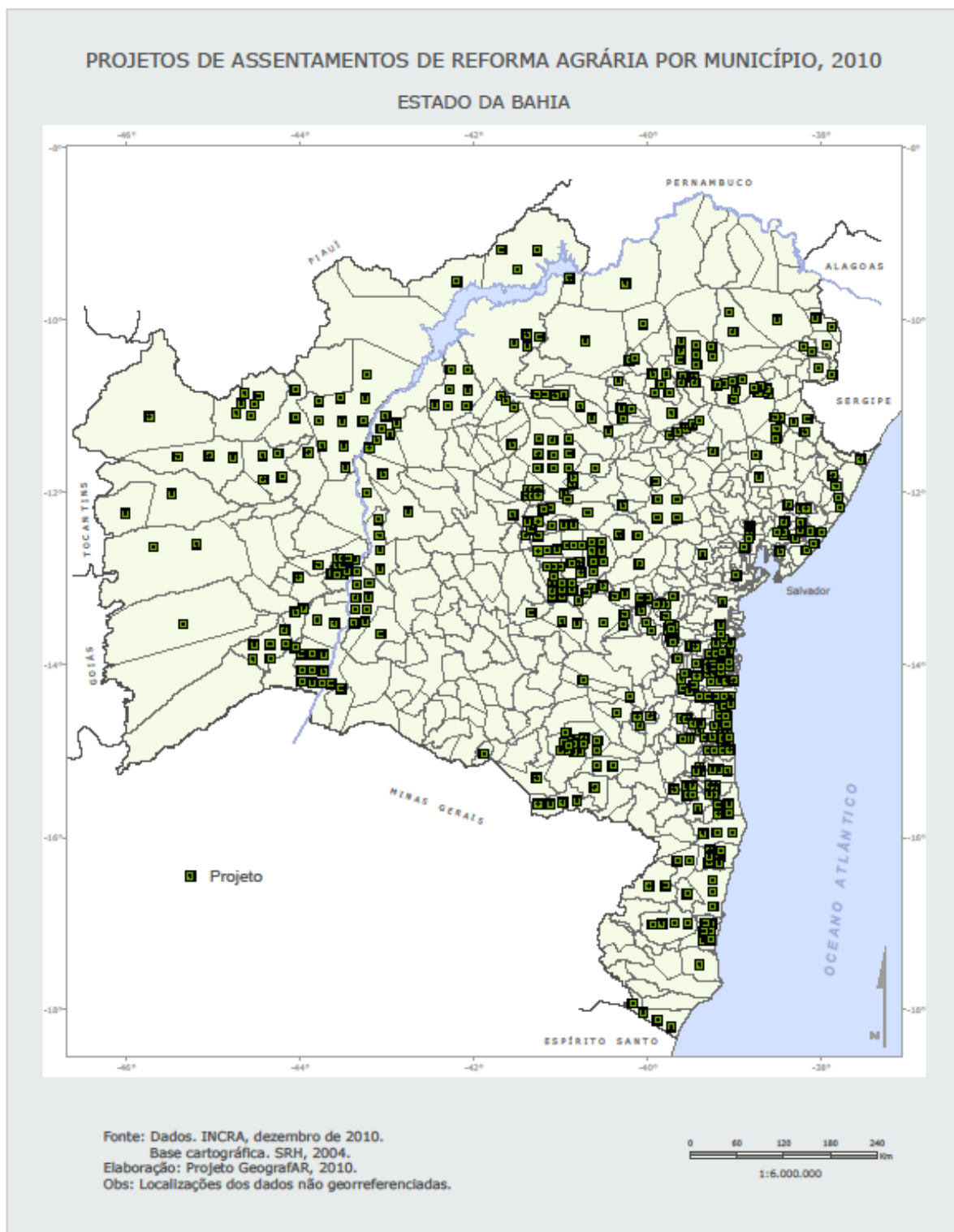
Nesta perspectiva, “O assentamento é a expressão concreta da territorialização do movimento (de luta pela terra). Não é somente o lugar da produção, mas também o lugar da realização da vida [...]” (SIMONETTI, 1999, *apud* MARQUES, 2008, p. 66).

A expressão da luta pela reprodução da vida instituída no processo de criação dos assentamentos suscitam desafios para as ciências, no sentido de entendê-los. Este trabalho busca construir uma leitura destes espaços, a partir da Geografia e à luz da produção do espaço, esta entendida como uma produção social.

### **3 O PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO DO MEIO: EXPRESSÃO CONCRETA DO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA**

A partir da segunda metade da década de 1980, com a instituição do I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA) no Brasil, e seus desdobramentos nos Planos Regionais, o espaço agrário foi dotado de uma nova realidade sócio espacial, atrelada ao processo de implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária. Esta nova cara da luta pela terra no Brasil, conforme discute Germani, (1993), expressa uma intervenção do Estado através das suas políticas públicas e, ao mesmo tempo, significa um produto da luta e dos conflitos sociais engendrados no campo brasileiro. Este contexto suscitou novos desafios para as ciências e para a sociedade, no sentido de entender a luta pela reforma agrária e, de forma especial, compreender a expressão concreta do processo de reforma agrária, no âmbito da implantação dos projetos de assentamento. O Mapa 4 destaca a espacialização dos Projetos de Assentamento de reforma agrária criados no Estado da Bahia, dentre eles os dois projetos estudados neste trabalho. A compreensão destes espaços torna-se relevante, à medida que possibilita entender que a luta pela terra e pela reforma agrária não é uma questão recente, pois em meados do século XX, por exemplo, se expressou através do movimento das Ligas Camponesas: “As Ligas Camponesas tornaram-se, pois, o primeiro movimento social de luta pela reforma agrária que ensaiou uma organização de caráter nacional” (OLIVEIRA, 2007, p.108).

Além da ação do Estado, como grande agente da produção do espaço, é preciso ressaltar o protagonismo dos trabalhadores sem terra, que neste novo contexto se estabelece a partir das estratégias de lutas e enfrentamento atrelados ao processo de organização em movimentos e organizações sociais, na escala nacional. O Estado só age sob a pressão dos movimentos sociais, a exemplo dos dois Projetos de Assentamento estudados.



**Mapa 4: Projetos de Assentamento de Reforma Agrária por município, 2010.**

A organização da luta pela terra – através da ocupação da Fazenda Sítio do Meio e das estratégias de resistência para garantir a implantação do assentamento – se insere neste processo e recebeu apoio, principalmente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. A implantação do Projeto de Assentamento Sítio do Meio constituiu um processo que é analisado neste trabalho através da compreensão da produção do espaço engendrada pela ação dos diferentes agentes, de forma especial, o Estado e os camponeses personificados em trabalhadores acampados e assentados. Para facilitar o entendimento deste processo e para fins metodológicos, optou-se por estabelecer uma periodização, pela qual considerou-se três momentos articulados. No primeiro, trata-se do período anterior à ocupação pelos trabalhadores sem-terra, e resgata-se o contexto histórico, em que se efetivou o plantio do sisal, na propriedade da Companhia de Celulose da Bahia (CCB). No segundo momento, destaca-se o período iniciado com a ocupação e com o processo de luta pela desapropriação da fazenda. Nesta direção, destaca-se os conflitos e enfrentamentos estabelecidos na luta para legitimar a conquista da terra, por meio da desapropriação e implantação do assentamento. No terceiro momento, destaca-se o período iniciado com a implantação oficial do assentamento, ou seja, com a transformação da Fazenda Sítio do Meio em um Projeto de Assentamento de reforma agrária.

### 3.1 A FAZENDA SÍTIO DO MEIO ANTES DA OCUPAÇÃO: TERRA DE NEGÓCIO EM PROPRIEDADE DO CAPITAL

A partir do levantamento documental, em especial da análise dos materiais do processo de desapropriação obtidos no INCRA que identificam a cadeia sucessória da Fazenda Sítio do Meio e através das entrevistas realizadas com os assentados, tornou possível constatar que o registro dos proprietários mais antigos remete ao ano de 1943. Até o referido ano, o imóvel pertencia a José Rocha Pires e sua esposa Izabel Cezar Pires e teve como herdeiro Artur Diniz Velloso<sup>6</sup>. Em 1962, com a partilha do espólio de Artur Diniz Velloso, cuja área registrada no cartório era de 2.367 hectares, passou a ter como proprietários os herdeiros Virgíliana Pires Velloso, Graciliano Pires Velloso, José Pires Velloso e Galdino Pires Velloso. A Fazenda Sítio do Meio caracterizava-se pela

---

<sup>6</sup> Não se encontrou informações sobre a forma em que o imóvel se destacou do patrimônio público para o privado.

exuberância de vegetação da caatinga em toda a sua extensão, onde era desenvolvida a criação de animais, principalmente por moradores das proximidades que não encontravam nenhum entrave para executar estas atividades. Naquele momento a questão da propriedade privada da terra não era muito evidente e não há registros de conflitos entre os proprietários e os trabalhadores que faziam uso do imóvel, ou seja, as distintas formas de apropriação e uso da terra não eram constituídas a partir de grandes conflitos. Mas a essência desta relação aparentemente tranquila, é possível ser explicitada a partir da compreensão das intencionalidades e das estratégias que foram se estabelecendo. A apropriação privada buscava garantir a área enquanto reserva de valor e esperar a valorização econômica da terra na região para que a lógica atrelada à obtenção de lucro pudesse ser viabilizada. Enquanto isso, o uso da terra era balizado pelo aproveitamento das suas riquezas naturais:

Contar um pouco assim, quando menino, como que era aqui, porque a gente naquele tempo, pra bem dizer a gente se criamos aqui. Era uma bela caatinga, a gente se sentia feliz quando saltava pra cá que só escutava era a chocalheira de criação, de gado [...] Mas quem não tinha gado tinha a ovelha, a cabra, outros criavam porcos (S. R., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

A valorização econômica da terra e a discussão sobre a questão da propriedade particular se estabeleceu, principalmente, a partir de 1981, quando a Companhia de Celulose da Bahia (CCB) comprou a Fazenda Sítio do Meio e iniciou o processo de plantação do sisal. Uma das estratégias para fomentar a demarcação de propriedade particular constituiu-se na construção das cercas de arame, no perímetro do imóvel, presentes até hoje (Figura 2).

Estas mudanças são melhor verificadas com os registros dos Censos Agropecuários. Em 1980, a Fazenda Sítio do Meio não aparece como estabelecimento, pois não existe registro de nenhum estabelecimento com área superior a 2.000 hectares, em Itiúba. Naquele momento, as terras da Fazenda Sítio do Meio não se encontravam cercadas. A partir de 1981, com a chegada da CCB, desmatamento da caatinga, construção das cercas de arame e plantio do sisal, a fazenda Sítio do Meio, passou a ser considerada como estabelecimento rural e aparece no Censo Agropecuário do IBGE que, em 1985 identifica dois estabelecimentos no grupo de área compreendido entre 2.000 e 5.000 hectares (conforme Tabela 4).





**Figura 2: Cerca e cancela construída em Sítio do Meio pela CCB**

Fonte: Trabalho de Campo, Outubro de 2012.

Tabela 4: Município de Itiúba (BA): estrutura fundiária, 1985

Grupo de área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Menos de 1	501	358	10,63	0,25
1 a menos de 2	588	880	12,48	0,62
2 a menos de 5	1088	3565	23,09	2,49
5 a menos de 10	672	4844	14,26	3,39
10 a menos de 20	551	7853	11,69	5,49
20 a menos de 50	724	22913	15,36	16,02
50 a menos de 100	322	23522	6,83	16,44
100 a menos de 200	140	19227	2,97	13,44
200 a menos de 500	97	30365	2,06	21,23
500 a menos de 1000	21	14111	0,45	9,87
1000 a menos de 2000	7	9638	0,15	6,74
2000 a menos de 5000	2	5760	0,04	4,03
<b>Total</b>	<b>4713</b>	<b>143036</b>	<b>100</b>	<b>100</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1985.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2010.

Considerando-se os dados dos Censos Agropecuários de 1985 e 1995/96 (conforme tabelas 4 e 5, respectivamente), constata-se também que houve mudanças no grupo de área entre 20 e 50 hectares. Com o processo de ocupação, Sítio do Meio passou a ser estruturado em 81 lotes produtivos, cada um medindo 21 hectares. Embora na maioria das vezes os imóveis desapropriados, por ainda pertencerem ao INCRA aparecem no Censo como um único estabelecimento mantendo sua dimensão original, é interessante ver que os dados de 1995/96 apresentam 793 estabelecimentos no grupo de área entre 20 e 50 ha e, no Censo de 1985 o referido grupo de área tinha 724 estabelecimentos, caso que caberia investigar melhor.

Tabela 5: Município de Itiúba (BA): estrutura fundiária, 1995/96

Grupo de área (ha)	Estabelecimentos	Área (ha)	Estabelecimentos (%)	Área (%)
Menos de 1	267	162	6,44	0,13
1 a menos de 2	400	504	9,65	0,40
2 a menos de 5	865	2668	20,86	2,10
5 a menos de 10	679	4489	16,37	3,53
10 a menos de 20	612	8316	14,76	6,53
20 a menos de 50	793	24346	19,12	19,12
50 a menos de 100	276	19530	6,66	15,34
100 a menos de 200	147	19551	3,54	15,35
200 a menos de 500	82	24404	1,98	19,17
500 a menos de 1000	21	15058	0,51	11,83
1000 a menos de 2000	4	4822	0,10	3,79
2000 a menos de 5000	1	3485	0,02	2,74
<b>Total</b>	<b>4147</b>	<b>127337</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 1995/96.  
Elaboração: Projeto GeografAR, 2010.

De acordo com os registros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das informações obtidas nos trabalhos de campo desta pesquisa, a Companhia Celulose da Bahia (CCB) conseguiu no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), um financiamento de 350 milhões de dólares para implantar um projeto de produção de sisal na Fazenda Sítio do Meio de propriedade da mesma Companhia, e também em terras devolutas da Fazenda Cassatinga<sup>7</sup>.

A chegada da CCB foi um divisor de águas no que se refere à apropriação da fazenda e ao uso das terras, pois antes era estabelecido apenas o uso e depois passou a ser legitimada a apropriação privada da terra.

Ai quando foi num determinado tempo ai veio a Celulose – apareceu a Celulose – e ai já começando a tirar a vida, porque a primeira vida que ela tirou foram (chegando aqui tinha a Lei do pé alto com quatro linhas de arame) ai já ninguém pôde mais criar. Já teve que todo mundo retirar daqui de dentro. Ai foi quando ela tirou a vida mesmo da terra, que foi o desmatamento terrível que deu ai. E felizmente, por um lado teve uma vantagem porque deu emprego com carteira assinada pro pessoal, mas fez uma grande devastação que, na época, quem viu, aqui virou um deserto (S. R., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

A plantação do sisal na região estava atrelada ao processo de expansão do capitalismo no campo e, no caso de Sítio do Meio, produziu uma mudança na forma

<sup>7</sup> A Fazenda Cassatinga foi reconhecida como Projeto de Assentamento da Reforma Agrária e também é objeto de estudo deste trabalho, cuja análise será melhor efetivada no próximo capítulo.

como as pessoas se relacionavam com aquela porção da natureza, pois foi introduzida uma lógica pela qual a terra passou a ser usada como terra de negócio. Para isso, toda a caatinga foi retirada – com toda a sua riqueza em espécies animais e vegetais – e, no seu lugar, implantou-se os campos de sisal. O objetivo era extrair lucro a partir da exploração do trabalho, expressa nas condições precárias pelas quais os trabalhadores eram submetidos. Muitos destes trabalhadores eram caçadores que não tinham mais onde exercer esta atividade; outros eram pequenos criadores de bovinos, caprinos e ovinos que assistiram a devastação da área cujo uso anterior lhes garantia o sustento das famílias.

Em 1986, a Companhia declarou falência e dispensou todos os trabalhadores. Após diversas mobilizações buscando assegurar os seus direitos, muitos destes trabalhadores se inseriram ao movimento articulado pela CPT e Sindicato dos Trabalhadores Rurais de vários municípios e ocuparam duas fazendas: Sítio do Meio e Cassatinga que, naquele momento, estavam improdutivas. A partir da ocupação, iniciou-se um movimento de lutas e enfrentamentos, que foram marcados pelos conflitos entre os diversos agentes envolvidos no processo. A ocupação expressa, concretamente, a luta que questiona um dos elementos mais centrais do capitalismo: a propriedade privada. Expressa também o processo conflituoso do antagonismo entre as distintas classes sociais, cujos interesses também se estabelecem de forma antagônica e contraditória.

### 3.2 LUTA PELA TERRA E OS CONFLITOS NA FAZENDA SÍTIO DO MEIO: DA OCUPAÇÃO AO PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

As experiências do processo de reforma agrária no Brasil, engendradas com a implantação dos projetos de assentamento, trazem para o debate os instrumentos de luta e pressão que buscam a sua efetivação. A partir da aprovação do I PNRA, a principal estratégia de luta para fazer sair do papel o que foi instituído no referido plano, foram as ocupações. Dessa forma, a maioria dos projetos de assentamentos criados na década de 1980 e 1990, foi antecedida por movimentos de ocupação. Neste contexto, se insere o processo de ocupação das Fazenda Sítio do Meio, no município de Itiúba. A ocupação da Fazenda Sítio do Meio ocorreu no dia primeiro de abril de 1989, quando cerca de 300 famílias se articularam através dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e da CPT e ocuparam, também, a área da vizinha Fazenda Cassatinga.

Foi através dos sindicatos da região toda, que envolveu Queimadas, Valente, Santa Luz, Retirolândia, Conceição do Coité, então foram vários municípios, que tomaram conhecimento da existência deste imóvel que estava sendo abandonado no caso, e por conta ai de um projeto que a antiga CCB fez e faliu na época, não deu certo, então com isso, ficou abandonado[...] Ai com isso, o povo tomou conhecimento ai organizou a ocupação (J. M. ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

Assim, as famílias que ocuparam e permaneceram na Fazenda até a criação do assentamento, são de municípios diversos, conforme mostra a Tabela 6 e Mapa 5. Neste sentido, percebe-se que, apesar de haver uma concentração do número de trabalhadores dos municípios de Itiúba, Queimadas e Conceição do Coité, a espacialização abrange nove municípios baianos no total. A partir do trabalho de campo, identificou-se também o momento de integração dos trabalhadores ao processo de luta pela terra. Do total de 81 integrantes, 73 estão no processo de luta desde o início da ocupação da fazenda, e os oito restantes entraram logo após a ocupação, quando o acampamento estava sendo construído.

Tabela 6: Municípios de origem dos assentados de Sítio do Meio

<b>Municípios de origem</b>	<b>Número de Assentados</b>
Santa Luz	1
Quijingue	1
Cansanção	1
Riachão do Jacuípe	2
Valente	5
Retirolândia	6
Conceição do Coité	9
Queimadas	16
Itiúba	40
<b>Total</b>	<b>81</b>

Fonte: Trabalho de Campo, 2012.

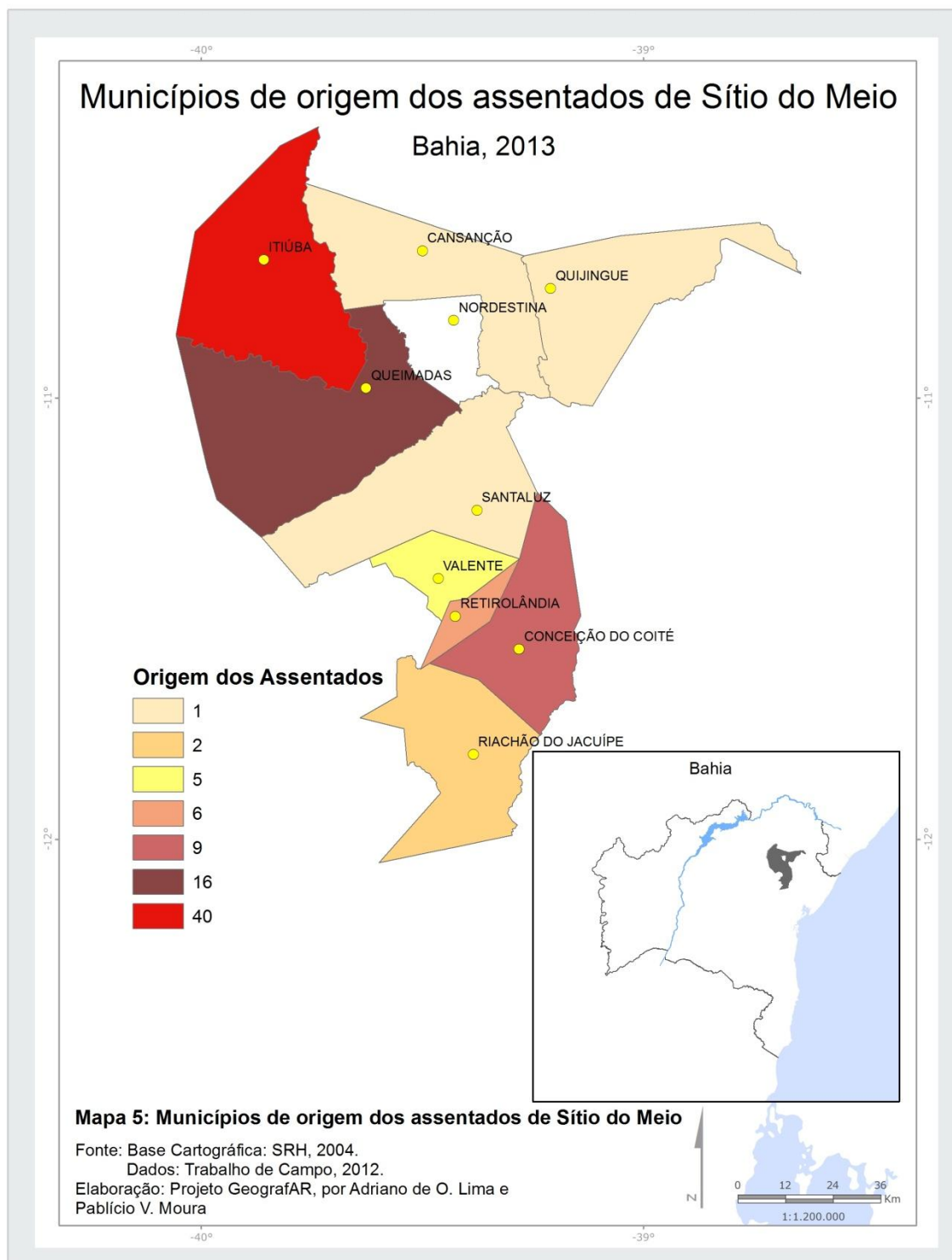
Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

O primeiro acampamento foi feito no Povoado do Jacurici da Leste – localizado ao lado do imóvel – e estendido para a Sede da Fazenda, onde as famílias permaneceram por quinze dias. Mas estes acampamentos foram rapidamente substituídos por outra forma de organização, pois logo os trabalhadores se inseriram nos lotes provisórios, onde construíram seus barracos e começaram a produzir o sisal. Neste momento, a ocupação efetivou-se em toda a área da fazenda e, devido à sua grande extensão, foram criadas estratégias até mesmo para a comunicação e mecanismos de sociabilidade:

No caso até o Mari eu lembro que já tinha barraco e o povo trabalhando no próprio sisal. Ai tinha um negócio de assim se houvesse alguma necessidade de sair todo mundo lá pro local, soltava uns fogos lá, o convite era os fogos: soltava uns fogos e só via a turma descambar no giro da sede, todo mundo “é alguma coisa, vamos embora!” E ai já sabia: qualquer mobilização, que às vezes vinha polícia ou vinha qualquer outras pessoas de fora ai era só soltar uns fogos: qualquer visita que tivesse estranha já soltava uns fogos ai o povo já chegava pra perto (B. S. C., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO)

Sítio do Meio se constituiu um processo diferenciado no momento da ocupação e na luta pela implantação do assentamento, pois desde a ocupação as famílias já passaram a retirar da terra os meios de sobreviver. “Na verdade, quando a gente entrou, já entrou produzindo, porque o sisal já *tava* na fase de cultivo, ai foi na verdade o que ajudou mesmo a manter o povo, porque com o sisal a gente conseguiu bastante ajuda pra ajudar sobreviver” (J. M., Assentado de Sítio do Meio).

A ocupação de Sítio do Meio se estabeleceu neste contexto em que, no campo brasileiro, a estratégia de luta pela terra mais expressiva era a ocupação. Mas os trabalhadores organizados em movimentos e organizações sociais enfrentaram novos desafios para manter suas reivindicações na pauta das discussões, no âmbito da política e da sociedade. Tudo isso porque, conforme destacado no capítulo anterior, a partir dos movimentos de ocupações, foram efetivadas diversas estratégias políticas para contê-las, principalmente no âmbito da legislação que se instituiu. Dessa forma, as ocupações passaram a ser criminalizadas, uma vez que os decretos passaram a estabelecer restrições nas ações de vistorias, avaliações e desapropriações, em propriedades ocupadas. Assim, a trajetória dos sujeitos que, através de suas lutas pela terra, tornam-se protagonistas das experiências do processo de reforma agrária, exige que suas ações sejam redefinidas, através dos acampamentos à beira das rodovias e fazendas, passeatas nas cidades, ocupações de órgãos públicos, dentre outras.



No caso de Sítio do Meio, os materiais obtidos na CPT registraram os conflitos que ocorreram entre os diferentes agentes, a partir do movimento de ocupação e luta pela desapropriação da fazenda. Nesta direção, destacam-se as ações que buscaram a garantia de interesses e objetivos específicos e muitas vezes antagônicos neste processo. De um lado, as famílias que ocuparam o imóvel e reivindicavam a permanência na terra por elas ocupada. Por outro lado, a CCB<sup>8</sup>, que buscava garantir o direito de propriedade da terra, apesar de mantê-la improdutivo, desde o encerramento das atividades e após declarar falência. Neste sentido, a companhia buscou diversas formas para tentar conseguir a expulsão das famílias. Destaca-se o pedido de reintegração de posse, solicitada no dia 31 de maio de 1989 junto ao juizado de direito da comarca de Itiúba. Entretanto, os sujeitos envolvidos na ocupação fundamentaram-se na cláusula da função social da terra instituída na Constituição Federal de 1988 para legitimar a luta. Após a ocupação, já foram efetivadas ações de desapropriação do imóvel, através do processo formalizado em 31 de maio de 1990.

Senhor Superintendente,

Levamos ao conhecimento de Vossa Senhoria que esta Secretaria vem cuidando de um grave conflito de terras nos Municípios de Itiúba e Santa Luz, envolvendo terras das Fazendas Sítio do Meio e Lagoa do Boi, de propriedade da Klábim – Fabricadora de Papel e Celulose S. A. Registre-se que o conflito pela posse da terra data de mais de ano. Apesar disso, a Empresa ingressou em Juízo com várias ações contra dezenas de trabalhadores rurais e seus familiares.

Nesta Secretaria foram realizadas várias reuniões para solução amigável do conflito, estando em andamento proposta de alienação da área.

Já existe levantamento perimétrico das Fazendas, tendo a Empresa apresentado proposta de preço (INCRA, 1990, p.30).

Diante deste conflito, a CPT atuou no sentido de assessorar juridicamente os trabalhadores acampados na contestação da ação de reintegração de posse; acompanhar os trabalhadores na ocupação da Secretaria de Reforma Agrária e da Assembleia Legislativa, para pressionar e agilizar o processo de desapropriação e imissão de posse; prestar assessoria de imprensa para explicitar o conflito e os casos de violência; representar os trabalhadores nas audiências e negociações entre o INCRA e a CCB; apoiar a organização dos trabalhadores para possibilitar e melhorar a produção e comercialização do sisal e o cultivo de produtos para a manutenção das famílias acampadas.

---

<sup>8</sup> Que passou a ser denominada de Klábim – Fabricadora de Papel e Celulose S. A.

Neste processo, é possível compreender a importância da organização social dos sujeitos envolvidos neste movimento e, como expressão concreta, destaca-se a criação, em 1993, da Associação Comunitária dos Moradores e Pequenos Produtores Rurais de Sítio do Meio e Cassatinga<sup>9</sup>. Cabe chamar a atenção que a Associação congregava pessoas das duas áreas em questão, da Fazenda Sítio do Meio e Cassatinga. Sua atuação teve papel central como mecanismo de articulação dos camponeses e para representá-los nas negociações e reivindicações junto aos órgãos do poder público, na busca pela desapropriação da fazenda e desdobramentos do processo de criação do assentamento.

### 3.3 DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA E IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO SÍTIO DO MEIO: MATERIALIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA

O Projeto de Assentamento Sítio do Meio foi criado em 1996, a partir de um processo iniciado com a ocupação da fazenda, cuja desapropriação para fins de reforma agrária concretizou-se em 1994.

A Fazenda Sítio do Meio foi desapropriada pelo Decreto Federal de 23 de maio de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 24 de maio de 1994 (Conforme anexo), onde declara o referido imóvel rural de interesse social para fins de reforma agrária. Após a publicação do Decreto, diversas ações foram efetivadas na busca pelo seu cumprimento, constituindo-se o processo de implantação oficial do Assentamento Sítio do Meio, que teve como ato de criação a Portaria 026, de 23 de agosto de 1996.

Nas assembleias da Associação discutia-se e acompanhava-se com muita expectativa a desapropriação de Sítio do Meio, pois este ato significaria a resposta institucional frente a resistência dos trabalhadores que ocuparam a referida fazenda e nela resistiram na luta, desde 1989.

Com referência ao processo de desapropriação do Sítio do Meio, segundo o juiz da 7ª Vara da Justiça Federal, A Klabin já pegou o valor correspondente a desapropriação, só faltando o promotor dar o parecer para então emitir a Emissão de posse da referida área, que deverá sair a qualquer momento (Livros de Atas das Assembleias da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais das Fazendas Cassatinga e Sítio do Meio, 08 de Janeiro de 1996, Volume 1, p.24).

---

<sup>9</sup> A referida Associação será melhor analisada no Capítulo 4, mas aparecem trechos das atas das assembleias em vários momentos do trabalho.



Com a criação do Projeto de Assentamento, não encerram os desafios dos sujeitos que lutaram para entrar na terra e que precisam construir estratégias para nela permanecerem. Um dos principais desafios pode ser constatado no laudo de vistoria da fazenda, elaborado no processo de desapropriação.

As terras da Fazenda Sítio do Meio estão localizadas na mancha de solos de fertilidade média a alta, porém são solos poucos profundos ou rasos e de perfil mal desenvolvidos, uma vez que a rocha quase aflora a superfície. Imperfeitamente drenados, com problema de drenagem que provocam um excesso de água no período chuvoso e na época de seca tornando-se duro [...] (INCRA, 1990, p.30).

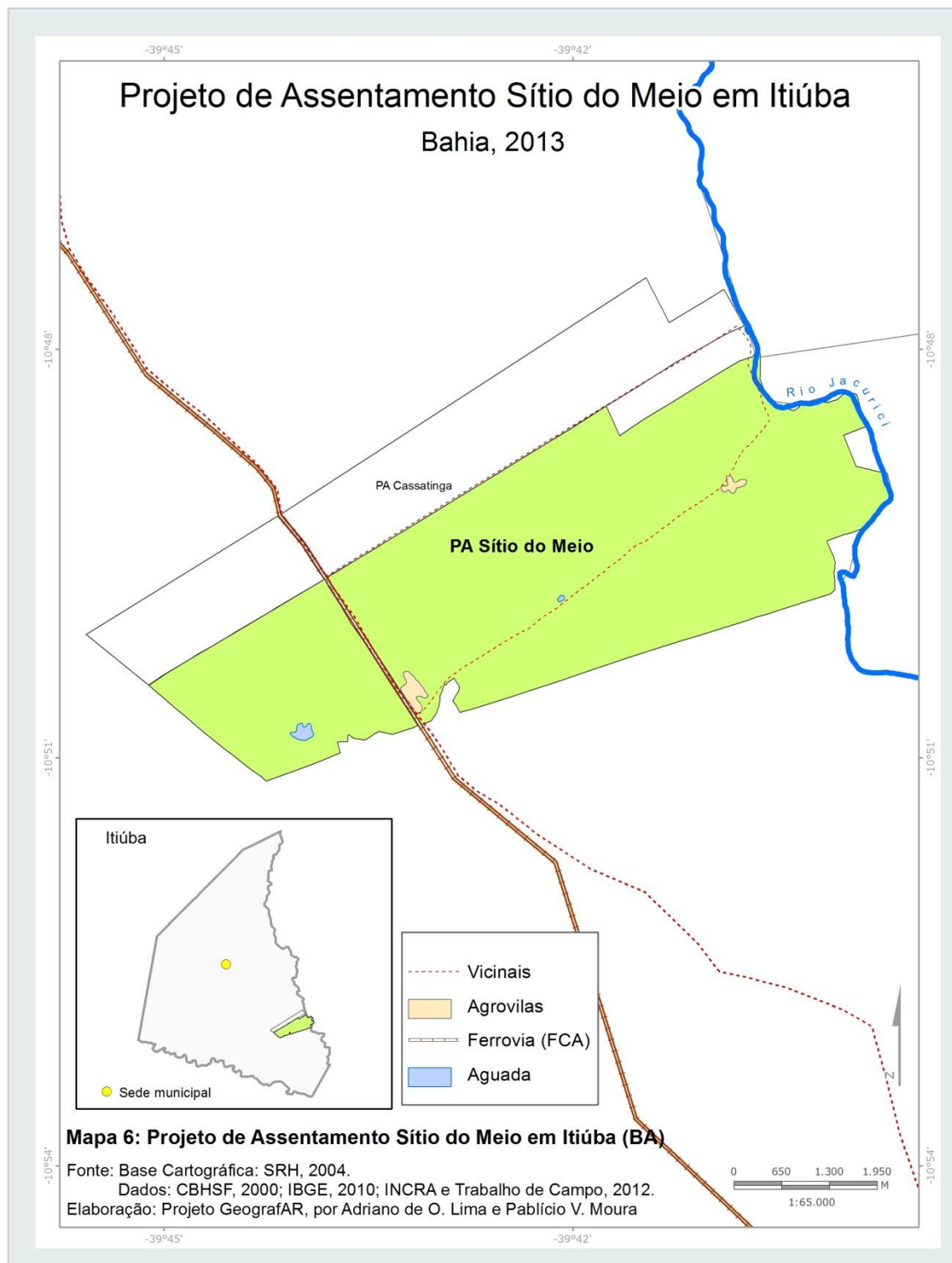
Mas no processo de desapropriação do imóvel, estas condições apresentadas, embora pontuadas, foram consideradas menos relevantes, frente a situação que se estabeleceu.

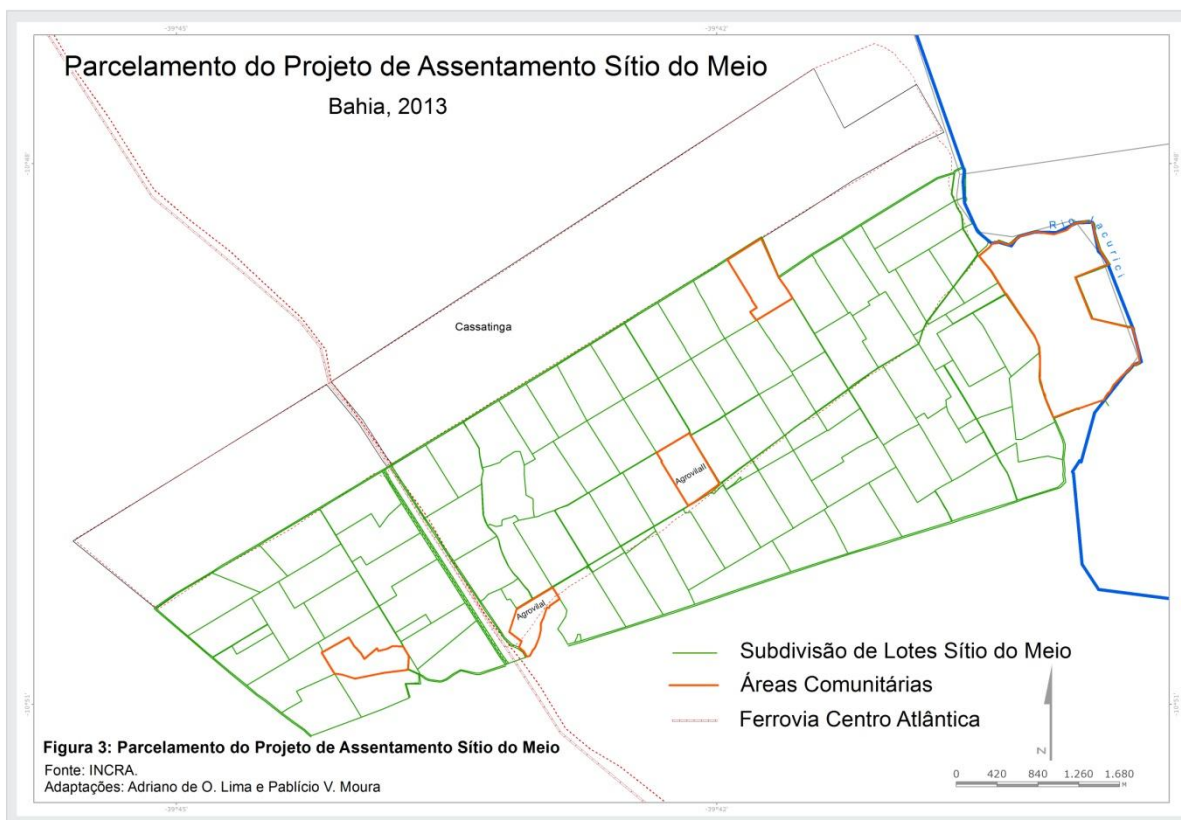
Em razão dessas limitações de ordem climática e pedológicas em princípio sou contrário à aquisição do imóvel. Entretanto, em face da total ocupação da propriedade pelos “sem terra” ser praticamente irreversível, onde há necessidade de intervenção governamental, visando sanar os problemas de tensão social, minimizado através acordo (INCRA, 1990, p.30-31).

Com uma área total de 2.367 hectares, o Assentamento Sítio do Meio (Mapa 6 e Figura 3) está estruturado em 81 lotes familiares de 21 hectares, além de uma área coletiva. A cultura do sisal desenvolvida no assentamento – cuja discussão será melhor apresentada no último capítulo deste trabalho –, vem possibilitando a reprodução da vida dos camponeses assentados, além de tornar possível a diversificação das atividades por eles efetivadas nos lotes, que têm como base o trabalho familiar. Nesta direção, a transformação do estabelecimento rural improdutivo em assentamento de reforma agrária, apesar de não modificar a lógica da estrutura fundiária, contribuiu para requalificar os sujeitos envolvidos no movimento. Ou seja, os camponeses que conseguiram entrar na terra e dela retiram os meios para reproduzir a própria existência, outrora tinham como condição social a luta travada nas ocupações e nos acampamentos.

A implantação oficial do Projeto de Assentamento Sítio do Meio constituiu o resultado de um processo de luta que objetivou a conquista da terra. Portanto, a

formação do assentamento representa a apropriação de um estabelecimento rural por camponeses que buscaram torná-lo produtivo e engendraram uma transformação na lógica de sua utilização. O assentamento apresenta-se como um novo espaço de vida e de trabalho, onde as relações sociais buscam dar continuidade às estratégias de luta e a reprodução do grupo social. Neste sentido, a luta deixa de ser pela conquista da terra e passa a ser pela garantia de condições para torná-lo produtivo. A partir da criação oficial do assentamento, não se estabeleceu uma ruptura com os movimentos e organizações sociais que estavam vinculados nos primeiros momentos da ocupação. Ao contrário, suscitou novas necessidades de articulação política e mobilização coletiva, direcionadas para a garantia da permanência na terra conquistada. Neste contexto, o Movimento Estadual dos Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (Movimento CETA) tem se destacado na orientação, assessoria e apoio aos camponeses assentados de Sítio do Meio.





A partir do reconhecimento de Sítio do Meio como Assentamento da Reforma Agrária pelo INCRA, imprimiram-se novas formas espaciais, de modo especial, a partir da aquisição dos créditos e outros benefícios garantidos pela legislação. Estas formas são inseridas no espaço e carregam um conteúdo social que se estabelece no âmbito da produção do espaço do assentamento. Nesta direção, ressalta-se a criação das Agrovilas (Figura 4 e 5), como forma de organização social que permitiu uma maior articulação e sociabilidade, além de facilitar a construção de infraestrutura para melhoria nas condições de vida dos assentados. A escolha da localização onde foram construídas as Agrovilas foi discutida e deliberada nas assembleias da associação.

Foi feito um esclarecimento sobre (O CRÉDITO HABITAÇÃO) que é liberado através do INCRA para as áreas de assentamento da Reforma Agrária pelo INCRA, assim sendo, todos Assentados na mesma Fazenda citada, decidiram por sua espontânea vontade a criação da Agrovila, em um local visível e de fácil localização para quem vem para a sede da Fazenda Sítio do Meio (Livros de Atas das Assembleias da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais das Fazendas Cassatinga e Sítio do Meio, 16 de Dezembro de 1996, Volume 1, p.42).



**Figura 4: Agrovila I em Sítio do Meio.**

Fonte: Trabalho de Campo.



**Figura 5: Agrovila II em Sítio do Meio.**

Fonte: Trabalho de Campo.

Nas entrevistas os assentados confirmam que a escolha da localização das Agrovilas foi deliberada pelos próprios assentados e justifica a criação das duas Agrovilas (Agrovila I e Agrovila II):

Teve ainda a pergunta como é que queriam. Se queriam fazer as duas agrovilas (se queriam fazer agrovilas ou se queriam fazer individual). Sei que, queriam fazer uma agrovila só, depois Deus ajudou, que foi uma boa: Deus ajudou que se podia dividir e fizeram uma lá e outra aqui.

Foi bom porque já pensou se esta agrovila fica lá no final, porque lá é o final da área? E o pessoal daqui? Como no caso de nós que *tamu* aqui neste povoado, nós temos nossas roças pra cá. E se fosse pra ir pra lá, pra vim? Tinha sido uma desvantagem [...] E também era mais fácil os povoados porque também pra vim alguma coisa coletiva era muito mais fácil (S. R., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

O acesso ao crédito habitação permitiu a construção das residências nas agrovilas para todas as famílias assentadas e esta opção de moradia constitui a preferência da maioria dos assentados. Nesta direção, a Tabela 7 destaca que, apesar da situação encontrada de 21 famílias com moradia principal localizada fora do assentamento<sup>10</sup>, 58 famílias continuam morando em uma das Agrovilas (I ou II). Identificou-se também duas famílias morando em casas nos lotes, apesar de possuírem casas na agrovila.

Tabela 7: PA Sítio do Meio: Local da principal moradia dos beneficiários

<b>Local de moradia</b>	<b>Número de beneficiários</b>
Agrovila I	39
Agrovila II	19
No lote	2
Fora do Assentamento	21
<b>Total</b>	<b>81</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

Além das agrovilas, a partir da criação do assentamento, destaca-se a formação e distribuição definitiva dos lotes; a construção dos prédios escolares; a implantação de obras de infra-estrutura, como água encanada, eletrificação dos povoados, aguadas, estradas e serviços de telefonia (Figuras 6 a 9).

<sup>10</sup> A principal moradia destas famílias está localizada no município de Itiúba – Povoado de Jacurici da Leste (sete famílias); Povoado de Mangabeira (cinco famílias); Povoado de Cabaças (três famílias); Fazenda Ipueira Grande (uma família) – e no município de Queimadas – Povoado de Gregório (três famílias); Cidade de Queimadas (uma família); Fazenda Ipueira do Banco (uma família); Fazenda Barragem (uma família).



**Figura 6: Caixa d'água**

Fonte: Trabalho de Campo.



**Figura 7: Postes de Energia Elétrica**

Fonte: Trabalho de Campo.



**Figura 8: Estrada e Aguada**

Fonte: Trabalho de Campo.



**Figura 9: Orelhão com telefone**

Fonte: Trabalho de Campo.

### 3.3.1 Os Assentados de Sítio do Meio

Na construção deste trabalho, buscou-se informações em diversas fontes e desenvolveu-se um diálogo com os sujeitos que, através de suas trajetórias, acumularam informações relevantes sobre a área de nosso estudo, cuja sistematização e discussão será apresentada nesta parte da pesquisa. Neste sentido, é preciso ressaltar o trabalho junto à diretoria da associação, agentes de saúde, professores, assentados mais antigos, técnicos do INCRA, dentre outros.

Este exercício de levantamento de informações diversas e consistentes possibilitou conhecer melhor a realidade dos sujeitos que estão, de forma mais direta,



envolvidos no processo, ou seja, os assentados. Devido à dinâmica social em que se dá a reprodução da vida no assentamento, considerou-se o dia 30 de junho de 2012 como data de referência cujas informações que seguem foram analisadas. Nesta data foi realizado o trabalho de campo pelo qual se obteve as principais informações sobre as famílias e os domicílios.

Com este trabalho identificou-se um total de 347 assentados, incluindo-se os 81 titulares dos lotes e suas famílias<sup>11</sup>. Do total de assentados, identificou-se 190 masculinos e 157 femininos e, na Tabela 8, apresenta-se a distribuição dos assentados, por faixa etária.

Tabela 8: PA Sítio do Meio: Assentados, por faixa etária

<b>Faixa etária</b>	<b>Número de assentados</b>
0 a 5 anos	13
6 a 10 anos	25
11 a 15 anos	45
16 a 20 anos	52
21 a 25 anos	38
26 a 30 anos	25
31 a 35 anos	18
36 a 40 anos	13
41 a 45 anos	20
46 a 50 anos	34
51 a 55 anos	15
56 a 60 anos	19
Acima de 61 anos	30
<b>Total</b>	<b>347</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

Na busca por uma leitura articulada das informações obtidas em campo, objetivou-se identificar a situação dos assentados alfabetizados e não alfabetizados, relacionando-as com as faixas etárias (Conforme Tabela 9). Observa-se que, dos 50 assentados não alfabetizados, 13 são crianças com idade até cinco anos – que ainda não chegaram à idade escolar – e, no caso dos assentados não alfabetizados com idade superior a 61 anos, a explicação para esta situação foi, principalmente, a falta de oportunidade para acesso aos serviços de educação.

<sup>11</sup> Considerou-se os titulares que efetivamente moram em Sítio do Meio (nas Agrovilas ou nos lotes). No caso dos beneficiários que moram fora do assentamento, foram considerados apenas o titular do lote.



Nas demais faixas etárias, pode-se constatar que a quantidade de assentados alfabetizados é superior a de não alfabetizados, devido ao processo de ampliação dos serviços de educação no Brasil, principalmente nas últimas décadas. Além disso, torna-se relevante destacar o papel da Escola Família Agrícola (EFA) de Monte Santo e, a partir de 2009, da EFA de Itiúba, localizada no Povoado de Rômulo Campos. Muitos assentados de Sítio do Meio têm conseguido nas referidas escolas, uma educação diferenciada, onde a proposta e prática pedagógica busca atender aos objetivos de uma educação atrelada a realidade em que os sujeitos estão inseridos.

Tabela 9: PA Sítio do Meio: Assentados (por faixa etária, alfabetizados, não alfabetizados)

<b>Faixa etária</b>	<b>Número de assentados</b>	<b>Alfabetizadas</b>	<b>Não alfabetizadas</b>
0 a 5 anos	13	–	13
6 a 10 anos	25	22	3
11 a 15 anos	45	45	–
16 a 20 anos	52	51	1
21 a 25 anos	38	38	–
26 a 30 anos	25	25	–
31 a 35 anos	18	16	2
36 a 40 anos	13	12	1
41 a 45 anos	20	19	1
46 a 50 anos	34	29	5
51 a 55 anos	15	13	2
56 a 60 anos	19	12	7
Acima de 61 anos	30	15	15
<b>Total</b>	<b>347</b>	<b>297</b>	<b>50</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima

Outro elemento que este estudo aponta é a presença feminina à frente do lote familiar, pois do total de 81 titulares, 65 são masculinos e 16 são femininos (Tabela 10). A partir dos trabalhos de campo e do cadastro dos beneficiários junto ao INCRA, observou-se que, apesar do número de mulheres não ser maioria, constitui uma quantidade expressiva na composição da liderança do lote. Esta constatação não representa apenas um registro no cadastro de beneficiários, com o nome da mulher, mas expressa a atuação feminina no assentamento, através da participação nos espaços de decisão.

Tabela 10: PA Sítio do Meio: número de beneficiários, por sexo

<b>Sexo</b>	<b>Número de beneficiários</b>
Masculino	65
Feminino	16
<b>Total</b>	<b>81</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

Para além de um espaço de realização de determinada atividade econômica, o assentamento se constitui um espaço de reprodução da vida e, dessa forma, este trabalho buscou analisar em quais condições este processo está acontecendo. A discussão sobre as condições de vida dos assentados de Sítio do Meio levou em consideração as 60 famílias que efetivamente moram no assentamento, ou seja, nas agrovilas e nos lotes<sup>12</sup>.

No que se refere às condições das moradias, destaca-se que todas as casas foram construídas com tijolos e, mesmo nas agrovilas, não tem um único modelo.

Uma das formas de abastecimento de água para as duas agrovilas foi construída a partir da captação no Rio Jacuricí, cuja margem direita banha o assentamento. As figuras 10 e 11 destacam partes do sistema de abastecimento implantado pelo INCRA.



**Figura 10: Construção onde o motor está inserido**

Fonte: Trabalho de Campo.



**Figura 11: Captação de água**

Fonte: Trabalho de Campo.

A tabela 11 destaca as principais formas de abastecimento de água em Sítio do Meio. A forma de rede pública em 37 domicílios é constituída pelo abastecimento

<sup>12</sup> Esta opção se justifica pela impossibilidade de obter informações consistentes junto às famílias que moram fora do assentamento, cujo local de moradia em diversos casos extrapolam os limites do município de Itiúba.

anteriormente mencionado e, no que se refere aos 23 domicílios que ainda têm outra forma como principal abastecimento, consiste na captação de água da chuva, através da instalação de calhas nos telhados das residências e construção das cisternas. Neste caso, apesar do abastecimento através de rede pública, a principal forma se constitui no uso de água das cisternas (Conforme Figura 12).

Tabela 11: PA Sítio do Meio: Abastecimento de água

<b>Formas de abastecimento</b>	<b>Número de domicílios</b>
Rede pública	37
Poço ou nascente	–
Outra forma	23
<b>Total</b>	<b>60</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.  
Elaboração: Adriano de Oliveira Lima



**Figura 12: Cisterna com captação de água**

Fonte: Trabalho de Campo.

Aperar da importância destas formas de abastecimento de água – encanada do rio e através das cisternas – é preciso destacar que, em 25 domicílios a água não passa por processo de tratamento, como pode ser confirmado na Tabela 12 que identifica as formas de tratamento de água. Além disso, em 10 domicílios o lixo é jogado “a céu aberto”, conforme Tabela 13, que destaca o destino do lixo.

Tabela 12: PA Sítio do Meio: Tratamento da água

<b>Formas de tratamento</b>	<b>Número de domicílios</b>
Filtrada	34
Fervida	–
Cloração	1
Sem tratamento	25
<b>Total</b>	<b>60</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.  
Elaboração: Adriano de Oliveira Lima

Tabela 13: PA Sítio do Meio: Destino do lixo

<b>Opções de destino</b>	<b>Número de domicílios</b>
Coletado	18
Queimado/enterrado	32
Jogado a céu aberto	10
<b>Total</b>	<b>60</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.  
Elaboração: Adriano de Oliveira Lima

Cabe ressaltar que, não obstante as lutas e conquistas, os assentados continuam a encontrar novos desafios para serem trabalhados. Neste sentido, a organização através da associação busca inserir na pauta de discussões, as demandas das famílias e aponta possíveis formas de resolver as questões demandadas no âmbito do assentamento. Nesta direção, as assembleias da associação se constituem em espaços de decisão, onde busca-se discutir as necessidades do assentamento e adequar os projetos para atender as demandas do grupo social, contrapondo-se, em determinadas situações, às propostas estabelecidas de forma verticalizada. Foi nesta direção que se pensou no momento da construção das unidades escolares em cada agrovila, onde: “[...] de primeira mão foi questionado o valor. O que fazer? Uma escola? Duas escolas? O que fazer? Apelar pra quem? Daí surgiram propostas: mudança no projeto; lutar junto ao INCRA por uma planta mais simples para conseguir construir os dois prédios” (Livros de Atas das Assembleias da Associação de Sítio do Meio e Cassatinga, 06 de Abril de 1998, Volume 2, p.19).

Nas assembleias são discutidas e deliberadas, desde a execução de projetos conseguidos através do INCRA, até a criação de normas para permitir a construção de casas de “estranhos” no assentamento. Dessa forma, entrou na pauta de discussão a

questão das doações de lotes nas Agrovilas, para construções de prédios públicos e de residências para particulares:

Passou-se para a doação de dois lotes para a construção da escola e de uma igreja para o povoado da Agrovila 01. Foi colocado em discussão e aprovado por unanimidade. Entrou também em discussão e foi analisado a questão das doações de lotes para pessoas outras. Para entrar tem que ser analisado. Ficando para a próxima assembleia assinarem um documento com todos os critérios (Livros de Atas das Assembleias da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais das Fazendas Cassatinga e Sítio do Meio, 05 de Janeiro 1998, Volume 2, p.15).

Assim, o espaço do assentamento vem sendo produzido através das práticas sociais dos sujeitos inseridos neste processo dinâmico e complexo. De acordo com o INCRA, o Assentamento Sítio do Meio encontra-se na fase 06, em processo de consolidação<sup>13</sup>. Para além de se destacar como um espaço de produção de atividades econômicas, o assentamento se constitui em espaço de reprodução da vida. Os depoimentos dos assentados reforçam a concepção de camponês, centrado na tríade família, terra e trabalho, cuja articulação tornou-se mais completa a partir de suas lutas e conquistas.

Graças a Deus eu me sinto feliz, porque adquiri a terra pra trabalhar. Acabei de criar a família. Graças a Deus acho que posso dizer que tenho uma casa pra morar [...] A gente adquiriu aqui foi tudo depois que chegou e fico feliz. A avaliação que eu faço é que pra mim foi bom (S. R., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

Se a gente não se organiza pra entrar aqui nestas terras, tava aonde mesmo? Vivendo de quê? Não tinha. A salvaguarda de muitos aqui foi esta terra. Eu digo eu mesmo por isso: porque ali na terra que era de pai só tocava 16 tarefas pra nós. Dava pra criar oito filhos em riba de 16 tarefas e sobreviver? Num dava. Eu num tava aqui com vocês conversando (A. C. O., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO ).

Ressalta-se o que significou o reconhecimento oficial de Sítio do Meio como um Projeto de Assentamento pelo INCRA:

Primeiro, era um sonho nosso. Ai, quando isso de fato aconteceu, pra nós foi uma realização do sonho nosso, *né*, que, até então, a gente *tava* ali, *tava* assim meio que inseguro, sem ter, de fato, uma garantia que

---

<sup>13</sup> O INCRA define as seguintes fases: 01 - Pré-Projeto de Assentamento; 02 - Assentamento em criação; 03 - Assentamento Criado; 04 - Assentamento em Instalação; 05 - Assentamento em Estruturação; 06 - Assentamento em Consolidação; 07 - Assentamento Consolidado.

esse negócio ia dar certo, *né*. Ainda tinha muita gente achando que poderia demorar muito mais, ou até não sair, e como isso, veio assim, fazer com que muita gente que *tava*, se firmasse mesmo. Ai ninguém quis mais sair (J. M., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

A expressão concreta da luta pela terra e de condições para torná-la produtiva, constituída no processo de criação do Projeto de Assentamento Sítio do Meio, se insere no processo de luta pela reforma agrária no Brasil. Este trabalho permitiu construir elementos explicativos do recorte de análise, compreendendo-o em sua articulação com o contexto das lutas e enfrentamentos estabelecidos no campo brasileiro, frente às contradições sociais intensificadas com a expansão do capitalismo.

#### 4 O ASSENTAMENTO CASSATINGA E A CONTINUIDADE DA LUTA

No capítulo anterior deste trabalho analisou-se o Projeto de Assentamento Sítio do Meio, criado pelo INCRA por meio de obtenção de terras, na forma tradicional por desapropriação. No presente capítulo, busca-se estudar o Projeto de Assentamento Cassatinga, que por ser implantado em terras públicas, foi instituído como projeto de Reforma Agrária primeiramente pelo Estado da Bahia, através da CDA e posteriormente reconhecido pelo INCRA para ter acesso às políticas públicas do Plano Nacional da Reforma Agrária.

Os dois assentamentos de Reforma Agrária estudados neste trabalho fazem parte dos cinco implantados no município de Itiúba até 2011. O conjunto destes assentamentos envolvem 199 famílias e 5.606,0193 hectares em diferentes fases. Incluindo-se os dois Projetos de Assentamento de Reforma Agrária estudados neste trabalho, no município de Itiúba foram criados cinco assentamentos, onde foram assentadas 199 famílias, até 2011, conforme Tabela 14.

Tabela 14: Assentamento da Reforma Agrária no Município de Itiúba, em 2011

<b>Assentamento</b>	<b>Criação</b>	<b>Nº de Famílias</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>Fase</b>
Sítio do Meio	23/08/1996	81	2.367,2120	6
Nova Conquista de Itiúba	06/12/2000	25	1.378	5
Novo Paraíso	22/04/2005	16	135,9473	4
Cassatinga	10/12/2008	42	1.036,8600	3
Bela Conquista	10/12/2008	35	688	3
<b>Total</b>		<b>199</b>	<b>5.606,0193</b>	

Fonte: INCRA, 2011.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

O processo de criação destes assentamentos foi marcado por conflitos estabelecidos no movimento de luta, por meio das ocupações e/ou enfrentamento dos posseiros para permanecerem na terra e estratégias para romper a lógica violenta pela qual a propriedade da terra tem se estruturado. Nesta direção, no momento em que as famílias se organizaram e ocuparam as fazendas improdutivas, a questão central não era identificar se constituía uma propriedade particular ou se tratava de terras públicas, pois ambas eram propriedades improdutivas e abandonadas, portanto, não cumpriam sua função social. Mas a partir da ocupação e no processo de criação do Projeto de

Assentamento Cassatinga, a questão da dominialidade, associada ao tratamento institucional – de forma especial a CDA e o INCRA – tem se constituído de forma decisiva nos seus desdobramentos. Neste momento da pesquisa efetivou-se uma análise deste processo, através de investigação da Fazenda Cassatinga antes da ocupação, seguindo-se pelo movimento de ocupação e luta dos camponeses para resistir na terra, frente aos obstáculos encontrados e, finalmente, aborda-se a criação do Projeto de Assentamento Cassatinga e sua atual situação.

#### 4.1 A FAZENDA CASSATINGA ANTES DA OCUPAÇÃO: USO PRIVADO DE TERRAS PÚBLICAS

Até o início da década de 1980, a Fazenda Cassatinga era constituída basicamente de uma vegetação de caatinga e seu uso era voltado para a criação de animais, condição esta que se estendia para as terras da Fazenda Sítio do Meio. Mas naquele momento já existia uma distinção entre as duas fazendas, no que se refere à dominialidade. Sítio do Meio era uma propriedade particular e Cassatinga eram terras devolutas.

Nesta direção, o processo de desenvolvimento deste trabalho aponta para a necessidade de considerar a questão das terras devolutas e terras públicas, que constituem patrimônio público, cuja apropriação tem se estabelecido de forma complexa. Um dos principais desafios em discutir a questão das terras devolutas reside na dificuldade de informações sobre a sua localização, dimensão e de que forma está sendo usada, pois não há registros precisos sobre este patrimônio público. O Projeto GeografAR vem inserindo em suas pesquisas, a discussão sobre as terras devolutas, de forma especial no âmbito do Estado da Bahia. Entretanto, apesar de apontarem perspectivas profícuas, estas pesquisas se encontram em andamento e ainda não apresentam resultados efetivos, mas há uma estimativa de que mais de 55% do Estado da Bahia é de dominialidade pública, isto é, terra devoluta.

Concomitante ao processo de implantação da cultura do sisal em Sítio do Meio, a CCB o fez também em Cassatinga, no início da década de 1980. Aquele momento constituiu uma alteração na vegetação original e uma transformação na forma de uso do imóvel. A escolha do título deste tópico teve como intencionalidade apontar para o



questionamento que se faz sobre a apropriação de um patrimônio público por uma empresa particular, no caso a CCB<sup>14</sup>.

Na construção deste trabalho, não se conseguiu informações detalhadas sobre as condições pelas quais foi estabelecido o arrendamento para uso das terras da Fazenda Cassatinga pela CCB. Entretanto, o laudo de vistoria da Fazenda Sítio do Meio, efetivado pelo INCRA, destaca a existência da Fazenda Cassatinga – arrendada pela CCB e titulada pelo Estado após o término do contrato de arrendamento –, ocupada no mesmo momento de Sítio do Meio.

Limítrofe a Fazenda Sítio do Meio, havia uma área pertencente ao Estado, arrendada à Companhia Celulose da Bahia, que sofreu o mesmo tipo de intervenção pelos “sem terra”. Porém, após o término do contrato de arrendamento, o Estado regularizou a situação dos mesmos, que estão vivendo, hoje, exclusivamente de culturas do sisal [...] (INCRA, 1990, p.31).

Na segunda metade da década de 1980 a CCB interrompeu suas atividades que buscavam produzir o sisal em Cassatinga e Sítio do Meio. O “portão de entrada” da ocupação foi a partir da Fazenda Cassatinga, cuja entrada das famílias não constituía uma grande afronta à propriedade particular, por se tratar de terras públicas e pela situação em que se encontrava abandonada e improdutiva. Mas de imediato a ocupação se expandiu para a fazenda vizinha e as particularidades e desdobramentos foram sendo conformados na prática social, mas ligeiramente atrelados às distintas formas de dominialidade jurídica de cada fazenda.

#### 4.2 OCUPAÇÃO DA FAZENDA CASSATINGA E AS ESTRATÉGIAS PARA RESISTIR NA TERRA

Neste tópico buscou-se analisar o momento que precede a criação de Cassatinga como projeto de assentamento da reforma agrária, no recorte temporal constituído a partir da organização do movimento de ocupação da fazenda até a publicação dos decretos de criação do assentamento. Esta leitura torna-se relevante à

---

<sup>14</sup> Em 1989 a denominação da Companhia Celulose da Bahia (CCB) foi alterada para Indústrias Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S/A.

medida que permite uma compreensão da luta e do protagonismo dos sujeitos que se organizaram em torno de um “projeto” de vida balizado no trabalho com a terra.

Muito embora o reconhecimento de Cassatinga como projeto de assentamento tenha sido efetivado no ano de 2008, o marco inicial da luta se estabeleceu no movimento de ocupação, em 1989. Ou seja, entre a ocupação da fazenda e a criação oficial do assentamento formam 19 anos de enfrentamento dos camponeses para resistir na terra ocupada. O depoimento de um assentado explica o processo de ocupação:

Tem uma área que é do Estado e ela não tem problema nenhum. É só o povo se organizar e “cair dentro”. [...] Quando nós chegamos aqui e vimos a beleza do sisal (ai só o sisal né, era um meio de sobrevivência que a gente vimos ai pronto) aquilo foi o mesmo que a gente ter acertado na loto. Ai organizemos um grupo ai de Valente, Santa Luz, Retiro, Coité. Tinha gente até de Riachão. Ai nós formemos este grupo e viemos pra aqui (G.S.L., ASSENTADO DE CASSATINGA).

No que se refere às estratégias empreendidas para assegurar a entrada e demarcação na terra e ganhar visibilidade, destaca-se que nem todas as famílias tinham como objetivo permanecer na terra ocupada. Muitos estavam buscando fortalecer a luta. “O conflito tinha muita gente. Tinha pra 600, 700, 1000 pessoas: uns interessados e outros ajudando” (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

O acampamento teve duração pequena, de cerca de quinze dias. Logo as famílias se inseriram na fazenda, construíram seus barracos, formaram os lotes provisórios e começaram a produzir o sisal.

Cada família, as vezes teve deles que já chegou com mulher e filhos e tudo, e ai encostou num pé de imbuzeiro e pegou uma lona e já fez um barraquinho de lona e entro pra debaixo, foi trabalhar e deli mesmo construiu um barraquinho, outros já construíram uma casinha, e por ai vai (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

No processo de ocupação, o objetivo maior era entrar na terra. Naquele momento não se observava a questão da dominialidade: se eram terras públicas ou se eram terras de propriedades particulares.

Repare só como já era difícil na cabeça de quem, de nós que não entendia: **tudo era terra**. Nós nem queria nem saber. Só que uma era do Estado e a outra do governo federal, que é Sítio do Meio e a Cassatinga. Repare que diferença: Cassatinga era uma área do Estado

e já o Sítio do Meio era... E nós ia saber? Nós ia entender? É tanto, que pra você perceber que uma coisa tava difícil na cabeça da gente que quando montou a associação, podia ter montado já Cassatinga e Sítio do Meio separadas. Não: montou Cassatinga e Sítio do Meio. Não fica confuso? (P.C., ASSENTADO DE CASSATINGA).

A partir da ocupação, as famílias começaram a organizar e estruturar os lotes provisórios e produzir o sisal, uma atividade que já tinham conhecimento e domínio das técnicas necessárias.

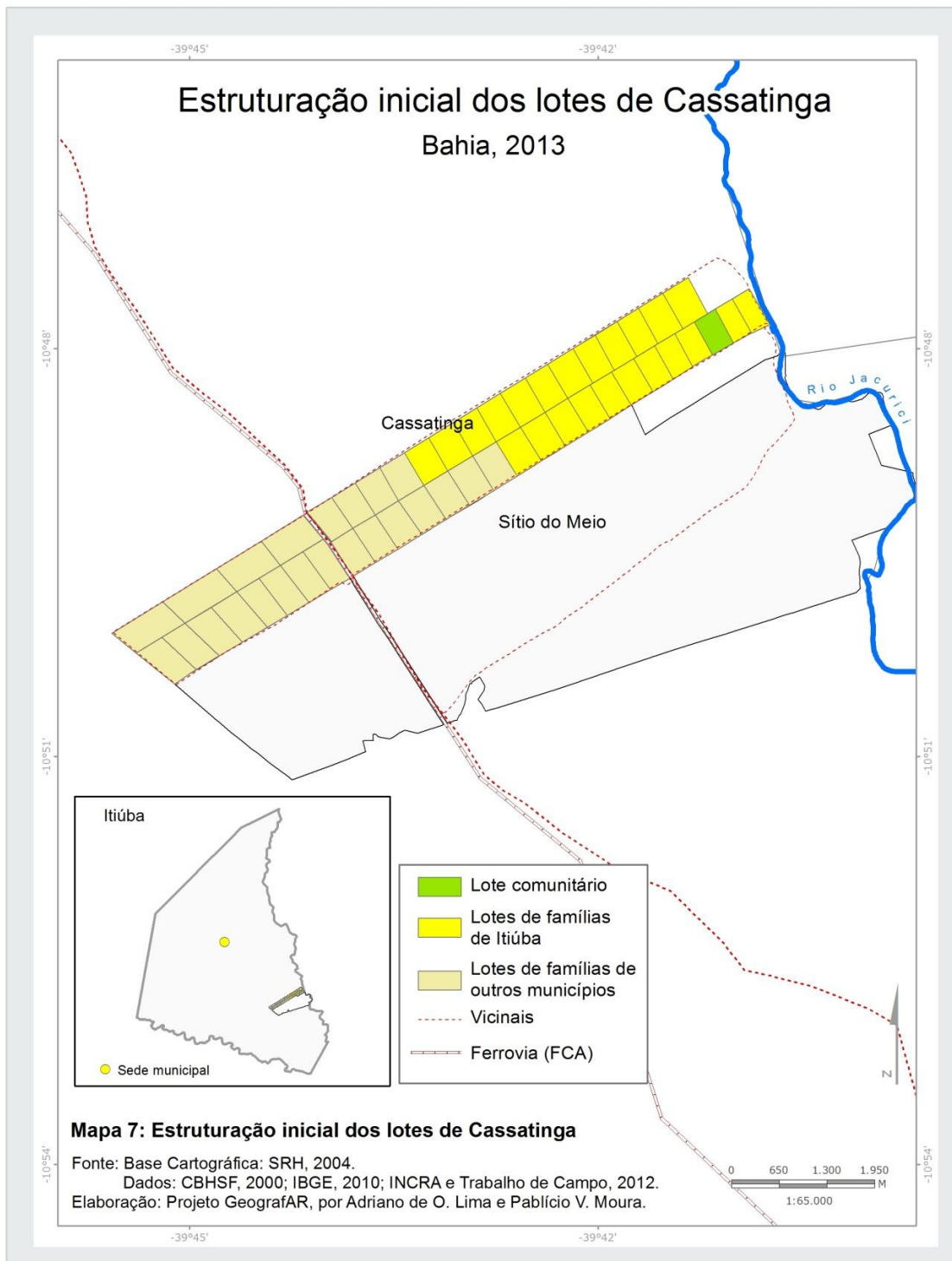
Cada quem marcava tipo um lote e ali fazia um barraco. E já viemos com motor. Quem tinha motor tinha, quem não tinha pegava com quem já vinha trabalhando e ai os fornecedores do sisal (os compradores de sisal) nós vendia a eles. Todo mundo interessado no sisal, que era um bom partido o sisal naquela época. E ai nós começamos a rodar (G. S. L., ASSENTADO DE CASSATINGA).

Assim, a gente é da Região do Sisal – Coité, Valente, Santa Luz – Região do Sisal. É meninos que nasceu e com 5 e 6 anos trabalhando dentro do sisal. Quando chegou aqui que viu o sisal, ai esse povo que veio de lá, todo mundo se animou porque sabia com que era que ia luta (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

Com a ocupação dos trabalhadores de diversos municípios, ocorreu um embate com os trabalhadores do município de Itiúba. O resultado desta questão foi materializado na própria formação dos lotes, cuja estruturação inicial separa as famílias de Itiúba das famílias vindas de outros municípios (Conforme Mapa 7). Nesta direção, 50% dos lotes iniciais de Cassatinga eram de famílias de Itiúba, e 50%, de famílias de outros municípios.

O povo daqui quando viu o povo chegando pra assentar na Cassatinga, o povo aqui da região (Itiúba, que não estava na organização), ai Itiúba se mobilizou a num deixar. Que tinha esta área ai que era do Estado (e se era do Estado e o povo de fora é quem tava ocupando, e não iam aceitar. Que quem tinha que ocupar era eles da região (G. S. L., ASSENTADO DE CASSATINGA).

A pressão foi só no conflito, porque quem chegava não entrava. Voltou muitos caminhão carregado de gente. O povo fez barreira pra não entrar. E depois disso ai (dessa barreira), os Sindicatos negociou (os de lá de Valente, Santa Luz e Queimadas negociou aqui com Itiúba) (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).



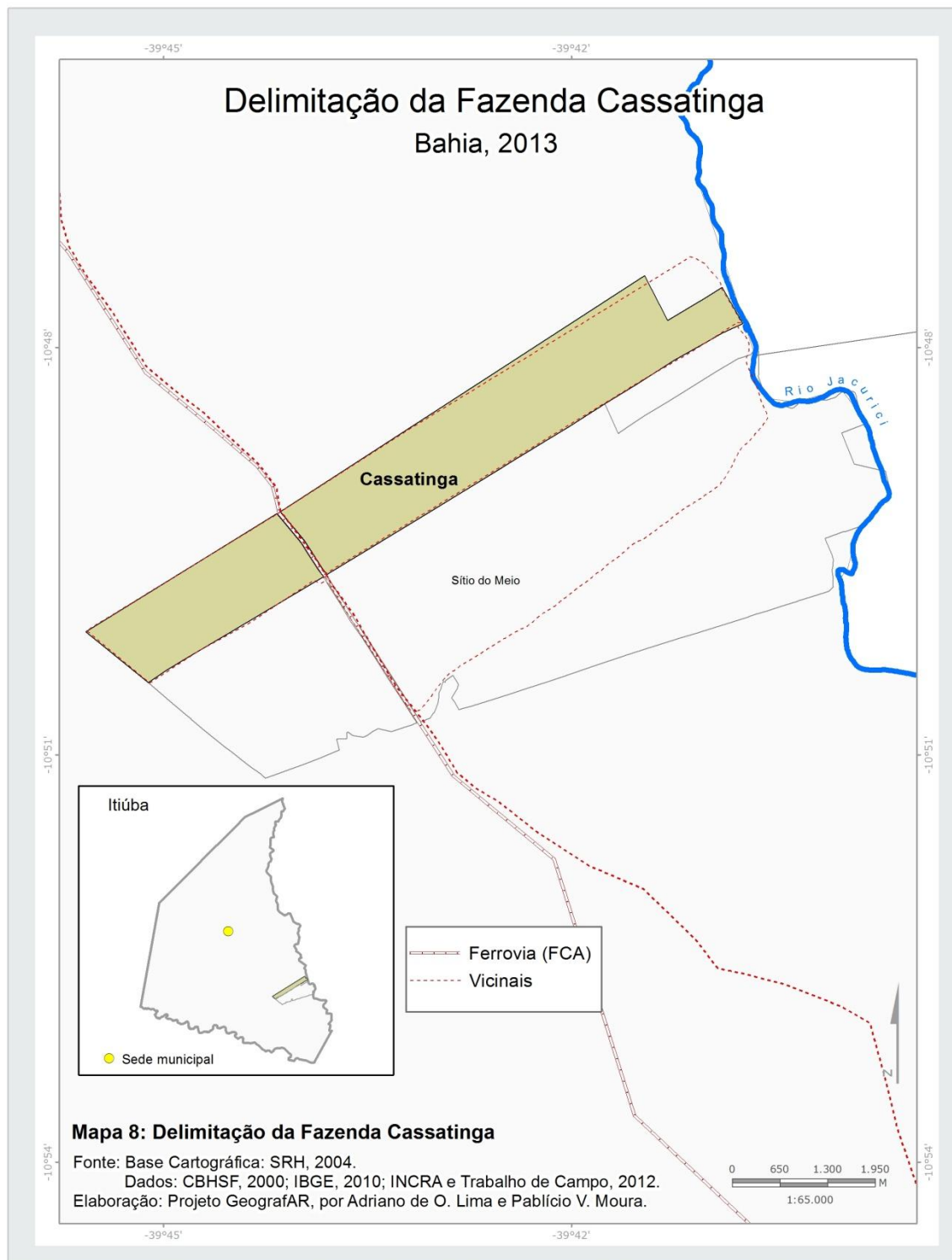
Esta questão foi sendo estabelecida a partir das várias negociações entre os trabalhadores, sindicatos e outras organizações sociais e resultou na definição inicial de 47 lotes<sup>15</sup>, dos quais 23 eram de famílias de Itiúba e 23 eram de famílias de outros municípios, além de um lote comunitário. Na estruturação inicial, o número de famílias era superior ao número de lotes.

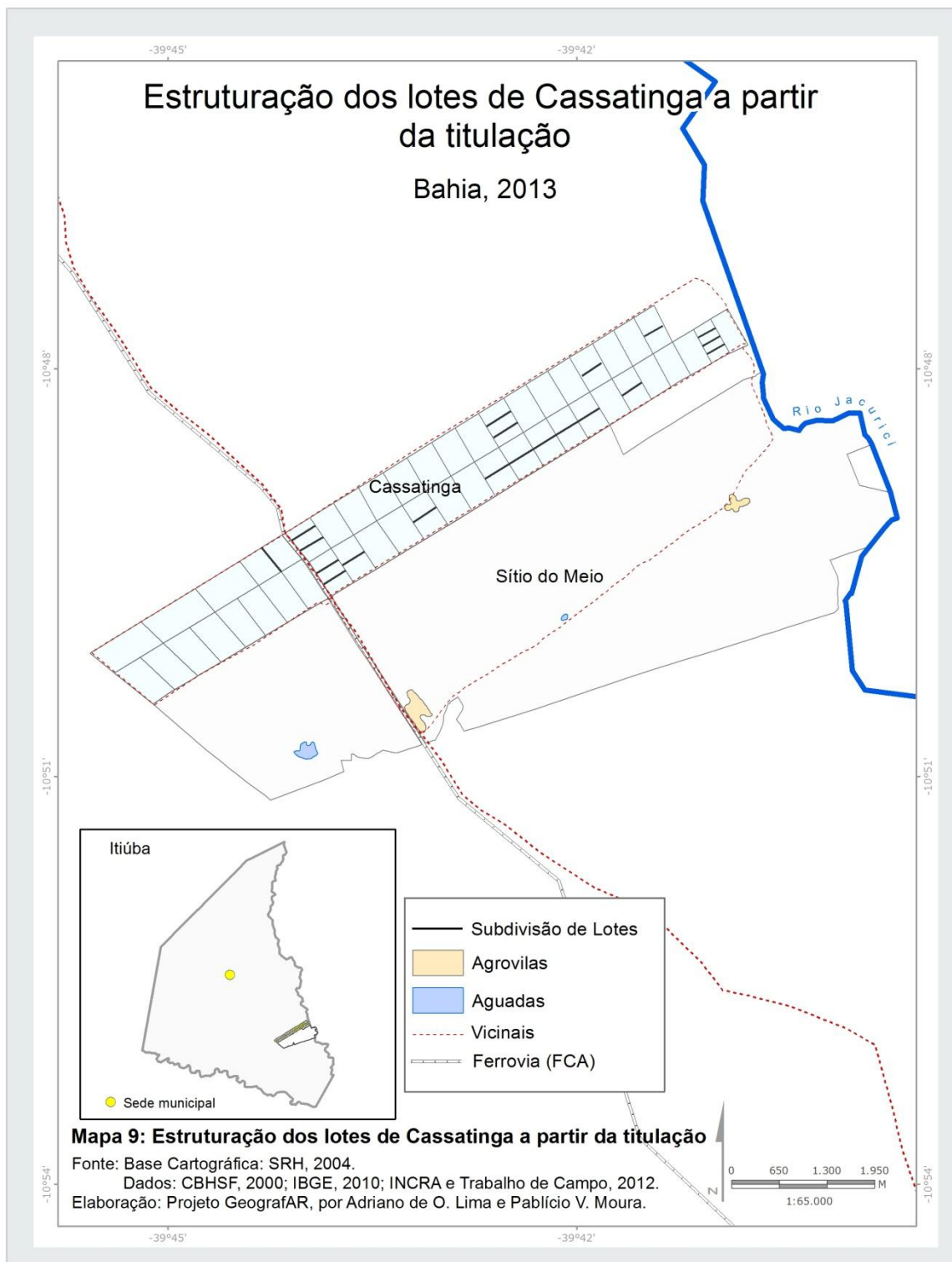
Ficou todo mundo meeiro porque tinha quarenta e tantas pessoas pra ser assentado em cima da terra. Pra ninguém voltar ai em vez de ser 100 passou a se 50. Ao invés de 50 passou pra 26. Pra segurar todo mundo, pro povo ficar, pro povo não retornar sem a terra. Ai dessas 26, veja bem, só saia o documento no nome de um. No caso eram duas pessoas num lote de 52. [...] Ai o documento veio no nome de um. O outro ficou como meeiro no lote. Ai essa pessoa de 26 que tava sem o documento foi indo e desistia. “Terra pouca: Ah eu vou embora”. Ai vendia algum feito que tinha feito pro outro (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

A Associação teve papel importante nessa negociação entre o titular e a saída do meeiro e atualmente não há mais meeiro em Cassatinga. A estruturação inicial dos lotes foi efetivada pelas próprias famílias após a ocupação. Este processo não seria possível de ser conformado, sem o mínimo de organização social, cujo resultado da luta e enfrentamento se materializou, para além da mudança no uso e ocupação da terra, mas na apropriação através da titulação dos lotes familiares. Na abordagem de Santos (2003), que argumenta ser a propriedade da terra não apenas uma forma jurídica, mas uma forma espacial, encontra-se uma possibilidade de leitura da questão da propriedade da terra a partir da geografia. Esta discussão permite uma compreensão deste processo de transformação na propriedade da terra, em Cassatinga, cuja mudança na forma jurídica, ganhou concretude no espaço geográfico. Os Mapas 8 e 9 destacam, respectivamente, a delimitação da Fazenda Cassatinga e a estruturação dos lotes, a partir da titulação.

---

<sup>15</sup> Apesar desta estruturação em 47 lotes, nas portarias de criação do Projeto de Assentamento Cassatinga pela CDA e INCRA, o número de famílias beneficiadas é de 42. Esta diferença se estabeleceu porque no momento da criação oficial do assentamento, as famílias já tinham o título de propriedade dos lotes. Apenas 42 famílias aceitaram se inserir na relação de beneficiários.





Mas é preciso ressaltar que, apesar da existência de uma unidade entre os grupos que ocuparam Sítio do Meio e Cassatinga, constituída na luta pela terra, no processo histórico de efetivação do projeto de assentamento de reforma agrária, diversas questões foram definindo cada uma destas áreas, com diversas particularidades, atreladas à questão da dominialidade de cada fazenda: “No fundo no fundo a culpa vem de longe... Do início do luta. E de repente sai títulos pra uns e não sai pra outros” (P. C., ASSENTADO DE CASSATINGA).

E as díspares formas de dominialidade de cada fazenda que foi transformada em assentamento (uma particular e outra, terras públicas) e as distintas formas de legitimação, instituídas pelo INCRA e CDA, repercutiram nos desdobramentos de cada assentamento, inclusive no que se refere ao processo de acesso aos créditos instituídos pelo PNRA:

Chegava lá no INCRA, só tinha pra Sítio do Meio. Ai os assessores começaram ver: por que Cassatinga é junto com Sítio do Meio e só vem no nome pros posseiros – só vai pros 81 de Sítio do Meio e não vai pra Cassatinga? Ai eles falaram: é porque vocês sabem que Cassatinga é CDA e a CDA ainda não fez o convênio com o INCRA... (P. C.).

O processo de ocupação e, em seguida, a titulação dos lotes, não resultou apenas em mudança na forma tanto jurídica como espacial. Constituiu uma mudança na função, pois a fazenda que outrora era explorada pela CCB como terra de negócio, com o fim do contrato e a ocupação pelos camponeses, transforma-se em terra de trabalho e espaço de reprodução da vida, embora de forma precária. Neste sentido, ressalta-se que a luta engendrada em Cassatinga transcende a busca pelo acesso à terra. A obtenção dos títulos de propriedade da terra não exauriu a continuidade da luta, fundamentada na necessidade de torna-la produtiva. Nesta direção, é preciso ponderar que “bem pertinho” de Cassatinga, as famílias de Sítio do Meio começavam ser beneficiadas com a criação do Projeto de Assentamento. Esta referência tornou-se muito intensa, pois a articulação construída no momento da ocupação de Cassatinga e de Sítio do Meio não foi dissolvida com o direcionamento das famílias para cada uma das fazendas ocupadas. Ao contrário, potencializou-se uma aproximação, inclusive institucionalizada com a criação da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais das Fazendas Cassatinga e Sítio do Meio. Portanto, à medida que Sítio do Meio se estabelecia como Projeto de Assentamento – e as famílias passavam a acessar os benefícios garantidos pela política voltada para as áreas de reforma agrária –, as



famílias de Cassatinga percebiam a necessidade de fortalecer a luta e reivindicar condições de permanência na terra conquistada.

Esta luta teve como resultado o reconhecimento de Cassatinga como Projeto de Assentamento, pela CDA e pelo INCRA. Mas apenas os decretos e as portarias – que engrossam as estatísticas das famílias beneficiadas, números de assentamentos criados e de hectares da política de reforma agrária – até o momento não significaram uma mudança nas condições de vida das famílias de Cassatinga.

O longo tempo entre a ocupação e a implantação do assentamento exigiu dos trabalhadores, diversas estratégias para resistirem em seus lotes e os tornarem economicamente produtivos. Em uma assembleia da associação, buscou-se “[...] discutir o projeto de aquisição de caprinos, por ser excessivamente sentida a necessidade de melhorar as condições de vida das pessoas que nestas terras foram alocadas para trabalhar e produzir” (Livros de Atas das Assembleias da Associação de Sítio do Meio e Cassatinga, 17 de Fevereiro de 1997, Volume 1, p.47).

Exigiu também, de modo especial das famílias de Cassatinga, formas de organização e espaços de discussão para atender, de forma específica, as suas demandas. Chegou um momento em que, a Associação de Cassatinga e Sítio do Meio, que foi criada pelas famílias que ocuparam as duas fazendas, não conseguiu atender aos objetivos esperados. Ressalta-se que, Sítio do Meio já havia passado pelo reconhecimento oficial como Projeto de Assentamento pelo INCRA. Entretanto, a luta em Cassatinga continuava sem respostas mais efetivas. Naquele momento já se apontava a necessidade de considerar as questões específicas de cada assentamento:

Tendo já esgotado toda tarde só em alguns pontos da pauta, o presidente da associação levantou logo a preocupação do último ponto: que seria mais viável que o Sítio do Meio tem que fazer suas reuniões exclusivas para discutir seus problemas. Os posseiros da Cassatinga perdem muito tempo aqui ouvindo assuntos só de Sítio do Meio (Livros de Atas das Assembleias da Associação de Sítio do Meio e Cassatinga, 06 de Abril de 1998, Volume 2, p.20).

Mas a Associação de Cassatinga foi criada apenas em 2009, após o reconhecimento do assentamento, cujos desdobramentos serão melhor analisados no tópico a seguir.

### 4.3 A CRIAÇÃO DO ASSENTAMENTO E A CONTINUIDADE DA LUTA

De acordo com as publicações das portarias – no Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União –, o Assentamento Cassatinga foi criado em 2008. A Portaria nº 046, de 16 de outubro de 2008, publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 17 de outubro de 2008, reconhece Cassatinga “Como Projeto de Assentamento, em razão das características que apresentam denotando uma reorganização fundiária natural, ratificada pelos processos administrativos de regularização fundiária de terras devolutas estaduais” (Diário Oficial do Estado da Bahia, 16 de Outubro de 2008).

A Portaria nº 41 – de reconhecimento do Projeto de Assentamento Cassatinga –, de 10 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 18 de dezembro de 2008, estabelece que: “Considerando que se trata de Projeto de Assentamento Rural do Estado, já reconhecido através de Portaria nº 46/2008, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 17 de Outubro de 2008”, resolve:

“Art. 1º Reconhecer o Projeto de Assentamento denominado PA Cassatinga, código SIPRA BA0601000, criado pelo Estado, com área de 1.036,8600 ha (mil e trinta e seis hectares, oitenta e seis ares), visando atender 42 famílias de pequenos produtores rurais, administrado pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA, situado no Município de Itiúba.

Art. 2º Determinar que tal aprovação, permita ao Projeto de Assentamento reconhecido a participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Grupo "A", obedecidas as normas desta Autarquia” (Diário Oficial da União, 10 de Dezembro de 2008).

A criação ou reconhecimento de Cassatinga como Projeto de Assentamento pelo INCRA foi inserido na publicação de informações sobre “números” da reforma agrária.

O Programa Nacional de Reforma Agrária vai beneficiar mais 556 famílias baianas com a criação de dez Projetos de Assentamento e com o reconhecimento de dois Projetos Fundo de Pasto (PFPs). No total, eles somam 14.259 hectares de terra. As 12 portarias foram publicadas, nesta quinta-feira (18), no Diário Oficial da União (DOU) (INCRA, 2008).

Dentre os assentamentos criados, quatro estão situados no Território da Cidadania do Sisal. Dois deles no município de Itiúba: PAs Cassatinga e Bela Conquista, que totalizam 77 famílias atendidas por 1724 hectares. No município de Monte Santo, estão os Projetos Fundo de Pasto (PFPs) Lagoa da ilha e Lagoa Fonseca Jabucanã, onde 106 famílias serão beneficiadas com 3.569 hectares (INCRA, 2008).

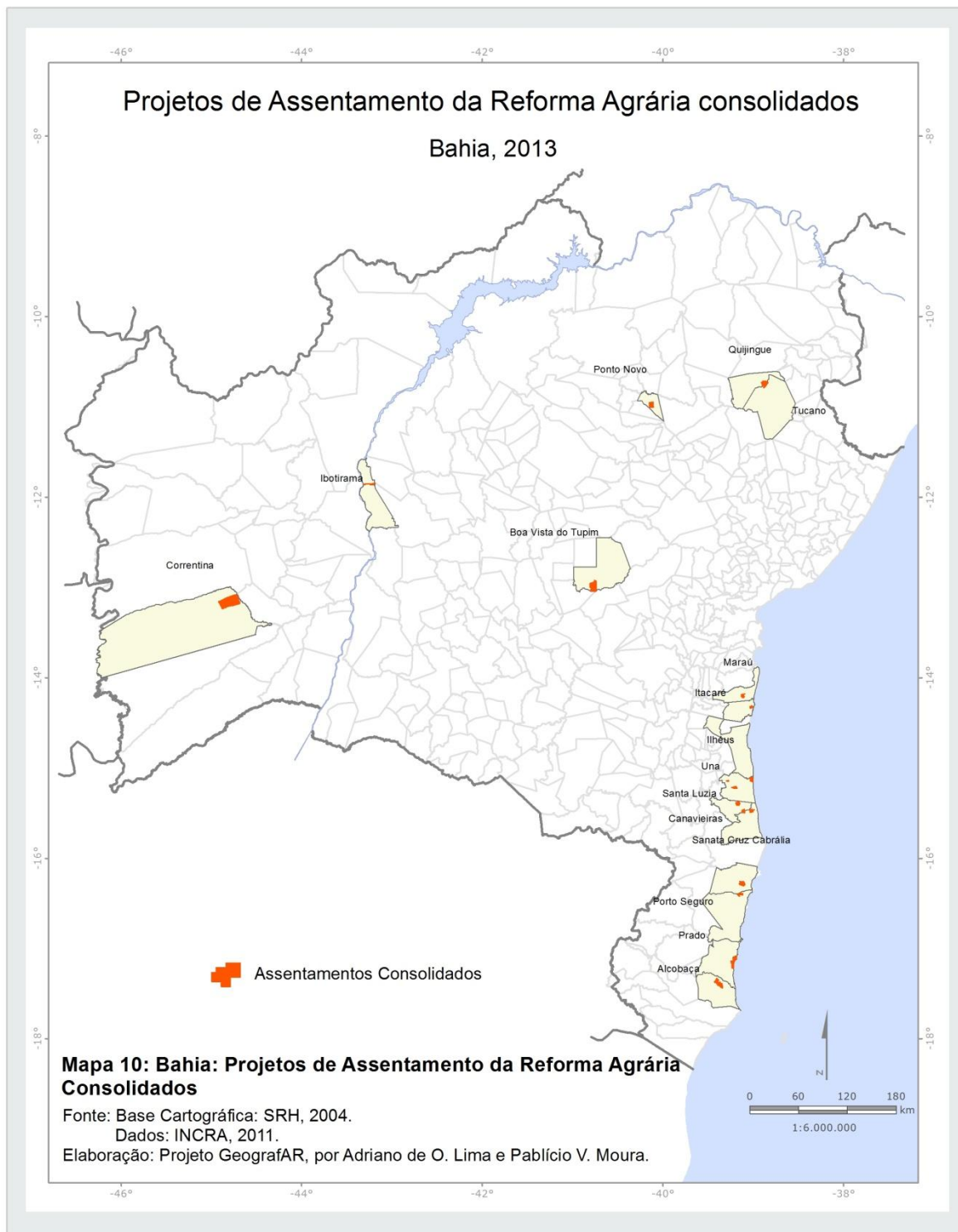
O então Superintendente do INCRA na Bahia comentava o que significa a criação do assentamento: “O assentamento permite uma nova forma de socialização das famílias, o acesso à moradia, a cidadania e a produção de alimentos para quem vivia na exclusão socioeconômica [...]” (INCRA, 2008).

Entretanto, é preciso destacar que, passados quatro anos da publicação dos decretos e criação ou reconhecimento do Projeto de Assentamento Cassatinga, as famílias nunca conseguiram acessar os créditos e outros benefícios. Dessa forma, buscaram alternativas para resistir na terra conquistada, mas esta condição constitui uma diversidade de situações no assentamento, onde muitos “beneficiários” já faleceram, outros acabaram desistindo e venderam seus lotes<sup>16</sup>, outros ainda alcançaram idade de aposentadoria do trabalhador rural. Em meio a esta conjuntura, identificou-se uma quantidade pequena de assentados morando, efetivamente, em seus lotes. Esta questão será retomada mais a frente, quando discute-se a situação dos assentados e as condições de vida no assentamento.

O PA Cassatinga encontra-se na fase 3 da classificação do INCRA, ou seja, “assentamento criado”. Ressalta-se que todos os assentamentos criados no estado da Bahia e que conseguiram se consolidar, foram resultados de processos de desapropriação e a ocupação das propriedades que os deram origem, remetem à década de 1980. O Mapa 10 destaca os assentamentos do estado da Bahia que conseguiram se consolidar.

---

<sup>16</sup> Na condição de titulados, a venda dos lotes é possível, pois os títulos definitivos de propriedade em Cassatinga foram emitidos desde 1993, através de processo de doação de terras públicas.



Desde o início da luta, com a ocupação de Cassatinga, em 1989 e com o reconhecimento de Cassatinga como Projeto de Assentamento – pela CDA e pelo INCRA, em 2008 – as famílias enfrentam o dilema de entrarem na terra e não obterem as condições para torná-la produtiva o suficiente para manter todas as famílias nos lotes. No momento da ocupação e no período que a sucedeu, foi estabelecida uma articulação entre as famílias de Cassatinga e Sítio do Meio, inclusive a partir da fundação de única associação para as duas áreas. Na trajetória, as famílias de Cassatinga assistiram o recebimento de créditos e diversos benefícios pelos já assentados de Sítio do Meio.

Ai é que pegava, porque Cassatinga era uma área do Estado e o Estado não deu nenhum apoio, assim, de benefícios. Quando vinha esses negócio assim de fomento, dinheiro a fundo perdido do Estado, foi quando liberou o Sítio do Meio. Ai vinha pra Sítio do Meio. Cassatinga nunca foi beneficiada com nada durante esse período todo de 23 anos (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

Não obstante estas particularidades de cada assentamento, a partir do reconhecimento de Cassatinga como Projeto de Assentamento exigiu a criação de uma associação exclusiva para Cassatinga – a Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Projeto de Assentamento Cassatinga – cuja fundação constituiu um distanciamento da associação de Sítio do Meio. No momento da fundação “[...] foi feita uma explanação da necessidade e urgência de se criar a Associação de Cassatinga para que seus associados (as) possam acessar os créditos junto aos órgãos governamentais INCRA/CDA” (Livro de Atas da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Projeto de Assentamento Cassatinga, 14 de Janeiro de 2006, p.1).

Passados vinte anos da ocupação e do início da luta, em 2009, com a saída de Cassatinga da associação – que passou a ter apenas associados de Sítio do Meio – e com a criação da associação de Cassatinga, as famílias de cada assentamento foram direcionadas para suas respectivas formas de organização: “Aquilo ali foi uma pancada no joelho da gente, quando disse assim: separar Cassatinga de Sítio do Meio” (P. C., ASSENTADO DE CASSATINGA).

As atas das assembleias registraram as exigências do INCRA para aquisição dos créditos, via associação, a partir da solicitação de abertura de conta em Banco, cujo depósito foi efetivado, mas nunca pôde ser liberado. Este impasse tem como

principal justificativa, o fato de serem os assentados de Cassatinga titulados, embora CDA e INCRA o reconheça como assentamento da reforma agrária.

Veio dois benefícios ainda não recebidos, porque está o dinheiro na conta há sete anos: o das cisternas (que já tem sete anos) e depois veio um pra residencial, que nunca foi decidido. Este já tá com cinco anos (de quatro a cinco anos que tá este dinheiro na conta e nunca foi decidido como é que vai ser aplicado (P. C., ASSENTADO DE CASSATINGA).

O INCRA não tinha nem conhecimento que a gente tinha documento. Quando o INCRA foi pra mandar os benefícios, de fomento, habitação, estas coisas pra Cassatinga, eles traziam uns documentos pra gente assinar, como se num tivesse título, no caso. A terra seria do INCRA. Ai teve uns que foi “cronta”.[...] Ai foi feita uma reunião com o INCRA ai foi que ele tomou conhecimento que a terra era do Estado e que a terra já era até titulada pelo Estado. Ai o INCRA num pode interferir neste negócio. Ficou pedindo uma coisa e outra pra ver como fazia. Botou o dinheiro na conta (até hoje ta na conta o dinheiro). Tá quase em 700 mil.[...] Eles num acharam jeito como fazer porque não pode implantar esse recurso pelo INCRA num lugar que num é dele. O INCRA só implanta em fazenda que ele tem o domínio. E a Cassatinga eles num tem o domínio porque é uma terra titulada do Estado e num é do INCRA (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

E neste processo, os assentados destacam a dificuldade de resistir na terra sem o acompanhamento de ações que objetivam a permanência na terra, de forma especial, devido ao impasse institucional entre INCRA e CDA e a demora na aquisição dos benefícios identificados nos documentos de criação do assentamento.

Esse dinheiro ai (é muito dinheiro que tá lá), quase um milhão de real, pra Cassatinga, tá na conta mas a gente vem com estes anos todos se batendo e lutando e nunca sai nada. Nunca tem uma decisão e com isso, o povo vai e chega lá num tem decisão, ai vai se cansando (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

A CDA diz que reconhece Cassatinga como assentamento mesmo, né, da mesma forma o INCRA também fala a mesma coisa, porque houve sim um cadastramento no SIPRA (hoje se você chegar no INCRA, você encontra Cassatinga siprado, né, no INCRA). Só que, quando Cassatinga foi siprado no INCRA, já tinha a titulação. Ai ficou assim: mas se é uma área do Estado, titulado, como que ela pode ser siprado no INCRA? Acredito eu que isso foi a principal causa de até hoje ainda ter, ainda tem algumas coisas que não foram regularizadas, não foram liberadas (tipo, construção de casas, pelo INCRA, reformas de casas, não teve isso pra Cassatinga). Então, o pessoal reclama muito, mas quando chega lá barra justamente nisso. É, quando um fala uma coisa, o outro rebate: ‘Não saiu por conta disso’; o outro: ‘pra sair, teria que tá

cem por cento no INCRA'. Então, **tá siprado, mas não tá regularizado**. Eles não liberam. Até agora o pessoal tá esperando e nunca receberam reforma de casas, construção de casas té mesmo as estradas não conseguiram. Ai tem uma série de benefícios que Cassatinga não conseguiu (J. M., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

Com o impasse na resolução desta questão e a falta de definição de quem, efetivamente, deve solucionar o problema – a CDA ou o INCRA –, os assentados continuam enfrentando dificuldades de resistir nos seus lotes: “O INCRA joga pra CDA; a CDA joga pro INCRA. E ai tá este empurra empurra e o dinheiro tá lá na conta da Associação e já tá fazendo quatro anos” (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

Nesta direção, embora o movimento de ocupação de Sítio do Meio e Cassatinga tenham elementos semelhantes, é no processo subsequente, associado às distintas formas de dominialidade de propriedade da terra de cada fazenda que originou os assentamentos, que os diferencia. O Projeto de Assentamento Sítio do Meio foi criado a partir de uma fazenda particular desapropriada para fins de reforma agrária. Mas Cassatinga, a partir de terras públicas, passou por emissão de títulos de propriedade e somente em 2008 foi reconhecida como projeto de assentamento. Mesmo assim o impasse continua e, a partir da recuperação destes fatos e de seu processo torna-se possível compreender o porquê das desistências, da venda de lotes, da busca de meios de sobrevivência fora do assentamento, a construção das residências (com recursos próprios) nas Agrovilas do PA Sítio do Meio ou outros lugares, inclusive fora do município de Itiúba. “Todo mundo trabalha no lote, no decorrer do dia, mas morar mesmo, assim, definitivamente, e viver lá mesmo, não” (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

A partir de uma aproximação que a pesquisa de campo possibilitou, foi possível identificar formas que expressam esta situação. Nesta direção, as Figuras 13 e 14 mostram, respectivamente, as ruínas de uma casa no lote e de uma antiga escola, desativada e destruída. Esta última parou de funcionar porque a maioria das famílias passou a morar nas Agrovilas de Sítio do Meio, onde matricularam seus filhos.



**Figura 13: Ruínas de casa no lote**

Fonte: Trabalho de Campo.



**Figura 14: Ruínas de prédio escolar**

Fonte: Trabalho de Campo.

Nesta perspectiva, no caso de Cassatinga, os decretos ou portarias de criação e ou reconhecimento como assentamento ainda não constituiu uma melhoria efetiva na situação dos assentados. Entretanto, as situações precárias pelas quais os assentados enfrentam não os fazem perder a esperança, de forma especial porque as suas condições sociais que antecederam a entrada na terra não apresentava alternativas.

Pra mim mesmo eu achei que foi uma das grande coisa, porque a pessoa morar numa região, só trabalhando no dos outros, por vida, pagando renda cara; o dinheiro que ganhava não era suficiente e achar uma coisa, de presente, pra pessoa própria, pra quem não tinha terra, nem sisal e nem nada... Eu avalio o seguinte: que aqui tá achando que não tá dando, e pior fosse se tivesse onde eu morava, porque não tinha terra e não tinha ganho e de qualquer maneira tinha que ser no “macaco” por vida. Então eu achei que valeu a pena ter vindo [...] É assim: a gente que é vendedor do dia, quando acha, vai pro trabalho dos outros. E aqui, como a gente saiu de lá pra cá, amanhece o dia e todo mundo, ou quem não tá em sua roça sai pra ir pra sua roça, cuidar do seu rebanho, cuidar do seu trabalho, cuidar do seu motor. Cuidar do que é seu. Não ser empregado. Ser empregado de si próprio e trabalhar pra si próprio (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

Quanto à situação em que a vida obrigou a migração para outro estado, destaca-se a vontade de retornar para a terra natal:

E eu nunca vivia satisfeito, porque todo dia eu me lembrava daqui (duas ou três vezes por dia) e só faltava chorar pra vim. E aqui eu tô me realizando. Eu tive sofrimentos aqui que se eu for contar aqui depois que eu cheguei aqui nesta Celulose, de amargar e eu nunca me arrependi um dia. E se fosse pra começar eu começava tudo de novo, porque eu gosto da organização (adoro uma organização) (P. C., ASSENTADO DE CASSATINGA).



Mas diante de toda a situação explicitada neste trabalho, constatou-se que apenas um pequeno número de famílias permanece nos lotes de forma efetiva. Nesta direção, ressalta-se a grande quantidade de desistências, venda de lotes – pois nem todos os que receberam os títulos conseguiram continuar na terra – muitos faleceram sem ter acesso aos benefícios, outros se aposentaram ou buscaram outras formas de sobrevivência junto a suas famílias.

Conforme ressaltou-se no capítulo anterior, efetivou-se um diálogo com diversos sujeitos na busca de entender o nosso objeto de estudo. Como resultado deste exercício, obteve-se informações que permitiram conhecer melhor os assentados e seus lotes<sup>17</sup>. Além de possibilitar um levantamento e sistematização de informações sobre as famílias, este trabalho ajudou a explicitar o “esvaziamento” das famílias nos lotes, conforme mostra a tabela 15, devido às condições já destacadas anteriormente. Como data de referência para sistematização das informações, considerou-se o dia 30 de junho de 2012, porque nesta data foi realizado o trabalho de campo pelo qual se obteve as principais informações sobre as famílias e os domicílios.

Tabela 15: PA Cassatinga: Local da principal moradia dos beneficiários

<b>Local de moradia</b>	<b>Número de beneficiários</b>
Agrovila I do PA Sítio do Meio	5
Agrovila II do PA Sítio do Meio	2
No lote de Cassatinga	6
Fora do Assentamento	29
<b>Total</b>	<b>42</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.  
Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

Neste trabalho identificou-se apenas 54 assentados, incluindo-se os titulares dos lotes identificados na relação de beneficiários e suas famílias<sup>18</sup>. Do total de assentados, identificou-se 34 masculinos e 20 femininos e, na Tabela 16, apresenta-se a distribuição dos assentados, por faixa etária.

<sup>17</sup> Tomou-se como base para levantamento das informações sobre os assentados do PA Cassatinga, a relação de beneficiários disponível no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA).

<sup>18</sup> Considerou-se os beneficiários que efetivamente moram nos lotes do PA Cassatinga ou na Agrovila I e Agrovila II do PA Sítio do Meio, cujas residências foram construídas com recursos dos próprios assentados, sem obtenção de créditos para esta finalidade.

Tabela 16: PA Cassatinga: Assentados, por faixa etária

<b>Faixa etária</b>	<b>Número de assentados</b>
0 a 5 anos	1
6 a 10 anos	1
11 a 15 anos	8
16 a 20 anos	10
21 a 25 anos	8
26 a 30 anos	2
31 a 35 anos	4
36 a 40 anos	4
41 a 45 anos	1
46 a 50 anos	2
51 a 55 anos	3
56 a 60 anos	2
Acima de 61 anos	8
<b>Total</b>	<b>54</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

Frente às condições precárias de vida, estabelecidas no assentamento em estudo, identificou-se apenas 13 famílias morando, efetivamente, nos lotes de Cassatinga ou na Agrovila I e Agrovila II do PA Sítio do Meio. No que se refere às condições de moradias destas famílias, identificou-se que todas as casas foram construídas com tijolos e a energia elétrica nas lotes foi implantada apenas em 2008. A figura 15 destaca uma das residências do PA Cassatinga e a figura 16 destaca uma das famílias que resistiu e continua morando no assentamento.



**Figura 15: Residência em Cassatinga**

Fonte: Trabalho de Campo.



**Figura 16: Família em Cassatinga**

Fonte: Trabalho de Campo.

As famílias que construíram as casas nas Agrovilas do PA Sítio do Meio têm como alternativa de abastecimento de água o sistema construído pelo INCRA, situação

que explica o caso dos cinco domicílios que têm a rede pública como abastecimento de água. Apesar de estar localizado às margens do Rio Jacurici, o PA Cassatinga não tem um sistema de abastecimento de água e as famílias que resistem nos lotes buscam outras alternativas de captação de água, principalmente através da construção de cisternas, conforme mostra a tabela 17.

Tabela 17: PA Cassatinga: Abastecimento de água

<b>Formas de abastecimento</b>	<b>Número de domicílios</b>
Rede pública	5
Poço ou nascente	–
Outra forma	8
<b>Total</b>	<b>13</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.  
Elaboração: Adriano de Oliveira Lima

Quanto ao tratamento da água, em nove domicílios existe filtração e em quatro domicílios a utilização ocorre sem tratamento, conforme tabela 18. No que se refere ao destino do lixo, em dois domicílios existe a coleta, em sete domicílios é queimado ou enterrado e em quatro domicílios é jogado a céu aberto, conforme tabela 19.

Tabela 18: PA Cassatinga: Tratamento da água

<b>Formas de tratamento</b>	<b>Número de domicílios</b>
Filtrada	9
Fervida	-
Cloração	-
Sem tratamento	4
<b>Total</b>	<b>13</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.  
Elaboração: Adriano de Oliveira Lima

Tabela 19: PA Cassatinga: Destino do lixo

<b>Opções de destino</b>	<b>Número de domicílios</b>
Coletado	2
Queimado/enterrado	7
Jogado a céu aberto	4
<b>Total</b>	<b>13</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.  
Elaboração: Adriano de Oliveira Lima

Estudar o Projeto de Assentamento Cassatinga permitiu entender que a luta não é apenas pela terra. Neste sentido, a partir do momento em que os camponeses conseguem ter acesso ao principal meio de sua reprodução social – neste caso, a terra –, e as condições para torná-la produtiva, através de seu trabalho e de sua família, são estabelecidas as possibilidades de constituir um espaço de reprodução da existência destes sujeitos sociais. Entretanto, sem estas condições materiais, a simples distribuição de terra não garante uma mudança efetiva na vida das famílias. Assim, a construção deste trabalho não teve a pretensão de apontar culpados ou vitimados, mas buscar entender o porquê das desistências, da venda dos lotes, da situação em que já se encontra lotes obtidos por herança de assentados que faleceram sem terem alcançado a materialização de suas lutas. E, em especial, como a atuação do Estado interferiu neste processo e em seus resultados.

## **5 ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIAL NOS ASSENTAMENTOS SÍTIO DO MEIO E CASSATINGA**

A abordagem pela qual se buscou entender o recorte analítico deste trabalho, sustentou-se na compreensão de que o espaço geográfico é produzido a partir das relações estabelecidas entre os homens e destes com a natureza. Nesta direção, a discussão da luta pela terra e pela reforma agrária – de modo especial em sua expressão materializada nos projetos de assentamento da reforma agrária – a partir de uma leitura geográfica, possibilitou uma leitura dialética entre conteúdo social e produção do espaço.

Neste capítulo se discute as principais atividades produtivas, com destaque para a produção do sisal nos assentamentos Sítio do Meio e Cassatinga. Além disso, abordam-se as principais estratégias de organização social, em especial através das Associações constituídas nos assentamentos em estudo e sua importância política nos diferentes momentos de luta e enfrentamento. Nesta abordagem, busca-se ainda uma aproximação com a discussão da dialética sócio espacial no processo de produção do espaço para entender como as diferentes práticas sociais estabelecidas em cada assentamento, atreladas às distintas formas de dominialidade e intervenção institucional, engendraram os resultados específicos de cada um dos assentamentos estudados.

Entender a produção do espaço em Sítio do Meio e Cassatinga perpassa pela compreensão do processo pelo qual se estabeleceram as relações de distintos agentes com a natureza, em especial com a terra. Neste sentido, ressalta-se que a relação com a terra – no que se refere ao uso e apropriação – se expressa de maneiras específicas. Ou seja, a relação dos camponeses assentados com a terra, centrada na tríade terra, trabalho e família, cujo meio de produção expressa, também, um meio de reprodução da vida, se difere da relação que se define na terra como meio de exploração do trabalho para obtenção de lucro. Neste caso, o projeto de produção do sisal implantado pela CCB, na década de 1980, centrou-se em relações tipicamente capitalista, expressas no agronegócio. Anterior a este processo, essa terra tinha um valor de uso e a questão da dominialidade ainda não estava definida. Entretanto, as mudanças ocorridas, sobretudo a partir da década de 1960 e a apropriação privada de terras de dominialidade pública, modificou o modo de vida das pessoas que faziam uso da terra. Com a apropriação instituiu-se novas relações e a terra se tornou uma mercadoria, com

ênfase no valor de troca. A cerca de arame e a documentação cartorial são expressões concretas deste processo. Esta é uma discussão importante para entender a questão da luta pela terra e situá-la no processo histórico em que se insere a transformação da terra enquanto mercadoria, para além de ser apenas um meio de produção e de reprodução social. A intensificação da luta pela terra e da organização desta luta está atrelada ao processo de expansão da lógica capitalista no campo através da apropriação desigual que se estabeleceu, da concentração na estrutura fundiária e dos conflitos e enfrentamentos. A partir da organização da luta, buscou-se uma requalificação na forma de apropriação e uso das fazendas ocupadas.

Aquelas duas fazendas, uma era fazenda de propriedade privada, com dominialidade – que era o Sítio do Meio – e a outra era terra de propriedade do Estado da Bahia. Na época resolveram implantar naquela área (naquelas duas áreas) um projeto que se chamou Projeto de Celulose da Bahia. Este projeto acabou conseguindo junto ao BNDES 250 milhões de dólares e era para implantar o projeto desde o plantio do sisal até a industrialização. Ai eles chegaram lá e a terra que era privada eles “invadiram”. Pagaram bagatela por cada pedacinho, tomaram conta. E a terra que era do Estado eles simplesmente anexaram. Entraram e pronto e acabou. Até mesmo porque quem fez toda a força pra liberar o dinheiro foi o governador da época que era Antônio Carlos Magalhães. Então, a terra que era do Estado não teve problema de eles implantarem este projeto lá dentro. Eles simplesmente estenderam o documento de compra de Sítio do Meio, eles estenderam até a Cassatinga e começaram a encher tudo de sisal (C.P. ASSESSORA DA CPT NA OCUPAÇÃO).

Depoimento da assessora da CPT junto aos trabalhadores, no momento da organização da ocupação, destaca que a promessa de emprego foi a principal justificativa usada para convencer os posseiros de Cassatinga, no momento da implantação do projeto de produção do sisal. Mas a empresa que implantou o projeto não deu continuidade ao processo.

O sisal cresceu, era um sisal de qualidade, ficou bonito. Era um grande campo de sisal, só que o dinheiro acabou. Como foi que acabou não me pergunte por que eu não sei; porque tem cada história! Na verdade eles fizeram uma verdadeira farra com o dinheiro público e aquilo que era pra ir do plantio até a industrialização, parou no plantio e faliu! Faliu ai eu ia muito lá para comunidade pra organizar o pessoal pra criar a associação de moradores; tinha a igreja também que tinha a chamada Comunidade Eclesial de Base; tinha que organizar o pessoal pra se filiar em sindicatos. Uma série de coisas, ai ocorreu que tava aquele campo de sisal imenso; a Celulose da Bahia foi embora porque faliu (tava aquela massa falida lá) e o povo passando fome (C.P. ASSESSORA DA CPT NA OCUPAÇÃO).

A situação pela qual os trabalhadores das fazendas foram submetidos teve papel decisivo na construção de estratégias para superar os entraves e as condições precárias de vida.

Eles falavam assim: olhe doutora, a gente gostaria de lhe ceder pelo menos um cafezinho, mas a gente tá sem dinheiro até para isso, porque a gente tá desempregado, não tem mais terra. Até que um dia surgiu a ideia: se isso aí tá abandonado, tá sem dono, faliu. O dinheiro que foi investido é um dinheiro público e a gente tinha tudo cópia de jornais, de documentos do dinheiro que foi liberado, do dinheiro que foi gasto e da falência. Então a gente sabia que havia um grande furo ali (C.P. ASSESSORA DA CPT NA OCUPAÇÃO).

A partir da ocupação, iniciou-se a luta para legitimar a permanência na terra. Neste sentido, as distintas formas de domínialidade de cada fazenda condicionaram o direcionamento das ações. Em Cassatinga, constituída de terras devolutas, os encaminhamentos junto ao Instituto de Terras da Bahia (INTERBA) levaram à regularização fundiária, a partir da titulação definitiva por meio de processo de doação outorgada aos beneficiários no início da década de 1990<sup>19</sup>. Este procedimento jurídico garantiu a apropriação, mas não permitiu às famílias de Cassatinga o acesso a mecanismos de crédito e de apoio à permanência na terra, pois apenas em 2008 – dezenove anos após a ocupação – efetivou-se o reconhecimento como Projeto de Assentamento da Reforma Agrária, pelo INCRA.

Em Sítio do Meio, após a ocupação engendrou-se os procedimentos formais para criação do projeto de assentamento. Destacam-se as estratégias de luta pela desapropriação da fazenda para fins de reforma agrária junto ao INCRA; a imissão de posse e formalização da proposta de criação do Projeto de Assentamento Sítio do Meio, que resultou na sua efetivação, em 23 de Agosto de 1996. Se a apropriação e uso da Fazenda Sítio do Meio estava balizada pela obtenção de lucro pela CCB, o processo de desapropriação não anulou esta lógica, pois assegura o direito de propriedade privada, mesmo com a comprovação de improdutividade do estabelecimento. No caso de Sítio do Meio, no que se refere à indenização da terra nua e das benfeitorias, consta a autorização dos seguintes lançamentos:

---

<sup>19</sup> O processo de doação de terras públicas da Fazenda Cassatinga, através de emissão de título definitivo, teve como respaldo jurídico os dispositivos da Lei nº 3.038, de 10 de Outubro de 1972, regulamentada pelo Decreto nº 23.401, de 13 de Abril de 1973, com as alterações da Lei nº 3.442, de 12 de Dezembro de 1975, regulamentada pelo Decreto nº 25.109, de 24 de Janeiro de 1976, conforme documentação verificada nos trabalhos de campo desta pesquisa.

[...] de 1.460 (Hum mil, quatrocentos e sessenta) Títulos da Dívida Agrária, com prazo de 10 (dez) anos, para indenização da terra nua, nominativos à Klabin Fabricadora de Papel e Celulose S/A [...] e R\$ 436.868,16 (Quatrocentos e trinta e seis mil oitocentos e sessenta e oito reais e dezesseis centavos) em moeda corrente para pagamento das benfeitorias indenizáveis [...] (INCRA, 1996, p.143).

Mas a partir da ocupação de Sítio do Meio e Cassatinga, as famílias instituíram uma nova relação com a terra, fundada na busca pela reprodução da vida, através do trabalho. “Significou um meio de sobrevivência melhor, que a gente, quando a gente vimos a área nós sentiu que a gente tinha condições de viver melhor ali, com aquele sisal que tinha, que era uma coisa que até hoje é um meio de sobrevivência” (R.S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

Com a entrada das famílias na terra, foram diversificadas as atividades produtivas em Sítio do Meio e Cassatinga, todas com uma estreita relação com a produção agrícola. A produção do sisal, que devido a sua grande relevância será discutida em um tópico específico; a criação de animais, principalmente bovinos, caprinos, ovinos e aves; as plantações de palma para alimentar os animais; as hortas comunitárias são exemplos desta relação que aparecem representadas nas Figuras 14 a 19. As roças para plantação de milho e feijão, também têm grande relevância na produção de alimentos para as famílias de Sítio do Meio e Cassatinga. Entretanto, devido ao grande período de estiagem na região – considerado como o maior período de seca dos últimos cinquenta anos – tornou-se impossível registrar através de fotografias nos trabalhos de campo.



**Figura 17: Bovinos.**

Fonte: Trabalho de Campo, Março de 2013.



**Figura 18: Caprinos.**





**Figura 19: Ovinos.**



**Figura 20: Aves.**



**Figura 21: Plantação de Palma.**  
Fonte: Trabalho de Campo, Março de 2013.



**Figura 22: Horta Comunitária**

## 5.1 PRODUÇÃO DO SISAL: ATIVIDADE DE DESTAQUE NOS ASSENTAMENTOS SÍTIO DO MEIO E CASSATINGA

Nos projetos de assentamento Sítio do Meio e Cassatinga, destaca-se um trabalho de base familiar, através de cultivos destinados para a subsistência e reprodução dos camponeses assentados e para o mercado. A atividade de destaque realizada pelas próprias famílias, voltada para comercialização, é a produção do sisal.

Neste tópico busca-se analisar o processo produtivo do sisal e as diferentes relações de produção estabelecidas a partir do desenvolvimento desta atividade, nos assentamentos objetos deste estudo. Destaca as distintas relações de produção<sup>20</sup> que

<sup>20</sup> Relações de produção capitalista e relações de produção não-capitalistas, conforme Oliveira, 2007.

se estabeleceram no desenvolvimento desta atividade, desde o início da década de 1980, momento em que o sisal foi plantado nas duas fazendas, até o momento da realização dos últimos trabalhos de campo. Além disso, apresentam-se as diversas etapas do processo de produção, a partir do primeiro momento nos campos de sisal dos assentamentos; o beneficiamento em empresa bateadeira e, finalmente, a fabricação dos fios destinados à exportação.

A implantação do projeto de produção do sisal em Sítio do Meio e Cassatinga teve início na década de 1980 e buscava desenvolver a atividade, desde o plantio até a industrialização. Através de empréstimos concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Companhia de Celulose da Bahia (CCB) iniciou o plantio, mas o projeto de produção do sisal não avançou para além desta etapa, pois a empresa declarou falência e abandonou a área das fazendas. Quanto à dominialidade jurídica, ressalta-se que, a Fazenda Sítio do Meio era de propriedade da CCB e a Fazenda Cassatinga eram terras públicas estaduais, usadas pela mesma empresa desde o início do plantio do sisal, pois a implantação do projeto em Sítio do Meio se estendia para Cassatinga. Neste trabalho, buscou-se entender sob quais condições a CCB usava as terras da Fazenda Cassatinga. Entretanto, se a aquisição de informações consistentes sobre esta questão constituiu-se um limite para explicitar a situação, permitiu levantar questionamentos e apontar elementos para discussão.

A produção do sisal em Sítio do Meio e Cassatinga expressa lógicas específicas atreladas aos interesses dos distintos agentes e contextos. A lógica que orientou o primeiro momento da produção do sisal pela CCB foi a busca de reprodução do capital e, dessa forma, constituiu-se uma relação de produção tipicamente capitalista, através da exploração da força de trabalho. A terra, nesta perspectiva, representa “a terra de negócio” e se distingue da “terra de trabalho”, conforme Martins, 1991.

Quando o capital se apropria da terra, esta se transforma em terra de negócio, em terra de exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apossa da terra, ela se transforma em terra de trabalho. São regimes distintos de propriedade, em aberto conflito um com o outro (MARTINS, 1991, p.55).

A partir do abandono das referidas fazendas pela empresa CCB e da precarização da vida dos seus antigos trabalhadores, demitidos sem acesso aos direitos trabalhistas, construíram-se as bases para ocupação dos dois

estabelecimentos, em 1989. Aquele momento expressou um fortalecimento da luta pela terra no município de Itiúba, através da articulação dos trabalhadores em movimentos e organizações sociais, cujas estratégias de enfrentamento transcendiam os limites municipais. Neste sentido, se destacaram as ações dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais em diversos municípios da região e da Comissão Pastoral da Terra.

Após a ocupação e no processo de formação do assentamento, foi produzida uma nova relação social. Trata-se de uma relação social que, embora não esteja isolada completamente dos ditames do capital, se expressa como uma relação de produção não-capitalista com as especificidades da produção do tipo camponesa, centrada na família, no trabalho e na terra. Esta última, também é requalificada, constituindo-se, portanto, em terra de trabalho, ou seja, meio de reprodução social do campesinato. Cabe ressaltar que este processo é marcado pela conflitualidade, pois o movimento pelo qual estas distintas relações sociais se estabelecem está atrelado aos antagonismos e a busca pela garantia de interesses específicos de grupos inseridos em uma sociedade mediada pelos conflitos de classes.

A entrada dos trabalhadores na terra, a partir da ocupação, expressou uma experiência da luta pela recriação da relação camponesa. Mas é preciso destacar que este processo também constitui seu limite, por não possuir o controle político das relações econômicas. Dessa forma, mesmo com a conquista da terra, os camponeses continuam na condição subalterna devido à sujeição da renda da terra ao capital. Neste processo, ressalta-se a sujeição e resistência do campesinato à lógica do capital (a partir do trabalho e da renda).

O capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação do campesinato. [...] A relação capitalista se realiza em si mesma e pela reprodução de suas contradições (FERNANDES, In: BUAINAIN, et al., 2008, p.179).

É nesta perspectiva que se compreende o processo de produção do sisal nos Projetos de Assentamento Sítio do Meio e Cassatinga. Esta atividade é desenvolvida pelas próprias famílias em seus lotes, ou seja, a organização produtiva – efetivada na primeira etapa ainda nos campos de sisal – está atrelada a uma base familiar e, por meio desta produção, busca-se essencialmente, a (re) criação da existência dos sujeitos deste processo. Entretanto, é preciso ressaltar a subordinação da produção camponesa às relações capitalistas, a partir da circulação e comercialização de seus

produtos. Portanto, este é o desafio que se estabelece e que constitui uma questão a ser enfrentada. Daí a necessidade da organização social e o sentido da continuidade da luta e resistência, frente ao processo de expansão do capitalismo no campo. A seguir, discute-se a produção do sisal no contexto regional e no âmbito do município de Itiúba, buscando-se contextualizar a organização da produção do sisal em Sítio do Meio e Cassatinga.

### 5.1.1 A produção do sisal no contexto regional e no município de Itiúba

A produção do sisal constitui uma das atividades mais relevantes no município de Itiúba. Dentre as culturas permanentes, o sisal é que apresenta maior área plantada, maior quantidade produzida e maior valor da produção, cujos dados estão apresentados na Tabela 20.

Tabela 20: Produção do sisal ou agave (fibra) no município de Itiúba, 2011

<b>Quantidade produzida (em toneladas)</b>	<b>5.393</b>
Valor da produção (em milhares de reais)	5.393
Área plantada (em hectares)	6.345
Área colhida (em hectares)	6.345
Rendimento médio (Kg/hectare)	840

Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 13 Fevereiro de 2013. Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

Entretanto, é preciso destacar que a produção do sisal é uma atividade de destaque não apenas no município de Itiúba – especialmente em Sítio do Meio e Cassatinga – mas em todo o contexto regional. O sisal – originário do México – foi introduzido na Bahia no início do século XX. Entretanto, sua expansão e importância ocorreram somente a partir das ações do Estado, no final da década de 1930, cujo objetivo era buscar o desenvolvimento econômico da região localizada no semiárido baiano.

No contexto mais recente, com uma nova perspectiva de regionalização e direcionamento das políticas públicas a partir da Política de Desenvolvimento Territorial e da constituição dos territórios de identidade, o sisal também dá nome ao intitulado

“Território do Sisal”, cuja maior parte dos municípios tem, na produção do sisal, sua mais importante atividade econômica.

A Bahia se destaca na produção do sisal, pois além deste estado, apenas Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte cultivam o produto, mas em quantidades bem menores. Ou seja, das 283.497 toneladas de sisal produzidas no país, 275.008 foram produzidas na Bahia, em 2011 (Conforme Tabela 21). Nesta direção, de toda a produção de sisal no Brasil, 97% foi produzido na Bahia, em 2011.

Tabela 21: Produção de sisal ou agave no Brasil, 2011

<b>Estado</b>	<b>Quantidade produzida (t)</b>	<b>Quantidade produzida (%)</b>
Bahia	275.008	97,00
Paraíba	7.240	2,55
Ceará	994	0,35
Rio Grande do Norte	255	0,10
<b>Total</b>	<b>283.497</b>	<b>100,00</b>

Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal, 2011. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 13 Fevereiro de 2013.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima

No Mapa 11 destaca-se a espacialização dos municípios baianos produtores de sisal e, na Tabela 22 apresentam-se os dados da produção destes municípios, de acordo com dados do IBGE, em 2011.

A partir de uma leitura do Mapa 11 que apresenta a espacialização da produção do sisal no estado da Bahia, constata-se uma concentração dos municípios produtores. Nesta mesma direção, a Tabela 22 enfatiza a quantidade de sisal produzida, com destaque para os maiores produtores, dentre os quais está incluído o município de Itiúba, que ocupa a 15ª posição no estado, com 5.393 toneladas. Em 2011, em cada um destes quinze municípios a produção do sisal era superior a cinco mil toneladas, com destaque para o município de Campo Formoso, com 73.800 toneladas.

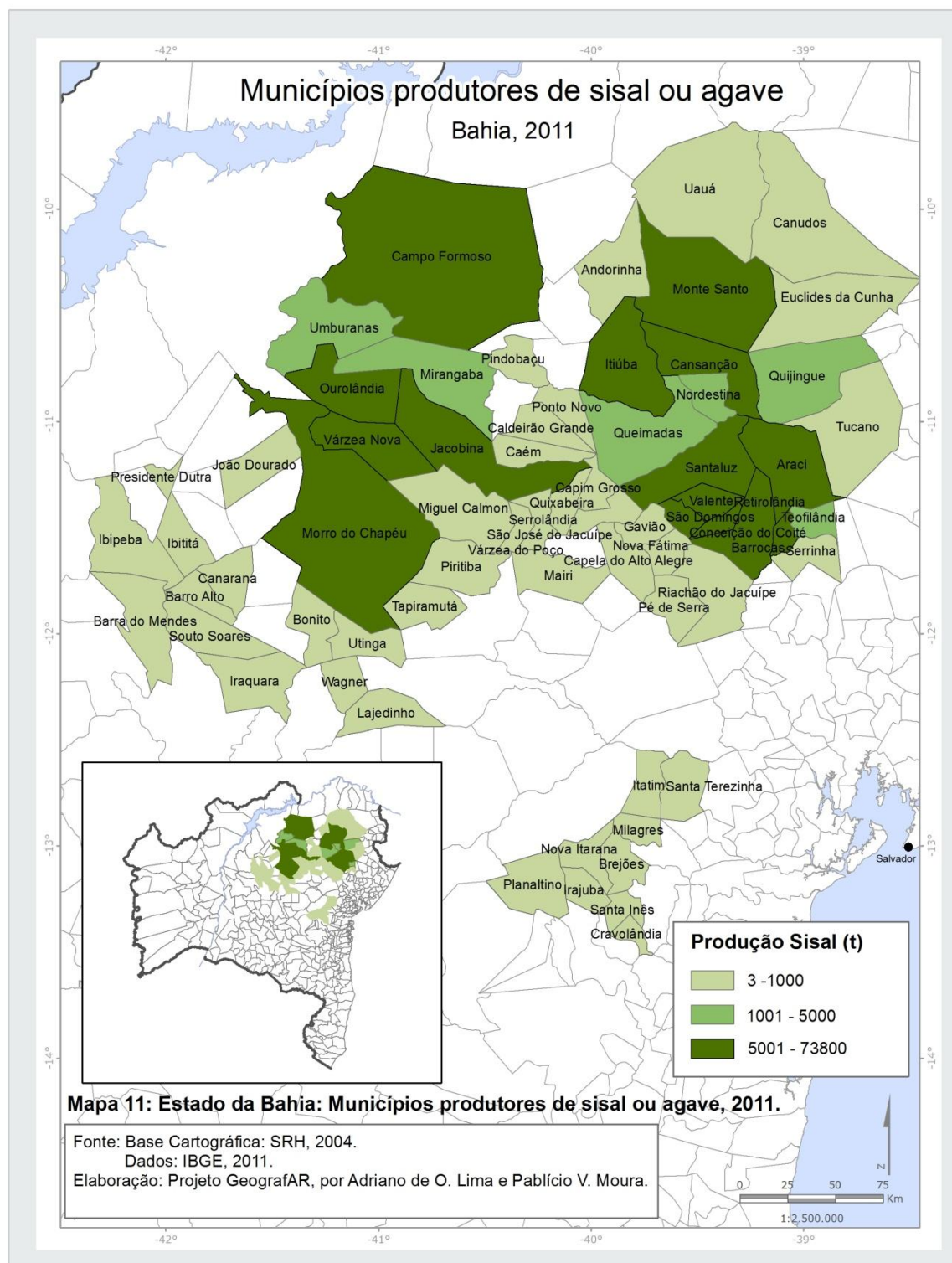




Tabela 22: Maiores produtores de sisal ou agave no estado da Bahia, 2011

<b>Município</b>	<b>Quantidade produzida (toneladas)</b>
Campo Formoso	73.800
Santaluz	33.000
Conceição do Coité	26.400
Morro do Chapéu	14.400
Valente	14.400
Araci	13.200
Várzea Nova	13.200
Jacobina	11.700
Ourolândia	9.000
São Domingos	7.680
Monte Santo	7.200
Cansanção	6.000
Retirolândia	5.850
Barrocas	5.456
Itiúba	5.393
Outros Municípios <sup>21</sup> .	28.329
<b>Total</b>	<b>275.008</b>

Fonte: IBGE, Produção agrícola municipal, 2011. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 13 Fevereiro de 2013.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

Além disso, estes municípios se caracterizam por terem baixo índice populacional, com população inferior a 80 mil habitantes. Destes municípios, dez têm menos de 50 mil habitantes e, dentre estes, cinco municípios têm a população residente na área rural superior à urbana (Conforme Tabela 23).

A partir da leitura da referida tabela, compreende-se a importância das atividades agropecuárias na economia destes municípios. Os dados permitem ressaltar que, oito destes municípios, têm a parcela do Produto Interno Bruto (PIB)<sup>22</sup> da agropecuária superior a registrada pela indústria.

Cabe destacar que, dentre estes maiores produtores de sisal, a maioria está localizada no Território do Sisal: Santaluz, Conceição do Coité, Valente, Araci, São Domingos, Monte Santo, Cansanção, Retirolândia, Barrocas e Itiúba.

<sup>21</sup> 52 municípios baianos que produzem sisal em quantidade inferior a 5.000 toneladas.

<sup>22</sup> os valores do PIB estão em milhares de reais.

Tabela 23: Indicadores sobre os maiores produtores de sisal no estado da Bahia

<b>Município</b>	<b>População</b>	<b>Pop. rural</b>	<b>Pop. urbana</b>	<b>PIB Agrop.</b>	<b>PIB Ind.</b>	<b>PIB Servi.</b>
Campo Formoso	66.616	41.753	24.863	56.360	112.843	216.660
Santaluz	33.838	13.043	20.795	20.115	18.427	102.346
Conceição do Coité	62.040	25.762	36.278	24.627	51.089	224.367
Morro do Chapéu	35.164	14.897	20.267	34.015	20.288	102.721
Valente	24.560	11.073	13.487	21.328	16.468	80.345
Araci	51.651	32.013	19.638	21.172	21.297	147.291
Várzea Nova	13.073	4.520	8.553	14.488	6.515	39.402
Jacobina	79.247	23.379	55.868	29.168	163.495	374.621
Ourolândia	16.425	10.084	6.341	18.497	13.936	48.818
São Domingos	9.226	3.310	5.916	12.038	4.658	27.878
Monte Santo	52.338	43.493	8.845	20.237	20.522	140.850
Cansanção	32.908	21.887	11.021	16.421	13.755	90.526
Retirolândia	12.055	5.333	6.722	9.073	9.674	40.918
Barrocas	14.191	8.496	5.695	5.055	84.942	48.488
Itiúba	36.113	26.414	9.699	12.893	14.551	99.097

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 13 Fevereiro de 2013.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

### 5.1.2 A produção do sisal em Sítio do Meio e Cassatinga

A produção do sisal em Sítio do Meio e Cassatinga constitui a principal atividade econômica desenvolvida pelos assentados.

O forte é o sisal, porque o sisal é quem faz dinheiro pra tudo porque o resto é milho e feijão (mandioca ninguém planta). É milho e feijão, essas coisas assim. Mas é como tá vendo ai: tem oito anos que teve um canivete de feijão. Então, pra sobreviver tem que ir trabalhar no sisal, e desse sisal, fazer tudo (R. S., ASSENTADO DE CASSATINGA).

O depoimento deste assentado revela que, apesar de serem desenvolvidas outras atividades produtivas nos lotes, o principal destaque é a produção do sisal. Alguns assentados trabalhavam no cultivo do sisal nas antigas fazendas, onde foram implantados os Projetos de Assentamento. Outros desenvolviam esta atividade em seus municípios de origem. As experiências das famílias assentadas com a produção do sisal, associadas às condições das fazendas no momento da ocupação, cujos campos de sisal encontravam-se adequados para serem desfibrados, possibilitou o desenvolvimento desta atividade em Sítio do Meio e Cassatinga. Desde a ocupação das fazendas até o momento em que foram realizados os trabalhos de campo desta pesquisa, constatou-se a grande relevância da produção do sisal para a permanência



das famílias na terra. Assim, cabe ressaltar que, no ano de 2011 a produção de sisal foi de 305.976 Kg em Sítio do Meio e de 223.490 Kg em Cassatinga. Em 2012, a produção de sisal foi de 274.516 Kg e 146.340 Kg em Sítio do Meio e em Cassatinga, respectivamente (Conforme Tabelas 24 e 25).

Estas informações foram obtidas com a diretoria da Associação de Sítio do Meio e com a Associação de Cassatinga, cujas Atas das Assembleias constam a prestação de contas e o valor total da produção mensal em cada assentamento. Estas informações são bastante precisas, pois os compradores – chamados de atravessadores ou intermediários – descontam, no momento do pagamento aos assentados e repassam para a associação, uma taxa (intitulada de renda, pelos assentados) correspondente a 1% da produção. Assim, é identificada a produção mensal em cada lote.

Tabela 24: Produção de sisal em Sítio do Meio, 2010 e 2012

Meses do ano	Quantidade produzida, 2011 (em Kg)	Quantidade produzida, 2012 (em Kg)
Janeiro	32.000	34.840
Fevereiro	29.000	21.380
Março	38.854	30.000
Abril	28.252	15.000
Maio	33.245	14.000
Junho	36.677	15.000
Julho	23.971	31.000
Agosto	25.000	30.000
Setembro	17.000	16.000
Outubro	13.807	20.000
Novembro	15.070	23.256
Dezembro	13.100	24.040
<b>Total</b>	<b>305.976</b>	<b>274.516</b>

Fonte: Trabalho de Campo/ Fevereiro de 2013.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

Tabela 25: Produção de sisal em Cassatinga, 2011 e 2012

Meses do ano	Quantidade produzida, 2011 (em Kg)	Quantidade produzida, 2012 (em Kg)
Janeiro	21.800	15.200
Fevereiro	21.740	11.500
Março	19.220	14.500
Abril	20.250	15.600
Maio	18.500	12.220
Junho	12.650	13.500
Julho	18.500	12.620
Agosto	19.610	11.500
Setembro	18.200	11.100
Outubro	18.100	10.100
Novembro	17.520	9.550
Dezembro	17.400	8.950
<b>Total</b>	<b>223.490</b>	<b>146.340</b>

Fonte: Trabalho de Campo/ Fevereiro de 2013.

Elaboração: Adriano de Oliveira Lima.

Estes dados revelam a importância da atividade nos Projetos de Assentamentos e sua expressiva participação na produção de sisal, no âmbito do município de Itiúba. Dos 5.393.000 quilos de sisal produzidos no município de Itiúba, em 2011, se constata que 529.466 quilos foram produzidos em Sítio do Meio e Cassatinga, ou seja, 9,81% da produção de sisal do município foi desenvolvida nestes dois assentamentos.

Entretanto, é preciso ressaltar a precariedade nas condições de trabalho que caracterizam a maior parte desta atividade. O primeiro momento do beneficiamento do sisal acontece ainda no campo (Figura 23), a partir da coleta e desfibramento da folha do sisal. Este processo inicial exige muito esforço físico do trabalhador e a utilização das máquinas tradicionais do tipo paraibana (Figura 24) representa grande risco de acidentes e mutilações.



**Figura 23: Campo de sisal no PA Cassatinga.**

Fonte: Trabalho de Campo, Outubro de 2012.



**Figura 24: Desfibramento do sisal em máquina paraibana.**

Fonte: Trabalho de Campo, Dezembro de 2010.

Frente à situação precária de trabalho, principalmente no desfibramento do sisal, está em andamento a criação de uma nova máquina desfibradora – a chamada Faustino V – para substituição das máquinas paraibanas. O novo equipamento terá como objetivos reduzir os riscos de acidentes de trabalho e de mutilação dos trabalhadores; diminuir o esforço físico dos cevadores; melhorar a qualidade e o rendimento da produção, com a redução do desperdício da fibra e redução da quantidade de buchas; diminuir o consumo de combustíveis e facilitar no deslocamento do equipamento.

A produção do sisal tem apresentado grande vulnerabilidade em detrimento dos longos períodos de estiagem, de modo especial, neste atual período de seca no sertão baiano, considerada a maior das últimas décadas. Com a estiagem, a palha do sisal fica seca, dificultando o desfibramento no motor. Entretanto, diante das instabilidades nas condições climáticas, os assentados têm buscado novas estratégias no uso do sisal, através do aproveitamento do resíduo para a alimentação dos animais. Neste sentido, criou-se um equipamento para retirar as buchas do sisal, separando-as dos resíduos aproveitados como ração animal (Conforme Figura 25).





**Figura 25: Equipamento usado para separar buchas e resíduos.**  
 Fonte: Trabalho de Campo, Março de 2013.

Após o desfibramento, segue para a secagem da fibra e, finalmente, a formação dos fardos, conforme Figuras 26 e 27. Destaca-se, neste momento, uma atividade de base familiar, inclusive com grande participação da força feminina para auxiliar no transporte e secagem das fibras.

Nas próximas etapas do processo produtivo, destaca-se a apropriação dos resultados do trabalho, através de uma lógica atrelada a reprodução do capital. Os compradores – atravessadores ou intermediários – transportam os fardos dos lotes, armazenam em depósitos localizados no Povoado de Jacurici da Leste e revendem o produto para empresas bateadeiras, na cidade de Santaluz. Esta etapa consiste na limpeza das fibras e formação de novos fardos.



**Figura 26: Secagem da fibra do sisal.**  
 Fonte: Trabalho de Campo, Março de 2013.



**Figura 27: Fardo de sisal**

Cabe observar que, devido à vulnerabilidade dos camponeses assentados frente às incertezas e instabilidades do mercado, as associações de ambos os assentamentos conseguiram estabelecer um acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no sentido de garantir um preço mínimo para o sisal, fixado a partir de 2011 em R\$ 1,04 por quilo do produto seco. Neste sentido, o objetivo central da CONAB não é necessariamente a compra do produto, mas a garantia às famílias de que o preço mínimo seja efetivado. Dessa forma, permitiu-se a comercialização do produto com preço que não seja abaixo do mínimo estabelecido.

A etapa seguinte consiste na fabricação de fios por uma empresa que faz o processo industrial no município de Simões Filho e comercializa o produto no mercado internacional. Ou seja, para além da produção, torna-se necessário destacar a circulação e comercialização como elementos inerentes a este processo e as distintas relações de produção que se expressam desde o beneficiamento do produto nos lotes até a sua transformação em mercadoria.

A compreensão de que apenas a etapa mais inicial do beneficiamento do sisal – com a venda do produto sem um trato mais efetivo –, tem levado os assentados a buscarem estratégias que permita agregar valor e atenuar o problema da apropriação dos resultados do trabalho pelas empresas. Dessa forma, entrou na pauta de discussão nas assembleias, a aquisição de uma bateadeira para beneficiamento do sisal produzido em Cassatinga e Sítio do Meio.

[...] foi dada a palavra para maiores explicações e dúvidas sobre a bateadeira de sisal em nosso assentamento. Várias dúvidas foram levantadas e colocou-se a importância da organização comunitária para que a bateadeira possa funcionar e ajudar no desenvolvimento das famílias assentadas (Livros de Atas das Assembleias da Associação de Sítio do Meio e Cassatinga, 08 de Janeiro de 2007, Volume 2, p.88).

Trata-se de uma compreensão de que a produção do sisal poderia ser mais relevante e lucrativa se o processo de comercialização não fosse atrelado à figura do atravessador que compra o sisal por um preço baixo no assentamento e revende em outros municípios. Apesar da competição com a fibra sintética, o que contribui para a vulnerabilidade dos preços; da instabilidade do mercado internacional e da necessidade de agregar valor ao produto pelos próprios trabalhadores assentados, o sisal ainda constitui uma possibilidade de melhorar a vida das famílias de Sítio do Meio e Cassatinga. Nesta direção, é preciso assinalar que algumas iniciativas devem ser buscadas, dentre as quais se pode mencionar as principais: articulação e mobilização

dos assentados para rever a atuação dos atravessadores; organização de cooperativa dos trabalhadores para fortalecer as condições de produção e comercialização; implantação de mecanismos para beneficiamento do sisal no próprio assentamento; e, manutenção e ou formação de campos de sisal, além da melhoria nas condições de trabalho.

Diante de tudo isto, pode-se afirmar que a produção do sisal constitui a principal atividade desenvolvida em Sítio do Meio e Cassatinga, em todos os momentos posteriores à ocupação das fazendas. Quanto às possibilidades de solucionar os entraves que as famílias enfrentam, com esta e outras atividades, destaca-se o papel das associações de cada assentamento, na orientação e fortalecimento do grupo. Neste sentido, é preciso destacar, além da articulação através das associações, as principais estratégias de organização da luta.

## 5.2 PARA ALÉM DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO: A ORGANIZAÇÃO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE LUTA

A trajetória de luta pela terra empreendida em Sítio do Meio e Cassatinga foi constituída por diversas estratégias de organização social. No momento da ocupação das fazendas, destacou-se o papel dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais dos municípios de origem dos trabalhadores, além da Comissão Pastoral da Terra (CPT), a partir das ações missionárias instituídas pelas Comunidades Eclesiais de Bases, cujas efetivações de suas lutas tiveram repercussões na organização e acompanhamento das famílias. Diante de toda a situação de precarização da vida pela qual as famílias se encontravam, constituiu-se uma unidade política das ações, constituída na luta pela terra de trabalho. E foi neste contexto que se efetivou a ocupação das fazendas Sítio do Meio e Cassatinga. Naquele momento tenso e conflituoso foi necessário construir estratégia para fortalecer a luta.

Era muito perigoso, porque os fazendeiros da região começaram a ter muita investida sobre eles, porque a Celulose deixava os fazendeiros botar o gado lá dentro pra comer o sisal, mas não deixava o pobre botar. Então os fazendeiros começaram a querer matar trabalhador, aquela confusão. Então eu ficava lá com eles, dando acompanhamento (C.P. ASSESSORA DA CPT NA OCUPAÇÃO).

A experiência com a ocupação das fazendas Sítio do Meio e Cassatinga instituiu um momento de fortalecimento da luta pela terra em Itiúba, pois a partir desta, novas

outras ocupações se estabeleceram. Não constituiu um fato isolado. Ao contrário, estava articulado com outras estratégias de luta pela terra através das ocupações de fazendas em Itiúba e municípios da região:

Nas décadas de 80 e 90 foram as duas décadas do fortalecimento da luta pela terra e das vitórias do movimento na conquista da terra. Então, eu falei de Santaluz, mas aqui em Itiúba, por exemplo, entraram em Sítio do Meio e Cassatinga em abril de 89. Em agosto de 89 entraram aqui numa área da EPABA – que também era uma área pública, uma estação experimental – e hoje é o Assentamento Bela Conquista, um dos melhores que a gente tem; que tem também um vereador de lá, o Otaviano Barbosa [...]. E em Santaluz a ocupação também foi em 89. Santaluz deve ter sido em julho de 89. Ao mesmo tempo, havia luta pela terra em Monte Santo (C.P. ASSESSORA DA CPT NA OCUPAÇÃO).

A entrada das famílias na terra, a partir da ocupação das fazendas, exigiu novas estratégias de luta pela apropriação e garantia de permanência. Frente às especificidades na questão da dominialidade de cada fazenda, foram se definindo distintos caminhos na busca para legitimar a ocupação e uso da terra pelas famílias.

E veio a batalha depois pela desapropriação da terra. A área que foi comprada (adquirida por bagatela, mas de qualquer forma era uma área privada) essa área a gente encaminhou para desapropriação pelo INCRA. E a área que era do Estado agente encaminhou para o INTERBA – Instituto de Terras da Bahia – pra ele regularizar. Só que teve muito empecilho pelo meio [...]. Até que, finalmente, depois de anos, a gente conseguiu desapropriar a terra privada, aí foi criado o assentamento do Sítio do Meio. Tudo ocorreu normal porque desapropriou, o INCRA foi e loteou pra cada um; investiu. Na Cassatinga, o Estado apenas regularizou a terra, mas não investiu em nada! Então eles não tinham direito a projeto de moradia; não tinham direito a projeto de água, enfim, nem um projeto social eles tiveram direito (C.P. ASSESSORA DA CPT NA OCUPAÇÃO).

Apenas a regularização, através da emissão dos títulos definitivos para as famílias de Cassatinga, sem um acompanhamento de condições para permanência nos lotes vem repercutindo nos desdobramentos e resultados deste processo. “Isso provocou uma evasão do pessoal de Cassatinga, que começou a ir morar no povoado, e assim desmontou bastante o assentamento da Cassatinga” (C.P. ASSESSORA DA CPT NA OCUPAÇÃO).

Ou seja, a luta não se encerrou com a ocupação das fazendas, mas, ao contrário, estava apenas começando. Neste contexto, se insere a criação de uma

associação na busca de fortalecer a luta e criar estratégias de enfrentamentos dos desafios que se estabeleceram.

Eu acho que foi mais a partir da necessidade de criar a associação, porque ficava mais fácil, vamos dizer assim: já tinha os sindicatos, o sindicato local e tinha os outros sindicatos que dava posse, ajuda, né. E com a associação era um caso de fortalecer melhor e até fazer alguma reivindicação [...] e por isso se criou. E através da associação foi que veio fortalecer mais porque é claro que pra você fazer alguma reivindicação aos órgãos públicos tinha mais força (S. R., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

A partir da sua fundação – no momento que precede a criação oficial dos Projetos de Assentamento em Sítio do Meio e Cassatinga – a associação buscou desenvolver um papel na organização da produção. Naquele momento já era discutida a questão da organização produtiva do sisal: “Fica decidido que a compra e venda do sisal ficará sendo realizada no dia de domingo, seria no 1º domingo do ano vindouro de 2004” (Livros de Atas das Assembleias da Associação de Sítio do Meio e Cassatinga, 09 de Agosto de 1993, Volume 1, p.5).

Os registros em ata das assembleias destacam a aquisição do trator, via associação e as comemorações, à medida que se conseguiam os objetivos.

O presidente e coordenador [...] falou das suas viagens a Salvador. Essas viagens foi a fim de nos trazer o que foi doado a associação. Trata-se de um trator a pneus (bisouro). Custou o convênio para o equipamento R\$ 5.000 reais. Foi doado para a associação R\$ 20.000 reais com equipamento. Haverá desfile comemorando a vitória que esse movimento ganhou (Livros de Atas das Assembleias da Associação de Sítio do Meio e Cassatinga, 26 de Novembro de 1995, Volume 1, p.20).

Com a aquisição, a associação estabeleceu as prioridades de uso do trator: “1º carregar água; 2º transportar pedra para construção do depósito comunitário; 3º transporte de sisal; 4º preparação das terras; 5º Aluguel a particular; 6º aterro do ‘lagadisso’ com cascalho” (Livros de Atas das Assembleias da Associação de Sítio do Meio e Cassatinga, 26 de Novembro de 1995, Volume 1, p.20).

Além de seu papel na organização da produção e da representação das famílias na tomada de decisões em espaços externos do assentamento, a associação se insere na própria organização do grupo no sentido de solucionar problemas internos e do cotidiano das famílias e contribuir para a cooperação nos momentos de dificuldade. Nesta direção, registrou-se o caso em que um dos trabalhadores “[...] pede pela sua



necessidade, um apoio para realizar um meio de recurso para adquirir o seu motor que foi roubado de dentro do seu lote. Ficou concordado por todos, um bingo para esse benefício” (Livros de Atas das Assembleias da Associação de Sítio do Meio e Cassatinga, 25 de Março de 1996, Volume 1, p.30).

Além da cooperação e busca por solucionar questões específicas, diversas situações apontam para a construção de ações de cunho mais coletivos. Neste sentido, experiências registradas destacam os trabalhos em mutirões como forma de solucionar problemas e fortalecer os laços de solidariedade: “Foi discutido e aprovado que a barragem do rio vai ser feita com 60 centímetros ficando marcado para sábado que nem um mutirão para juntar pedra. Passou-se para o último ponto que também foi decidido que a reforma da casa seria feita em mutirão” (Livros de Atas das Assembleias da Associação de Sítio do Meio e Cassatinga, 17 de Agosto de 1998, Volume 2, p.24).

Com sede na Agrovila I, em Sítio do Meio, montada na antiga casa principal da fazenda (Conforme Figura 28), a associação de Sítio do Meio e Cassatinga foi fundada em 20 de maio de 1993 e constitui-se numa associação civil sem fins lucrativos. Foi criada no momento em que os trabalhadores ocuparam as fazendas e sentiram a necessidade de fortalecer a luta para garantir a permanência na terra, em especial, com a criação dos projetos de assentamento da reforma agrária.



**Figura 28: Sede da Associação em Sítio do Meio.**

Fonte: Trabalho de Campo, Dezembro de 2010.

A fundação da referida associação foi precedida por outra associação que atuava no Povoado próximo ao Sítio do Meio (a Associação de Jacurici da Leste) a qual serviu de referência devido à participação de alguns membros da nova entidade. A partir das demandas surgidas no processo de luta para legitimar a apropriação e uso da terra, tornou-se necessário a criação de estratégias de organização social específica para os interesses dos trabalhadores de Sítio do Meio e de Cassatinga. De acordo com o seu estatuto, a entidade tem como finalidades (Art. 5º):

- Estimular a integração e a solidariedade entre os associados;
- Promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras, com recursos próprios ou obtidos por meio de empréstimos, convênios ou projeto;
- Pleitear junto aos Governos e ONGs, a criação de projetos de convivência com a seca;
- Adquirir bens móveis e imóveis para implantar projetos em favor dos associados;
- Desenvolver ações comunitárias, através de convênios com Governo Federal, Estadual, Municipal e ONGs, garantindo assistência a saúde, educação e a Agricultura familiar.
- Obter crédito agrícola e Assistência Técnica.

A partir de sua fundação e operacionalização, a associação se destaca na organização das famílias e na obtenção de instrumentos para melhoria nas condições para permanência na terra. Além dos sistemas de eletrificação, construção de barragens, formação e manutenção das estradas, em Cassatinga e Sítio do Meio, destaca-se, neste último assentamento a obtenção do Crédito Implantação e suas subdivisões (alimentação, fomento e habitação, que tornou possível a construção das agrovilas); prédios escolares; serviços de abastecimento de água; aquisição de créditos individuais e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), entre outros.

Além disso, a associação e sua atuação têm uma importância também na orientação, apoio e acompanhamento no sentido de regulamentar e assegurar o cumprimento da quitação das parcelas dos créditos conseguidos. Neste sentido, o papel da associação apresenta-se fundamental na orientação para cumprir as metas e conseguir os descontos e incentivos que os projetos possibilitam quando do

cumprimento dos valores em datas pré-estabelecidas. Buscando cumprir suas finalidades a associação é constituída e organizada a partir dos seguintes órgãos administrativos:

- Assembleia Geral;
- Diretoria Executiva, composta pelos seguintes integrantes: Presidente; Vice-Presidente; Secretário; Tesoureiro;
- Conselho Fiscal.

Desde a fundação, em 1993, até 2008, a Associação era constituída por trabalhadores de Cassatinga e Sítio do Meio. A partir de 2009 houve a fundação de outra associação, do Assentamento Cassatinga, cuja sede em construção é mostrada na Figura 29. Desta forma, cada assentamento passou a ter uma associação específica.

Então, com isso a gente decidiu fundar, e como eram dois assentamentos, duas ocupações, com o mesmo povo, praticamente na mesma comunidade, ai a gente decidiu fundar uma pra os dois. Ai, com o passar do tempo, ai, quando cada assentamento começou a ganhar seus lotes, cada quem teve sua demarcação, ai cada um começou a andar com as suas próprias pernas, ai achou por bem mudar: cada uma ter a suas própria entidade pra representar (J. M., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

Diante das especificidades e dos desafios constituídos pelos assentados de Cassatinga (destacados no Capítulo 3), a associação que organiza as famílias do referido assentamento se insere como instrumento para enfrentamento.



**Figura 29: Sede em construção da Associação de Cassatinga.**  
Fonte: Trabalho de Campo, Outubro de 2012.

Além das estratégias de luta pela terra no momento da ocupação das fazendas e da continuidade neste processo, a partir da organização através das associações, é preciso ressaltar a articulação, para além da organização interna dos assentamentos. Nesta direção, o Movimento dos Trabalhadores Acampados, Assentados e Quilombolas (Movimento CETA)<sup>23</sup>, vem se definindo como principal movimento social com atuação em Sítio do Meio e Cassatinga. Assim, tem se constituído a continuidade da luta, através de estratégias para resolver os problemas de cada assentamento e articular suas lutas com a dos demais sujeitos organizados que buscam entrar ou permanecer na terra.

### 5.3 SÍTIO DO MEIO E CASSATINGA: REFLEXÕES SOBRE AS PRÁTICAS SOCIAIS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Na construção desta pesquisa, buscou-se entender a produção do espaço como um produto social e, a partir desta compreensão, definiu-se os caminhos teóricos e metodológicos que sustentaram a análise constituída na leitura geográfica dos Projetos de Assentamento Sítio do Meio e Cassatinga. Nesta direção, o trabalho revela como as distintas práticas sociais, associadas às específicas formas de dominialidade jurídica, repercutiram nos resultados de cada assentamento. Em Sítio do Meio – área de propriedade particular improdutiva – a partir da ocupação, travou-se uma luta pela desapropriação da fazenda e implantação do projeto de assentamento, instituído em 1996. Neste processo, se destacam a delimitação dos lotes e a criação e ou manutenção dos campos de sisal; a formação de áreas de cultivo; a construção de residências nas agrovilas e nos lotes; a edificação de prédios escolares; a implantação de obras de infraestrutura tais como eletrificação, água encanada, estradas, açudes e barragens; entre outros. Antes da ocupação, a fazenda era demarcada apenas pelas cercas que contornavam os seus limites, cuja definição do perímetro pode ser observada na figura 30. Para atender o novo grupo social, uma nova organização foi instituída. Neste sentido, destaca-se a criação definitiva de 81 lotes familiares (Conforme Figura 31) e das agrovilas como forma de organização e de sociabilidade.

Em Cassatinga, constituída de terras públicas, a partir da ocupação da fazenda, o processo se direcionou para a regularização, através da emissão dos títulos definitivos. Mas este procedimento não conseguiu assegurar, efetivamente, a

---

<sup>23</sup> A respeito do CETA, ver Santos, 2010.

permanência de todas as famílias na terra. Neste sentido, a luta teve continuidade com o objetivo de melhorar as condições de vida das famílias, com a criação do Assentamento Cassatinga, concretizado em 2008, além de buscar acesso aos benefícios do Plano Nacional da Reforma Agrária (PNRA), que ainda constitui um desafio a ser enfrentado.

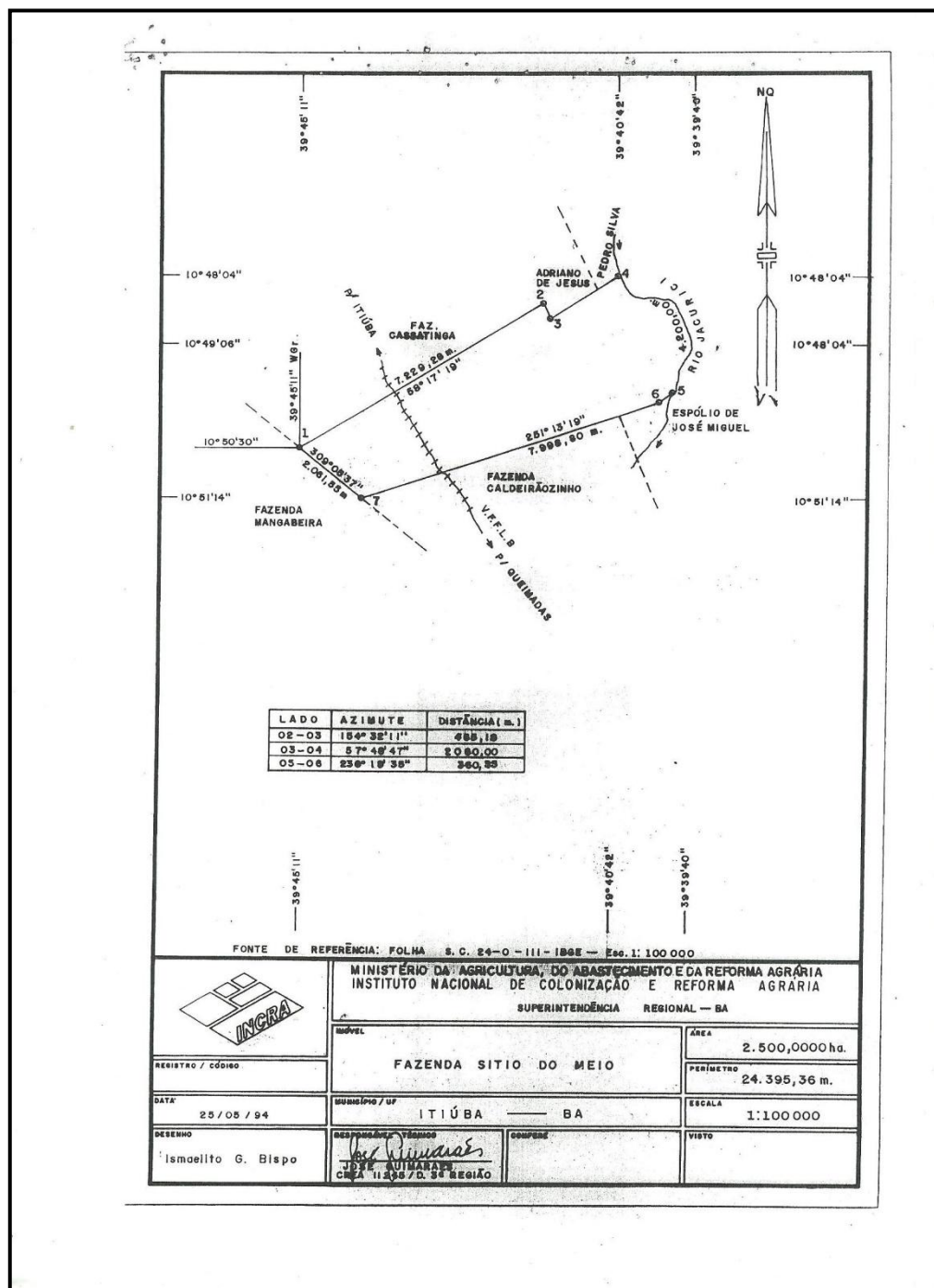
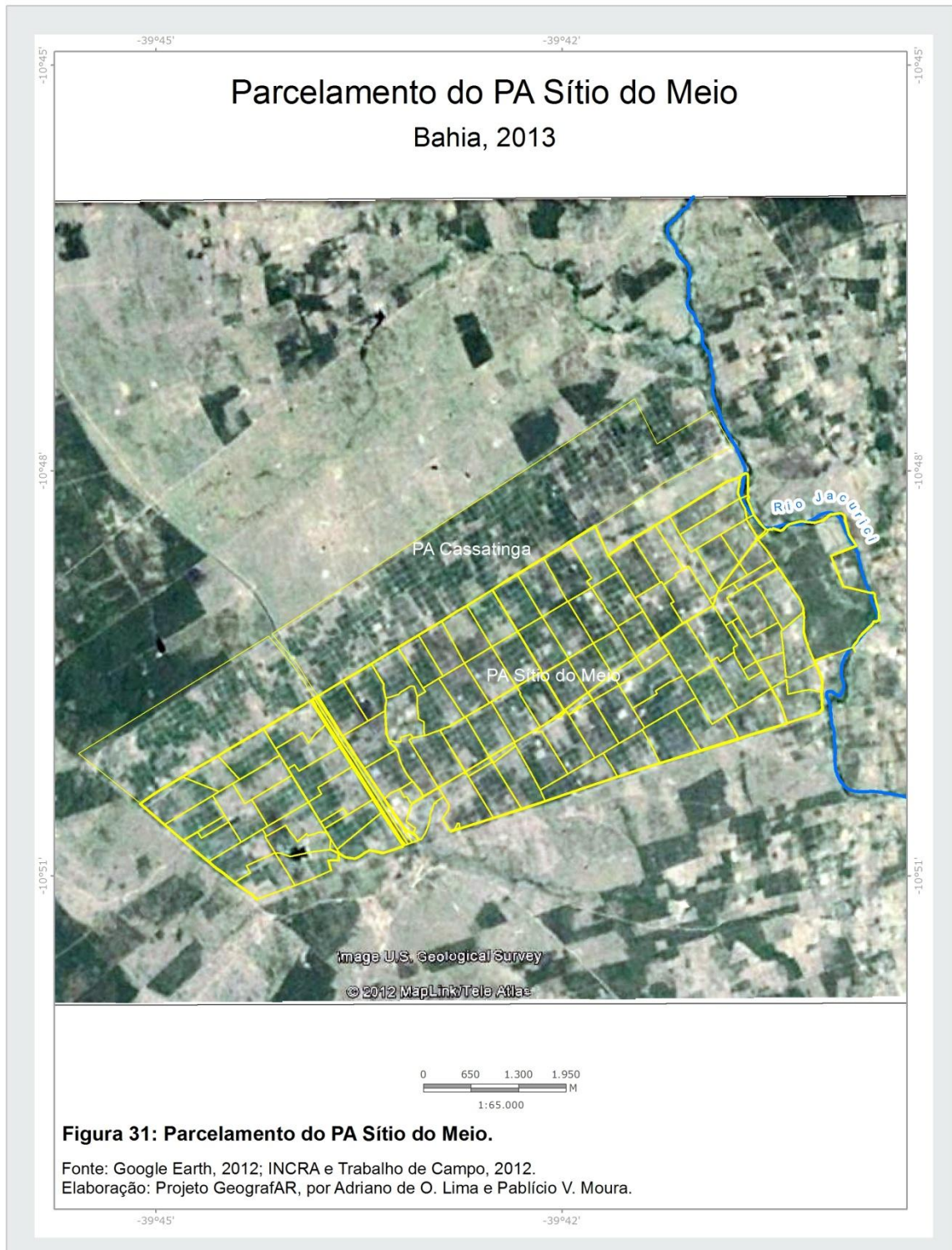


Figura 30: Delimitação do perímetro de Sítio do Meio.

Fonte: INCRA, 1990.





Para além destas trajetórias de luta instituídas no processo de criação dos assentamentos, buscou-se destacar as ações dos sujeitos que, em suas práticas sociais, tornaram-se os principais agentes na produção do espaço em Sítio do Meio e Cassatinga, ou seja, os camponeses assentados. A participação do pesquisador em assembleias das associações, inclusive com realização de oficina (Figura 32), contribuiu para o diálogo com estes sujeitos da pesquisa. Nesta perspectiva, tornou-se pertinente ressaltar a questão da organização da produção e da organização social que se estabeleceram. Para ampliar esta leitura do espaço como produto das relações sociais, buscou-se trazer para a discussão, alguns elementos que revelam as condições de vida destes sujeitos em suas relações com a porção do espaço por eles apropriado. São elementos que acabam aparecendo na paisagem como resultado da construção social do grupo.



**Figura 32: Oficina com a diretoria da Associação em Sítio do Meio.**  
Fonte: Trabalho de Campo, Março de 2013.



No que se refere à questão da educação escolar, destaca-se a construção dos prédios escolares (Figura 33), na Agrovila I e Agrovila II, em Sítio do Meio, buscando atender as necessidades de serviços educacionais, principalmente para as crianças e jovens assentados. Ao iniciar o funcionamento das escolas, buscou-se priorizar os educadores com vivências nos assentamentos, conforme destaca o depoimento de uma professora.

Esta escolha também foi feita pelos pais presente, né, porque, assim, eles querem, (o pessoal do Movimento CETA, né) que é quem nos acompanha hoje aqui, eles querem assim, que os educadores sejam da área, que tenham identidade no caso, né, e que eles também estejam envolvidos em alguma coisa no assentamento, que façam parte de associação, qualquer coisa. Que seja gente que tenha história; que conheça a realidade né; porque a educação que eles querem hoje é assim, a educação voltada para a realidade do aluno, a educação que mostre a identidade deles; que forme cidadão críticos e cientes de seus direitos e deveres, né; não uma escola alienadora [...] (L. S. S., PROFESSORA ASSENTADA DE SÍTIO DO MEIO).



**Figura 33: Prédio escolar**  
Fonte: Trabalho de Campo.



A busca por uma educação atrelada ao contexto social pelo qual os sujeitos estão inseridos vem se estabelecendo em Sítio do Meio e Cassatinga a partir da participação de crianças e jovens na formação através das Escolas Família Agrícola (EFAs). Esta modalidade de escola é resultado das lutas dos movimentos sociais pela educação no campo – ou seja, na realidade em que estão inseridos – e educação do campo – educação pensada a partir das necessidades dos sujeitos e pensada com a participação dos mesmos. Desse processo, teve como um dos resultados a experiência da Escola Família Agrícola, cuja proposta se define a partir da realidade dos alunos e ruptura com as propostas verticalizadas através de diretrizes estabelecidas de cima pra baixo.

Os alunos de Sítio do Meio e Cassatinga que buscam nas EFAs a possibilidade de formação vêm se inserindo à EFA de Monte Santo e, a partir de 2010, à EFA de Itiúba, localizada no Povoado de Rômulo Campos. Em ambos os casos se destaca a pedagogia da alternância, com a articulação entre o tempo escola e o tempo comunidade. O aluno vivencia durante quinze dias as experiências na comunidade e quinze dias na escola, alternando estes distintos momentos que se estabelecem através da valorização dos saberes e na articulação entre teoria e prática.

Cabe ressaltar que estas experiências se inserem nas concepções e princípios da educação do campo, fruto de um processo de luta protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações. Resultam dos movimentos históricos da realidade, a partir de uma necessidade dos sujeitos que habitam as áreas rurais. Portanto, é preciso destacar a distinção entre Educação do Campo (que atende aos interesses dos sujeitos do campo) e Educação Rural (Educação que, embora direcionada a partir de escolas localizadas na área rural, traz elementos verticalizados e balizados na escola urbana). Ou seja, nem todas as escolas que estão localizadas na área rural são escolas que partem dos princípios e concepções da Educação do Campo. Neste processo, o grande desafio e possibilidade da escola do campo é a articulação dos conhecimentos que os educandos têm o direito de acessar com o trabalho com a realidade, pois a escola do campo busca trabalhar a partir da realidade em que está inserida e extrapolar o mero espaço físico da sala de aula ou da escola.

Os serviços de saúde em Sítio do Meio e Cassatinga têm como destaque o papel do agente comunitário, cujo trabalho consiste no acompanhamento das famílias. Este profissional da saúde percorre periodicamente as residências dos lotes e das vilas para acompanhar e atualizar os registros das condições de saúde de cada integrante

das famílias. Um dos instrumentos usados neste processo consiste no preenchimento e atualização da chamada Ficha A que agrega informações sobre cada membro da família: nome, idade, sexo, escolaridade, ocupação e condições de saúde. Além disso, registra as informações sobre as condições das residências: tipo de casa, destino do lixo, formas de abastecimento e de tratamento da água.

Através do diálogo estabelecido entre o pesquisador e o agente de saúde, tornou possível levantar, sistematizar e explicitar as informações contidas nas fichas. Este exercício ajudou a compreender as condições de vida das famílias dos assentamentos estudados, através da elaboração e leitura das tabelas inseridas nos capítulos anteriores.

Além deste acompanhamento e atenção básica, através do trabalho do agente de saúde e do atendimento na unidade de saúde localizada no Povoado de Jacurici da Leste, próximo a Agrovila I, ressalta-se a busca por outros serviços de saúde, de modo especial através do deslocamento das famílias até a sede do município de Itiúba, onde encontram serviços em hospital e farmácias (Conforme Tabela 26).

Tabela 26: Principais alternativas procuradas pelas famílias nos casos de doença

<b>Opções</b>	<b>PA Sítio do Meio</b>	<b>PA Cassatinga</b>
Hospital	15	1
Unidade de Saúde	44	12
Farmácia	1	0
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>13</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.  
Elaboração: Adriano de Oliveira Lima

Quando precisam viajar para a cidade de Itiúba ou para a vizinha Queimadas, os assentados têm como principal alternativa de deslocamento o transporte através de ônibus. Destacam-se duas linhas de ônibus: uma para a cidade de Queimadas e a outra para a cidade de Itiúba (segunda, quarta, sexta e sábado).

Entretanto, registrou-se uma diversidade de formas de transporte em Sítio do Meio e Cassatinga, principalmente para o deslocamento no interior dos assentamentos e localidades próximas. A Tabela 27 apresenta os principais meios de transportes usados pelas famílias, com destaque para carroça e moto (Figura 34).

Tabela 27: Principais meios de transporte usados pelos assentados

<b>Opções</b>	<b>PA Sítio do Meio</b>	<b>PA Cassatinga</b>
Ônibus	11	2
Carro	11	3
Moto	19	5
Carroça	15	3
Bicicleta	4	0
<b>Total</b>	<b>60</b>	<b>13</b>

Fonte: Trabalho de Campo, Julho de 2012.  
Elaboração: Adriano de Oliveira Lima



**Figura 34: Meios de transporte.**

Fonte: Trabalho de Campo, Março de 2013.

No processo de reprodução da vida dos camponeses assentados, se constitui a produção do espaço em Sítio do Meio e Cassatinga, ou seja, os sujeitos deste processo também se destacam como principais agentes da produção do espaço. Através de suas trajetórias de lutas e enfrentamentos, das estratégias de organização (organização social e das atividades produtivas), enfim, nas relações sociais estabelecidas no cotidiano do grupo (ou dos grupos) constitui-se o conteúdo social revelado neste trabalho.

Assim, é preciso destacar que estas experiências estudadas neste trabalho se inserem no contexto de lutas e relações conflituosas da sociedade capitalista e, no processo de implantação dos Projetos de Assentamento, esta lógica é reproduzida.

Tudo isso a gente passou a fim de defender a terra aqui, entendeu. Mas, você acredita, eu nunca me arrependi. Se fosse pra começar eu começava tudo pra dar nova vida. É por isso que eu botei meu filho na Escola Agrícola, porque ela é assim uma coisa parecida. Ela é bem parecida com a nossa luta (P.C., ASSENTADO DE CASSATINGA).

A luta dos camponeses em Sítio do Meio e Cassatinga, além de ter como resultado a criação dos assentamentos, ganhou repercussão no âmbito da política municipal. Nesta direção, as eleições municipais de 2012 elegeram, no município de Itiúba, um prefeito assentado de Sítio do Meio.

Pra nós, realmente, isso veio, caiu assim como a gente avalia muito como uma questão de honra, ter um trabalhador rural, um assentado, filho de lavrador, que nasceu e se criou aqui e hoje se tornou prefeito, *né*. Então pra nós, a gente entende que é uma questão de honra e que a gente tem assim uma grande esperança que as coisas melhorem muito mais (J. M. ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

Assim, através das distintas relações sociais estabelecidas entre os agentes da produção do espaço, os assentamentos Sítio do Meio e Cassatinga vão se definindo, para além de um espaço institucionalmente delimitado, mas como espaços de realização da vida.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências construídas no processo de pesquisa sobre os projetos de assentamento da reforma agrária, de forma especial os assentamentos Cassatinga e Sítio do Meio – por se tratarem do recorte analítico desta pesquisa –, revelam diversas formas de conflito engendradas na luta pela criação e garantia destes territórios. Nesta trajetória, identificou-se, para além do conflito explicitado no momento da ocupação e das estratégias para efetivar as ações desapropriatórias e criação oficial do assentamento, um movimento conflituoso que não se inicia com a entrada dos trabalhadores na terra e a construção dos acampamentos. Trata-se de um momento anterior, marcado pelo conflito gerado pela lógica violenta e desigual de apropriação e uso da terra. Este trabalho buscou contribuir para a compreensão deste processo, a partir de uma reflexão sobre os principais motivos que têm levado muitos trabalhadores do campo a se organizarem politicamente e se tornarem protagonistas no movimento de luta para garantir os meios de sua reprodução social, frente às investidas do capital e de uma estrutura fundiária altamente concentrada. Assim, buscou-se discutir a questão da reforma agrária e a lógica de concentração fundiária, que tem se constituído em elemento central da luta pelo acesso à terra ou para nela permanecer, de forma especial, a partir da expansão do capitalismo no campo.

Esta pesquisa fundamentou-se na perspectiva de que, a compreensão do campo brasileiro perpassa pela compreensão da lógica do desenvolvimento capitalista, a partir de sua expansão desigual e contraditória. Ou seja, buscou-se compreender a questão camponesa e sua reprodução a partir da luta pela terra e pela reforma agrária como uma perspectiva de dentro do próprio sistema capitalista que, contraditoriamente, reproduz relações capitalistas e relações não-capitalistas de produção. Este foi o ponto de partida pelo qual se buscou entender como os diferentes agentes se relacionam em suas práticas sociais na produção do espaço.

A luta pela terra no Brasil não é algo recente, mas a sua expressão ganhou novo formato a partir do I Plano Nacional da Reforma Agrária (I PNRA) de 1985 e da implantação dos projetos de assentamento da reforma agrária. Uma leitura deste fenômeno, a partir da geografia, possibilita entender a relação entre o homem e a natureza, ao trabalhar a questão do espaço como produto social. E neste trabalho esta abordagem foi sustentada na leitura da produção do espaço, a partir da análise do

processo de produção do espaço nos projetos de assentamento Sítio do Meio e Cassatinga.

O processo de criação destes assentamentos foi marcado pelos conflitos estabelecidos no movimento de luta, por meio das ocupações e/ou enfrentamento dos posseiros para permanecerem na terra e de estratégias para romper a lógica violenta pela qual a propriedade da terra tem se estruturado.

No que se refere ao Projeto de Assentamento Sítio do Meio, este trabalho permitiu ampliar a análise e uma melhor compreensão dos elementos e lacunas que os trabalhos desenvolvidos anteriormente não conseguiram alcançar. A pesquisa possibilitou entender e explicitar o processo de produção do espaço engendrado pelos diversos agentes envolvidos, desde a organização da ocupação até as lutas pela desapropriação e implantação do assentamento. Nesta direção, os trabalhos anteriores que tiveram como recorte o PA Sítio do Meio suscitaram uma leitura mais articulada e ampliação da pesquisa para o PA Cassatinga, para entender como as distintas formas de dominialidade jurídica foram centrais na criação de cada assentamento e em seus resultados.

Nesta direção, estudar o assentamento Cassatinga contribuiu para reforçar a compreensão de uma reforma agrária para além da distribuição da terra. Ou seja, além do acesso à terra é necessário um acompanhamento e mecanismos para assegurar aos assentados as condições para permanência na terra. Estudar este assentamento possibilitou reforçar uma leitura e uma análise crítica de experiências nas ações de reforma agrária que vêm sendo desenvolvidas no Brasil. Possibilitou refletir sobre as estatísticas por vezes apresentadas e apropriadas pelo discurso político e que nem sempre condiz com a realidade. Permitiu afirmar que, diante dos números que são postos, no que se refere à política de reforma agrária, é preciso entender em quais condições se dá este processo. Cassatinga é uma experiência concreta de que é preciso mais que instituir portarias ou decretos – que engrossam a lista de assentamentos implantados e de famílias beneficiadas – pela política de reforma agrária. Não se pode compreender a complexidade desta questão apenas pela leitura rasa dos dados numéricos ou das estatísticas – por vezes forjados e usados para mascarar a realidade. No caso específico de Cassatinga, este trabalho conseguiu elementos para entender como um projeto de assentamento reconhecido pela CDA e INCRA ficou esquecido e “parado no tempo” devido aos impasses institucionais que tem em sua base a questão da dominialidade da propriedade. Entretanto, é preciso

registrar os questionamentos e indefinições sobre os desdobramentos deste processo, pois a criação oficial deste assentamento foi instituída em 2008 e as famílias assentadas ainda não se beneficiaram, efetivamente, deste ato institucional. Neste sentido, ressalta-se que, de modo especial, neste assentamento a luta continua. A luta não é mais para entrar na terra. A luta se expressa pela busca de condições para resistir na terra. Ou seja, no caso de Cassatinga a pesquisa não tem a pretensão de apresentar resultados sobre o desfecho do processo de constituição do assentamento, dada a sua situação. Mas o trabalho permitiu apontar questionamento e explicitar a situação em que a luta das famílias ainda continua. A luta é para resistir na terra, mesmo frente às condições precárias de vida, pelas quais as famílias têm enfrentado, nestas condições que lhes são postas.

Portanto, a proposta de pesquisar os dois assentamentos não foi balizada no sentido de desenvolver uma análise comparativa ou identificar o que seria um assentamento modelo, assentamento mais adequado ou ideal de assentamento. O mais relevante foi entender como as distintas formas de dominialidade jurídica na origem, atrelada às variadas formas de intervenção institucional – no caso a CDA e o INCRA – e, além disso, as formas de organização social dos sujeitos envolvidos definiram a dinâmica sócio espacial específica de cada um dos assentamentos.

Esta análise teve como aporte teórico a abordagem da produção do espaço, a partir da compreensão de que o processo de produção do espaço se efetiva na prática social. Neste sentido, o desenvolvimento deste trabalho possibilitou uma aproximação com a discussão que, no âmbito do pensamento geográfico, defende a leitura de determinada dimensão da realidade a partir da relação dialética entre espaço e sociedade. Esta opção teórica permitiu entender que, no recorte analítico desta pesquisa – constituído de dois projetos de assentamentos da reforma agrária –, é na prática social, historicamente estabelecida, que se dá a produção do espaço. São os camponeses personificados em trabalhadores acampados e assentados, através de suas práticas sociais – expressas nas distintas estratégias de organização social e nas diferentes formas de organização da produção –, atreladas à ação de outros agentes, de modo especial o Estado, que produzem o espaço nos assentamentos estudados. Percorrendo por este caminho, foi possível entender como as duas fazendas ocupadas no mesmo momento histórico, por sujeitos que tinham na luta por terra de trabalho uma unidade política, no decorrer do processo, foram obrigados a trilhar por caminhos tão distintos. E neste movimento, o Estado teve um papel de destaque, enquanto grande

agente na produção do espaço, através da mediação dos conflitos e da ação institucional no processo formal de criação dos assentamentos. Destacou-se também neste processo, a ação dos camponeses através de suas estratégias de organização na trajetória de luta. Os próprios assentados apontam a importância da organização e da luta em suas trajetórias.

O que precisa é muita coragem, persistência e pensar que este sonho tem que ser realizado. E só se consegue ele com muita luta, com muita coragem e com muita garra mesmo, porque a questão da reforma agrária ela é (ficou bastante claro que ela só sai na base dos trancos e barrancos mesmo), tem que ser na base da garra, se não num sai. Então, o conselho é que, quem tiver lá não desanime, procure se juntar aos demais. Aquele que não tem ainda procure se juntar a esses grupos que tão dando apoio, pra que consigam também, porque só vai melhorar de vida se conseguir, primeiramente a terra, porque sem a terra você não consegue (J. M., ASSENTADO DE SÍTIO DO MEIO).

E, diante de toda a trajetória que vai além do acesso a terra, destaca-se a necessidade de organização: “Primeiro se organize e entre na terra, porque a terra é pra quem quer trabalhar” (P. C., ASSENTADO DE CASSATINGA).

Mas estas experiências trazem marcas dos conflitos, estabelecidos neste processo de luta e enfrentamento. São registros da luta histórica no campo, cuja atualidade se revela e se insere na permanência da questão agrária. “Muitos companheiros nossos, que defendem a reforma agrária, tombaram. Matados pelos grandes fazendeiros que manda matar, e tão impunes, quase todos eles” (P. C., ASSENTADO DE CASSATINGA).

Portanto, a questão (da reforma) agrária e sua expressão nos projetos de assentamento, trazem velhos e novos desafios para o debate e este trabalho buscou contribuir para entender este processo, a partir de uma leitura geográfica. Ou seja, destacou-se uma aproximação com a teoria da produção do espaço e do entendimento de que este processo se dá através da ação de diferentes agentes na dialética sócio espacial.



## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

ANDRADE, Paulo L. C. **Planejamento Estatal e o processo de produção do espaço em Assentamentos de Reforma Agrária**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

BAHIA. **Portaria n. 046/2008**. Criação do Assentamento Cassatinga pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário. Diário Oficial do Estado, Salvador, Ano XCIII, n.19.825, p.7, 17 out. 2008. Disponível em: <http://www.egba.ba.gov.br>. Acessado em 17 Setembro 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

BRASIL. **Decreto de 23 de Maio de 1994**. Desapropriação da Fazenda Sítio do Meio. Diário Oficial da União, Brasília, p. 3, 24 mai. 1994. Seção 1. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/1116425/dou-secao-1-24-05-1994-pg-3>. Acessado em 20 Setembro 2012.

BRASIL, **Decreto Nº 2.250**, de 11 de Junho de 1997.

BRASIL. **Lei Nº 8.629**, de 25 de Fevereiro de 1993.

BRASIL, **Medida Provisória Nº 2.183-56**, de 24 de Agosto de 2001.

BRASIL. **Portaria n. 41**, de 10 de dezembro de 2008. Reconhecimento do Projeto de Assentamento Cassatinga. Diário Oficial da União, Brasília, p.128, 18 dez. 2008. Seção 1. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/922331/dou-secao-1-18-12-2008-pg-128>. Acessado em 17 de Outubro de 2012.

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio. (Organizadores). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. (p. 259-267).

CASTRO, Iná Elias de; GOMES; Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas**. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Vinte anos do MST e a perspectiva da reforma agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, A. U. e MARQUES, M. I. M. (Orgs.) **O Campo no Século XXI**:

território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. In: OSAL. Nº 24. Ano IX, Buenos Aires, 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, Antônio Márcio, et al. **Luta pela terra, reforma agrária e conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

GeografAR. A Geografia dos Assentamentos na Área Rural. **Leitura Geográfica da Estrutura Fundiária do Estado da Bahia**. Banco de dados. Grupo de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia. IGEO/UFBA/CNPq. Salvador. Disponível em: [www.geografar.ufba.br](http://www.geografar.ufba.br). Acessado entre Setembro e Dezembro de 2011.

GERMANI, Guiomar I. Cuestión agrária y asentamiento de población en el área rural: La nueva cara de La lucha por La tierra. Bahia, Brasil (1964/1990). Tese de Doutorado. Facultad de Geografia e História. Universidad de Barcelona, 1993.

GERMANI, Guiomar I. Assentamentos de Reforma Agrária: Produção de novos espaços de vida e de conflito. **Revista Vozes**. N.6, Petrópolis: Vozes, 2001, pp.67-84.

GERMANI, Guiomar I. Condições históricas e sociais que regulam o acesso a terra no espaço agrário brasileiro. **Geotextos: revista de Pós-graduação em Geografia**. V.1, n. 2 (2005) Salvador: Programa de Pós-graduação em Geografia, 2005, p.115-148.

GERMANI, Guiomar I. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, A. S.; SANTOS, E. M. C.; SILVA, O. A. da (Orgs.) **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2. Ed. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico, 2010**. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 19 Dezembro de 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção agrícola municipal, 2009**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> >. Acesso em 13 Fevereiro de 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário, 2006**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em 18 Março 2012.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional da Bahia. **Laudo de Vistoria da Fazenda Sítio do Meio**. Salvador: INCRA, 1990.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional da Bahia. **Proposta de Criação do Projeto de Assentamento Sítio do Meio**. Salvador: INCRA, 1996.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra cria mais dez assentamentos na Bahia**. INCRA, 19 de Dezembro de 2008. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/noticias-sala-de-imprensa/noticias/2012-incra-cria-mais-dez-assentamentos-na-bahia>. Acesso em 25 Agosto 2012.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Números da Reforma Agrária: Relação de Projetos de Reforma Agrária**, 2011. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>. Acesso em 25 Abril de 2012.

LEFEBVRE, Henri. Lógica concreta (dialética). In: \_\_\_\_\_. **Lógica Formal, Lógica Dialética**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Grupo “As (im)possibilidade do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG (Do original: La production de l’espace. 4. Ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000).

LIMA, Adriano de Oliveira. **A produção do espaço no processo de implantação do Projeto de Assentamento Sítio do Meio em Itiúba (BA)**. Monografia de Espacialização (Dinâmica Territorial e Socioambiental do Espaço Baiano). Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

Livros de Atas das Assembleias da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais das Fazendas Cassatinga e Sítio do Meio, Volume 1 (20 de maio de 1993 a 19 de maio de 1997).

Livros de Atas das Assembleias da Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais das Fazendas Cassatinga e Sítio do Meio, Volume 2 (16 de junho de 1997 a 23 de Julho de 2007).

Livro de Atas da Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Projeto de Assentamento Cassatinga (14 de Janeiro de 2008 a 26 de Março de 2012).

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. In: OLIVEIRA, A. U. e MARQUES, M. I. M. (Orgs.) **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista Nera**. Ano 11, n.12 (Jan – Jun de 2008). Presidente Prudente, 2008, pp. 57-67.

MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. Livraria Editora Ciências Humanas: São Paulo, 1979.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da Renda da Terra ao Capital e o novo sentido da luta pela Reforma agrária. In: **Bol. Geogr. Teorética**. 10 (19). Rio Claro: 1980, p. 31-47.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência**. 2. Ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Reforma agrária: o Impossível Diálogo**. São Paulo: Edusp, 2000.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. 2. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Frederich. **Manifesto do partido comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MORAES, Antônio C. R.; COSTA, Wanderley M da. **Geografia Crítica: a valorização do espaço**. 2. Ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino; MARQUES, Marta Inez Medeiros (Orgs.) **O Campo no Século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandyr L. Sanches. **Geografia do Brasil**. 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi & ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. Terra e território: a questão camponesa no capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PINTO, Álvaro Dias. **Ciência e Existência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SANTOS, Cirlene J. S e. **O processo de territorialização do MST no Projeto de Assentamento Eldorado a partir da sua espacialização no Estado da Bahia**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004, 216p.

SANTOS, Flávio L. A. dos. **A produção do espaço em área de reforma agrária: uma análise do Projeto de Assentamento Almas – Itaguaçu da Bahia (BA) 1987-2003**.

Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 3. Ed. São Paulo: Hucitec, 1990.

SANTOS, Milton. **Espaço & Método**. 4.Ed. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **Economia Espacial: Críticas e Alternativas**. 2. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SANTOS, Paula Adelaide Mattos. **A produção do espaço no Projeto de Assentamento Pancada Grande – Itacaré (BA)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004, 205p.

SANTOS, Tiago Rodrigues. **“CETA: nossa luta é justa e certa!”: formação e territorialização do Movimento CETA (1994-2009)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010, 120p.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço**. Trad. Eduardo de Almeida Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edgard W. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia**. Contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

VASCONCELOS, Maria Madalena Noronha de. **Dos antecedentes do PNRA à produção e gestão do espaço no Projeto de Assentamento Amaralina – Vitória da Conquista (uma fonte de cobiça)**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, 159p.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro**. Caxambu, Minas Gerais, 1996. (texto apresentado no XX Encontro Anual da ANPOCS, GT 17- Processos Sociais Agrários).

WOORTMANN, Klaas. **Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral**. In: Anuário Antropológico/87, pp. 11-73. Brasília: EDUNB, 1990.

## ANEXOS

### 1 Documentos relacionados com a implantação do Assentamento Sítio do Meio

#### Decreto de Desapropriação da Fazenda Sítio do Meio



#### Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos

#### DECRETO DE 23 DE MAIO DE 1994.

Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, os imóveis rurais denominados FAZENDA SÍTIO do Meio e FAZENDA POÇO REDONDO, situados no Município de Itiúba, Estado da Bahia, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts 84, item IV, e 184, da Constituição, e nos termos dos arts 18 e 20, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, 2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 2º, da Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam declarados de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos [arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d", e 20, item V, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964](#), e [2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), os imóveis rurais denominados Fazenda Sítio do Meio e Fazenda Poço Redondo, com área de 2.367,2120ha (dois mil, trezentos e sessenta e sete hectares, vinte e um ares e vinte centiares), situados no Município de Itiúba, objeto do Registro nº R-1-528, fl. 207, do Livro 2-B, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Itiúba, Estado da Bahia.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes nos imóveis referidos no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) fica autorizado a promover a desapropriação dos imóveis rurais de que trata este decreto na forma prevista na [Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993](#).

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação .

Brasília, 23 de maio de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO  
*Synval Guazzelli*

## Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA

### PORTARIA N° 046/2008

O Coordenador Executivo da Coordenação de Desenvolvimento Agrário – CDA, Órgão em Regime Especial de Administração Direta, integrante da estrutura da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei 7.311 de 02 de fevereiro de 1998, modificada pela Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 7.335 de 14 de maio de 1998, combinadas com as disposições do Decreto 7.547 de 24 de março de 1999 que fixa suas competências e considerando a existência no Estado da Bahia de áreas com atividades agrícolas que são exploradas economicamente por famílias de baixa renda organizadas em associações,

Resolve: Reconhecer como Projeto de Assentamento, em razão das características que apresentam denotando uma reorganização fundiária natural, ratificada pelos processos administrativos de regularização fundiária de terras devolutas estaduais:

N°	ÁREAS	MUNICIPIO	ÁREA (há)	FAMILIAS
01	Cassatinga	Itiúba	1.036,86	42
02	Bela Conquista	Itiúba	688,00	35

Salvador, 16 de outubro de 2008. LUÍS ANSELMO PEREIRA DE SOUZA - Coordenador Executivo.

## **PORTARIA N 41, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008**

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA DO ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art.119, inciso VIII, do Regimento Interno do INCRA, aprovado Portaria/MDA/N??69 de 19 de Outubro de 2006, CONSIDERANDO a Resolução / BACEN / N 2.629, de 10 de Agosto de 1999, que criou o PRONAF, inclusive criando linha especial denominado Grupo "A" voltado para os beneficiários de Reforma Agrária;

CONSIDERANDO a Norma de Execução/INCRA/SD/N 46/05, que dispõe sobre a concessão de Crédito Instalação aos beneficiários dos Projetos de Reforma Agrária:

CONSIDERANDO que se trata de Projeto de Assentamento Rural do Estado, já reconhecido através de Portaria N 46/2008, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, em 17 de Outubro de 2008; e

CONSIDERANDO o parecer conclusivo dos setores técnicos desta Superintendência, consubstanciando nas legislações e normas pertinentes à matéria, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Projeto de Assentamento denominado PA Cassatinga, código SIPRA BA0601000, criado pelo Estado, com área de 1.036,8600 ha ( mil e trinta e seis hectares, oitenta e seis ares), visando atender 42 famílias de pequenos produtores rurais, administrado pela Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA, situado no Município de Itiúba.

Art. 2º Determinar que tal aprovação, permita ao Projeto de Assentamento reconhecido a participar do Programa de Crédito Instalação e de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, no Grupo "A", obedecidas as normas desta Autarquia.

**LUIZ GUGÉ SANTOS FERNANDES**



## **Incra cria mais dez assentamentos na Bahia**

Publicado em Sexta, 19 Dezembro 2008 09:06

O Programa Nacional de Reforma Agrária vai beneficiar mais 556 famílias baianas com a criação de dez Projetos de Assentamento e com o reconhecimento de dois Projetos Fundo de Pasto (PFPs). No total, eles somam 14.259 hectares de terra. As 12 portarias foram publicadas, nesta quinta-feira (18), no Diário Oficial da União (DOU).

De acordo com o superintendente regional do Incra/BA, Luiz Gugé Santos Fernandes, a criação dos assentamentos é um avanço da reforma agrária no modelo de preservação ambiental. Gugé se refere ao fato de os PAs criados já possuírem licenciamento ambiental expedidos pelo Instituto do Meio Ambiente (IMA), órgão do governo do estado. “O assentamento permite uma nova forma de socialização das famílias, o acesso à moradia, a cidadania e a produção de alimentos para quem vivia na exclusão socioeconômica”, acrescentou o superintendente.

As comunidades tradicionais Fundo de Pasto estão inseridas no Sertão e possuem ocupação centenária. Elas se formaram ocupando áreas de difícil acesso. Essas famílias vivem da criação de cabras e plantações de feijão e milho para a subsistência, em terras devolutas (pertencentes ao estado).

### **Territórios da Cidadania**

Dentre os assentamentos criados, quatro estão situados no Território da Cidadania do Sisal. Dois deles no município de Itiúba: PAs Cassatinga e Bela Conquista, que totalizam 77 famílias atendidas por 1724 hectares. No município de Monte Santo, estão os Projetos Fundo de Pasto (PFPs) Lagoa da ilha e Lagoa Fonseca Jabucanã, onde 106 famílias serão beneficiadas com 3.569 hectares.

No território da cidadania do Velho Chico estão três PAs. No município de Sítio do Mato foram criados os assentamentos Santa Rosa e Imborés/Bela Vista. Já em Carinhanha, foi criado o PA Geral Pituba. São 6073 hectares que atendem a demanda de 156 famílias.

Nos novos Territórios da Cidadania 2009/2010 foram criados dois assentamentos. No Sertão do São Francisco, está o PA Vale da Conquista, situado no município de Sobradinho e com capacidade para 84 famílias, em 136,8 hectares. No território Semi-árido Nordeste II, no município de Nova Soure, foi criado o PA Fazenda Penha e Outras, com 1.146 hectares, o que beneficia 47 famílias.

Os outros três PAs são os seguintes: Santa Maria, no município de Mata de São João (região Metropolitana de Salvador), com 442 hectares para atender 40 famílias; Fazenda Quilombo Lagoão, município de Itapicuru (região Nordeste) para 12 famílias com 565 hectares; e Fazenda Moka II, III/Sítio Mocó, no município de Campo Formoso (em Piemonte da Chapada), que atenderá 18 famílias em 620 hectares.

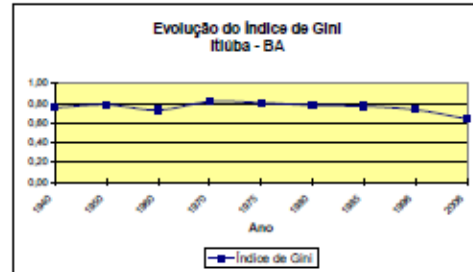
Fonte: INCRA, 2008.

# Itiúba-BA: Série Histórica da Estrutura Fundiária e do Índice de Gini (1940 – 2006)

## Evolução do Índice de Gini e da Estrutura Fundiária. Itiúba - BA (1940 - 2006)

Ano	Índice de Gini
1940	0,755
1950	0,785
1960	0,73
1970	0,816
1975	0,804
1980	0,778
1985	0,77
1996	0,735
2006	0,642

Fonte: Projeto GeogRAF, 2011.

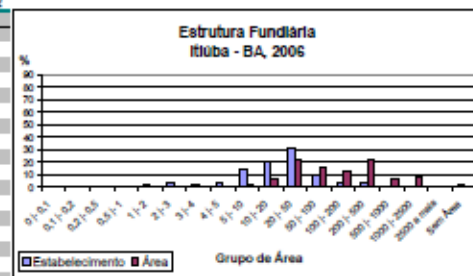


Itiúba - BA		2006		MF <sup>1</sup> : 50ha	FMP <sup>2</sup> : 25ha	IG <sup>3</sup> : 0,642
Grupo de Área	Estabelecimento(Q)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)		
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	-	-	0,00			
De 0,1 a menos de 0,2 ha	1	X	0,05	X		
De 0,2 a menos de 0,5 ha	7	3	0,35	0,00		
De 0,5 a menos de 1 ha	23	18	1,15	0,02		
De 1 a menos de 2 ha	49	74	2,44	0,09		
De 2 a menos de 3 ha	73	168	3,64	0,19		
De 3 a menos de 4 ha	57	193	2,84	0,22		
De 4 a menos de 5 ha	65	282	3,24	0,32		
De 5 a menos de 10 ha	277	2.081	13,79	2,39		
De 10 a menos de 20 ha	429	6.123	21,36	7,04		
De 20 a menos de 50 ha	621	18.978	30,93	21,62		
De 50 a menos de 100 ha	212	14.402	10,56	15,66		
De 100 a menos de 200 ha	85	11.869	4,23	13,65		
De 200 a menos de 500 ha	62	19.155	3,09	22,02		
De 500 a menos de 1.000 ha	10	5.980	0,50	6,85		
De 1.000 a menos de 2.500 ha	5	7.580	0,25	8,71		
De 2.500 ha e mais	-	-	0,00	0,00		
Produtor sem área	32	0	1,59	0,00		
<b>Total</b>	<b>2.008</b>	<b>86.977</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>		

1 - Módulo Pasto; 2 - Projeto Mínimo de Propriedade; 3 - Índice de Gini.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuario 2006. Base: www.ibge.gov.br.

Revisão: Projeto GeogRAF.

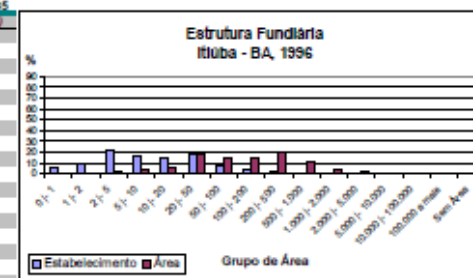


Itiúba - BA		1996		MF <sup>1</sup> : 50ha	FMP <sup>2</sup> : 25ha	IG <sup>3</sup> : 0,735
Grupo de Área	Estabelecimento(Q)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)		
Menos de 1 ha	267	162	6,44	0,13		
1 a menos de 2 ha	400	504	9,65	0,40		
2 a menos de 5 ha	865	2.668	20,86	2,10		
5 a menos de 10 ha	679	4.489	16,37	3,53		
10 a menos de 20 ha	612	8.318	14,78	6,53		
20 a menos de 50 ha	793	24.348	19,12	19,12		
50 a menos de 100 ha	276	10.530	6,66	15,34		
100 a menos de 200 ha	147	19.551	3,54	15,35		
200 a menos de 500 ha	82	24.404	1,98	19,17		
500 a menos de 1.000 ha	21	15.058	0,51	11,83		
1.000 a menos de 2.000 ha	4	4.822	0,10	3,79		
2.000 a menos de 5.000 ha	1	3.485	0,02	2,74		
5.000 a menos de 10.000 ha	0	0	0,00	0,00		
10.000 a menos de 100.000 ha	0	0	0,00	0,00		
100.000 ha e mais	0	0	0,00	0,00		
sem declaração	0	0	0,00	0,00		
<b>Total</b>	<b>4.147</b>	<b>127.337</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>		

1 - Módulo Pasto; 2 - Projeto Mínimo de Propriedade; 3 - Índice de Gini.

Fonte: IBGE, Censo Agropecuario 1996. Base: www.ibge.gov.br.

Revisão: Projeto GeogRAF, 2004.

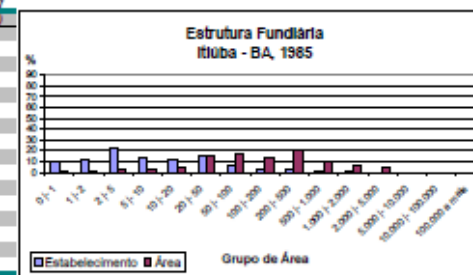


Itiúba - BA		1985		MF <sup>1</sup> : 50ha	FMP <sup>2</sup> : 25ha	IG <sup>3</sup> : 0,77
Grupo de Área	Estabelecimento(Q)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)		
Mais de 0 a menos de 1	501	358	10,63	0,25		
De 1 a menos de 2	588	890	12,48	0,52		
De 2 a menos de 5	1.068	3.595	23,09	2,49		
De 5 a menos de 10	672	4.844	14,26	3,39		
De 10 a menos de 20	551	7.853	11,69	5,49		
De 20 a menos de 50	724	22.913	15,36	16,09		
De 50 a menos de 100	322	23.522	6,83	16,44		
De 100 a menos de 200	140	19.227	2,97	13,44		
De 200 a menos de 500	97	30.365	2,06	21,23		
De 500 a menos de 1.000	21	14.111	0,45	9,87		
De 1.000 a menos de 2.000	7	9.638	0,15	6,74		
De 2.000 a menos de 5.000	2	5.760	0,04	4,03		
De 5.000 a menos de 10.000	0	0	0,00	0,00		
De 10.000 a menos de 100.000	0	0	0,00	0,00		
De 100.000 a mais	0	0	0,00	0,00		
<b>Total</b>	<b>4.713</b>	<b>143.036</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>		

1 - Módulo Pasto; 2 - Projeto Mínimo de Propriedade; 3 - Índice de Gini.

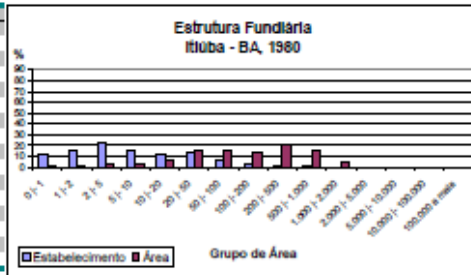
Fonte: IBGE, Censo Fundiário de 1985. Censo Agropecuario: IBGE - Base: Número 17 Rio de Janeiro, 1985.

Revisão: Projeto GeogRAF, 2004.



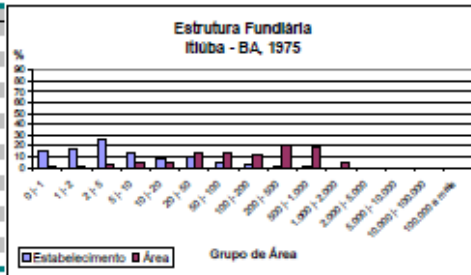
Itúba - BA		1980	MF: 50ha	FMP: 25ha	IG: 0,778
Grupo de Área	Estabelecimento(Q)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)	
Mais de 0 a menos de 1	498	357	11,26	0,29	
De 1 a menos de 2	655	972	14,81	0,79	
De 2 a menos de 5	1.025	3.355	29,18	2,73	
De 5 a menos de 10	950	4.825	14,70	3,77	
De 10 a menos de 20	491	7.117	11,10	5,50	
De 20 a menos de 50	903	19.129	13,64	15,09	
De 50 a menos de 100	259	18.394	5,86	14,99	
De 100 a menos de 200	124	17.824	2,80	14,36	
De 200 a menos de 500	85	26.606	1,92	21,68	
De 500 a menos de 1.000	28	19.109	0,83	15,57	
De 1.000 a menos de 2.000	4	5.445	0,09	4,44	
De 2.000 a menos de 5.000			0,00	0,00	
De 5.000 a menos de 10.000			0,00	0,00	
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00	
De 100.000 a mais			0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>4.422</b>	<b>122.734</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

1. Município: 2. Projeto Urbano de Propriedade: 3. Índice de 0/4  
 Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Brasil - 1980. Censo Agropecuário. BR - BA, V. 2, Parte 1, Tomo 3, 16. Rio de Janeiro, 1983.  
 Revisão: Projeto Geográfi, 2004.



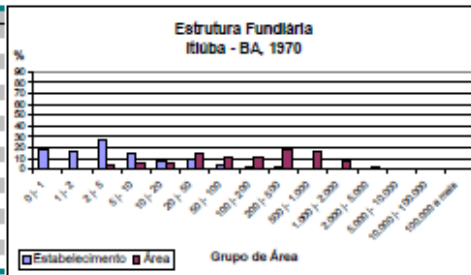
Itúba - BA		1975	MF: 50ha	FMP: 25ha	IG: 0,804
Grupo de Área	Estabelecimento(Q)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)	
Mais de 0 a menos de 1	619	461	14,42	0,47	
De 1 a menos de 2	770	1.160	17,93	1,18	
De 2 a menos de 5	1.115	3.814	25,97	3,66	
De 5 a menos de 10	577	4.086	13,44	4,13	
De 10 a menos de 20	384	5.465	8,94	5,53	
De 20 a menos de 50	444	13.670	10,34	13,53	
De 50 a menos de 100	195	13.914	4,54	14,06	
De 100 a menos de 200	91	12.511	2,12	12,98	
De 200 a menos de 500	68	20.940	1,58	21,18	
De 500 a menos de 1.000	28	18.927	0,65	19,15	
De 1.000 a menos de 2.000	3	4.095	0,07	4,14	
De 2.000 a menos de 5.000			0,00	0,00	
De 5.000 a menos de 10.000			0,00	0,00	
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00	
De 100.000 a mais			0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>4.294</b>	<b>98.852</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

1. Município: 2. Projeto Urbano de Propriedade: 3. Índice de 0/4  
 Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Brasil - 1975. Censo Agropecuário. BR - BA, Volume 1, Parte 1, Tomo 13, Rio de Janeiro, 1979.  
 Revisão: Projeto Geográfi, 2004.



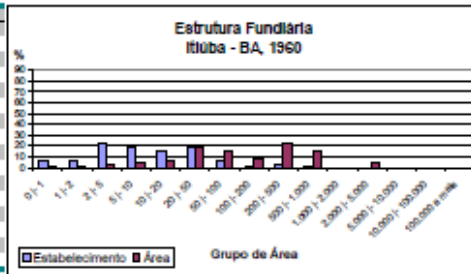
Itúba - BA		1970	MF: 50ha	FMP: 25ha	IG: 0,816
Grupo de Área	Estabelecimento(Q)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)	
Mais de 0 a menos de 1	743	487	18,10	0,58	
De 1 a menos de 2	645	933	15,71	1,12	
De 2 a menos de 5	1.100	3.455	26,79	4,15	
De 5 a menos de 10	615	4.289	14,98	5,15	
De 10 a menos de 20	332	4.596	8,09	5,52	
De 20 a menos de 50	396	12.130	9,64	14,57	
De 50 a menos de 100	128	9.486	3,12	11,39	
De 100 a menos de 200	66	8.816	1,61	10,59	
De 200 a menos de 500	54	15.761	1,32	18,98	
De 500 a menos de 1.000	21	14.371	0,51	17,26	
De 1.000 a menos de 2.000	5	6.577	0,12	7,90	
De 2.000 a menos de 5.000	1	2.352	0,02	2,83	
De 5.000 a menos de 10.000			0,00	0,00	
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00	
De 100.000 a mais			0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>4.106</b>	<b>83.253</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

1. Município: 2. Projeto Urbano de Propriedade: 3. Índice de 0/4  
 Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Brasil - 1970. Censo Agropecuário. BR - BA, Parte 1, Tomo 12, Rio de Janeiro, 1975.  
 Revisão: Projeto Geográfi, 2004.



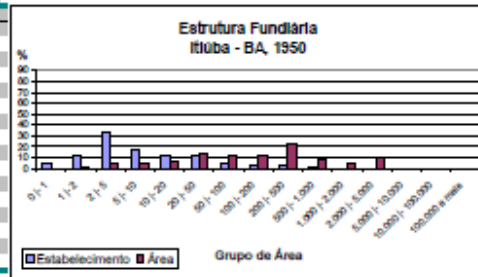
Itúba - BA		1960	MF: 50ha	FMP: 25ha	IG: 0,73
Grupo de Área	Estabelecimento(Q)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)	
Mais de 0 a menos de 1	87	61	5,78	0,13	
De 1 a menos de 2	104	163	6,91	0,34	
De 2 a menos de 5	325	1.052	21,61	2,22	
De 5 a menos de 10	292	2.220	19,41	4,68	
De 10 a menos de 20	234	3.270	15,96	6,90	
De 20 a menos de 50	290	9.033	19,28	19,06	
De 50 a menos de 100	97	6.999	6,45	14,77	
De 100 a menos de 200	26	3.954	1,73	8,34	
De 200 a menos de 500	39	11.081	2,59	23,38	
De 500 a menos de 1.000	9	7.382	0,60	15,58	
De 1.000 a menos de 2.000	0	0	0,00	0,00	
De 2.000 a menos de 5.000	1	2.178	0,07	4,80	
De 5.000 a menos de 10.000			0,00	0,00	
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00	
De 100.000 a mais			0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>1.504</b>	<b>47.393</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

1. Município: 2. Projeto Urbano de Propriedade: 3. Índice de 0/4  
 Fonte: IBGE. Censo Demográfico do Brasil - 1960. Censo Agropecuário. BR - BA, Volume 2, Parte 1, Tomo 8, Rio de Janeiro, 1966.  
 Revisão: Projeto Geográfi, 2004.



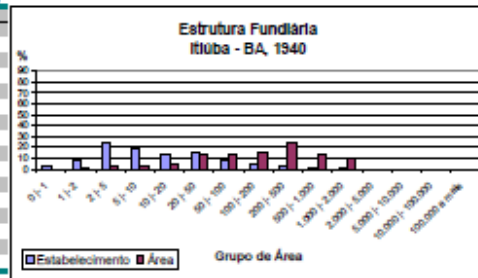
Itúba - BA		1950		IG*: 0,785	
Grupo de Área	Estabelecimento(Qt)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)	
Mais de 0 a menos de 1	70	53	4,03	0,11	
De 1 a menos de 2	201	291	11,58	0,63	
De 2 a menos de 5	592	1.954	34,10	4,23	
De 5 a menos de 10	308	2.148	17,74	4,62	
De 10 a menos de 20	213	2.973	12,27	6,40	
De 20 a menos de 50	195	6.286	11,23	13,53	
De 50 a menos de 100	71	5.133	4,09	11,05	
De 100 a menos de 200	39	5.575	2,25	12,00	
De 200 a menos de 500	38	10.877	2,19	23,41	
De 500 a menos de 1.000	6	4.254	0,35	9,16	
De 1.000 a menos de 2.000	1	1.542	0,06	4,18	
De 2.000 a menos de 5.000	2	4.955	0,12	10,69	
De 5.000 a menos de 10.000			0,00	0,00	
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00	
De 100.000 a mais			0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>1.736</b>	<b>46.461</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: IBGE, Recenseamento Geral do Brasil - 1950, Censo Agrícola, 97 - Bahia, Volume 20, Tomo 2 - Rio de Janeiro, 1956.  
 Reelaboração: Projeto GeografAR, 2014.



Itúba - BA		1940		IG*: 0,755	
Grupo de Área	Estabelecimento(Qt)	Área(ha)	Estabelecimento(%)	Área(%)	
Mais de 0 a menos de 1	46	40	2,80	0,06	
De 1 a menos de 2	132	204	8,29	0,32	
De 2 a menos de 5	388	1.283	24,36	2,04	
De 5 a menos de 10	298	2.087	18,71	3,32	
De 10 a menos de 20	217	3.172	13,62	5,04	
De 20 a menos de 50	253	8.061	15,88	12,81	
De 50 a menos de 100	122	9.015	7,66	14,33	
De 100 a menos de 200	73	9.536	4,58	15,16	
De 200 a menos de 500	48	14.861	3,01	23,82	
De 500 a menos de 1.000	11	8.204	0,69	13,04	
De 1.000 a menos de 2.000	5	6.453	0,31	10,26	
De 2.000 a menos de 5.000			0,00	0,00	
De 5.000 a menos de 10.000			0,00	0,00	
De 10.000 a menos de 100.000			0,00	0,00	
De 100.000 a mais			0,00	0,00	
<b>Total</b>	<b>1.593</b>	<b>62.916</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: IBGE, Recenseamento Geral do Brasil - 1940, Censo Agrícola, 97 - Bahia, Parte 03, Tomo 2 - Rio de Janeiro, 1950.  
 Reelaboração: Projeto GeografAR, 2014.



## **APÊNDICES**

### **1 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO SÍTIO DO MEIO**

#### **1 A Fazenda Sítio do Meio antes da ocupação**

- 1.1 A quem pertencia a fazenda?
- 1.2 Quem usava as terras e em quais condições?
- 1.3 O que encontraram na área ocupada?
- 1.4 Como ficaram sabendo da existência da fazenda?

#### **2 O processo de ocupação da Fazenda Sítio do Meio**

- 2.1 Como ocorreu a ocupação da Fazenda Sítio do Meio? Quem os apoiou?
- 2.1 Foi criado acampamento? Onde e por quanto tempo?
- 2.2 Qual o número de famílias? De onde as famílias vieram e como se organizaram?
- 2.3 Havia trabalhadores ou posseiros na fazenda?
- 2.4 Quais os principais problemas encontrados nos primeiros dias após a ocupação?
- 2.5 Houve casos de violência (física ou outro tipo)?
- 2.6 Como as famílias conseguiram sobreviver e resistirem na área ocupada, nos primeiros dias?
- 2.7 Como era a relação entre as famílias que ocuparam a Fazenda Sítio do Meio com as que ocuparam a Fazenda Cassatinga, nos primeiros dias após a ocupação?

#### **3 A Associação de Sítio do Meio e Cassatinga**

- 3.1 Por que foi fundada?
- 3.2 Por quem e quando foi fundada?
- 3.3 Quais os principais benefícios adquiridos – via Associação – para cada assentamento?
- 3.4 Quais os principais problemas enfrentados?
- 3.5 Por que houve a separação e a criação da Associação para cada assentamento?

#### **4 A atual Associação de Sítio do Meio**

- 4.1 Por que foi fundada e como funciona?
- 4.2 Quando foi fundada?
- 4.3 Como é a participação dos assentados?
- 4.4 Quais os principais benefícios adquiridos?
- 4.5 Quais os principais problemas enfrentados?

#### **5 Desapropriação e criação oficial do Projeto de Assentamento**

- 5.1 Quando e como foi o processo de desapropriação e criação do Assentamento Sítio do Meio?
- 5.2 Foi criado/reconhecido por qual órgão?
- 5.3 O que significou a criação do Assentamento Sítio do Meio? Que mudanças aconteceram?
- 5.4 Como ocorreu a seleção dos beneficiários?

- 5.5 Quantos eram no momento da ocupação e na criação do Assentamento?
- 5.6 Após a criação do Assentamento houve alguma desistência? Quantos são hoje?
- 5.7 Os assentados já obtiveram os títulos? Quando e como ocorreu este processo?
- 5.8 Como ocorreu a estruturação dos lotes? Todos têm o mesmo tamanho? Há área coletiva? Há algum tipo de reserva às margens do rio?
- 5.9 Como foi definido este modelo de parcelamento em lotes? Quais os aspectos positivos e negativos?
- 5.10 Qual a relação dos assentados com seus lotes, em termos de moradia, produção...
- 5.11 Como ocorre a relação dos assentados com os movimentos e organizações sociais?
- 5.12 De que forma o Estado tem atuado junto ao Assentamento Sítio do Meio, em termos de infra-estrutura, assistência técnica, créditos, serviços de educação e saúde, dentre outros?
- 5.13 Quais são os principais problemas, demandas e reivindicações dos assentados, neste momento? De que forma podem ser solucionados?
- 5.14 Quais os principais conflitos existentes no assentamento?
- 5.15 O que pensa do atual momento político, após ser eleito um prefeito que também é assentado de Sítio do Meio?

## **6 Organização da produção**

- 6.1 Quais os principais produtos e atividades desenvolvidas no assentamento?
- 6.2 Há produção do sisal em todos os lotes?
- 6.3 Como ocorre a produção, beneficiamento e comercialização do sisal?
- 6.4 As famílias conseguem viver da própria produção ou há casos em que precisam “vender o dia”? Onde?
- 6.5 Há migração para outros municípios ou outros estados?
- 6.6 Qual a avaliação sobre a sua trajetória de luta? Valeu a pena? Faria novamente?
- 6.7 Qual conselho daria para outras famílias que continuam lutando pela/na terra?
- 6.8 O que pensa sobre a reforma agrária?

## **2 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM ASSENTADOS DO ASSENTAMENTO SÍTIO DO MEIO**

### **1 A Fazenda Sítio do Meio antes da ocupação**

- 1.1 O que encontraram na área ocupada?
- 1.2 Como ficaram sabendo da existência da fazenda?

### **2 O processo de ocupação da Fazenda Sítio do Meio**

- 2.1 Como ocorreu a ocupação da Fazenda Sítio do Meio? Quem os apoiou?
- 2.2 Quais os principais problemas encontrados nos primeiros dias após a ocupação?
- 2.3 Como as famílias conseguiram sobreviver e resistirem na área ocupada, nos primeiros dias?

### **3 A Associação de Sítio do Meio e Cassatinga**

- 3.1 Por que foi fundada?
- 3.2 Quais os principais benefícios adquiridos – via Associação – para cada assentamento?
- 3.3 Quais os principais problemas enfrentados?
- 3.4 Por que houve a separação e a criação da Associação para cada assentamento?

### **4 A atual Associação de Sítio do Meio**

- 4.1 Quando foi fundada?
- 4.2 Como é a participação dos assentados?
- 4.3 Quais os principais benefícios adquiridos?
- 4.4 Quais os principais problemas enfrentados?

### **5 Desapropriação e criação oficial do Projeto de Assentamento**

- 5.1 Quando e como foi o processo de desapropriação e criação do Assentamento Sítio do Meio?
- 5.2 O que significou a criação do Assentamento Sítio do Meio? Que mudanças aconteceram?
- 5.3 Quantos eram no momento da ocupação e na criação do Assentamento?
- 5.4 Após a criação do Assentamento houve alguma desistência? Quantos são hoje?
- 5.5 Os assentados já obtiveram os títulos? Quando e como ocorreu este processo?
- 5.6 Como ocorre a relação dos assentados com os movimentos e organizações sociais?
- 5.7 De que forma o Estado tem atuado junto ao Assentamento Sítio do Meio, em termos de infra-estrutura, assistência técnica, créditos, serviços de educação e saúde, dentre outros?
- 5.8 Quais são os principais problemas, demandas e reivindicações dos assentados, neste momento? De que forma podem ser solucionados?
- 5.9 O que pensa do atual momento político, após ser eleito um prefeito que também é assentado de Sítio do Meio?

### **6 Organização da produção**

- 6.1 Quais os principais produtos e atividades desenvolvidas no assentamento?
- 6.2 Há produção do sisal em todos os lotes?
- 6.3 Como ocorre a produção, beneficiamento e comercialização do sisal?
- 6.4 As famílias conseguem viver da própria produção ou há casos em que precisam “vender o dia”? Onde?
- 6.5 Qual a avaliação sobre a sua trajetória de luta? Valeu a pena? Faria novamente?
- 6.6 Qual conselho daria para outras famílias que continuam lutando pela/na terra?
- 6.7 O que pensa sobre a reforma agrária?

### **3 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM A DIRETORIA DA ASSOCIAÇÃO DO ASSENTAMENTO CASSATINGA**

#### **1 A Fazenda Cassatinga antes da ocupação**

- 1.1 A quem pertencia a fazenda?
- 1.2 Quem usava as terras e em quais condições?
- 1.3 O que encontraram na área ocupada?
- 1.4 Como ficaram sabendo da existência da fazenda?

#### **2 O processo de ocupação da Fazenda Cassatinga**

- 2.1 Como ocorreu a ocupação da Fazenda Cassatinga? Quem os apoiou?
- 2.1 Foi criado acampamento? Onde e por quanto tempo?
- 2.2 Qual o número de famílias? De onde as famílias vieram e como se organizaram?
- 2.3 Havia trabalhadores ou posseiros na fazenda?
- 2.4 Quais os principais problemas encontrados nos primeiros dias após a ocupação?
- 2.5 Houve casos de violência (física ou outro tipo)?
- 2.6 Como as famílias conseguiram sobreviver e resistirem na área ocupada, nos primeiros dias?
- 2.7 Como era a relação entre as famílias que ocuparam a Fazenda Cassatinga com as que ocuparam a Fazenda Sítio do Meio, nos primeiros dias após a ocupação?

#### **3 A Associação de Cassatinga e Sítio do Meio**

- 3.1 Por que foi fundada?
- 3.2 Por quem e quando foi fundada?
- 3.3 Quais os principais benefícios adquiridos – via Associação – para cada assentamento?
- 3.4 Quais os principais problemas enfrentados?
- 3.5 Por que houve a separação e a criação da Associação para cada assentamento?

#### **4 A atual Associação de Cassatinga**

- 4.1 Por que foi fundada e como funciona?
- 4.2 Quando foi fundada?
- 4.3 Como é a participação dos assentados?
- 4.4 Quais os principais benefícios adquiridos?
- 4.5 Quais os principais problemas enfrentados?

#### **5 Criação oficial do Projeto de Assentamento e Titulação**

- 5.1 Quando e como foi o processo de criação do Assentamento Cassatinga?
- 5.2 Foi criado/reconhecido por qual órgão?
- 5.3 O que significou a criação do Assentamento Cassatinga? Que mudanças aconteceram?
- 5.4 Como ocorreu a seleção dos beneficiários?
- 5.5 Quantos eram no momento da ocupação e na criação do Assentamento?
- 5.6 Após a criação do Assentamento houve alguma desistência? Quantos são hoje?
- 5.7 Os assentados já obtiveram os títulos? Quando e como ocorreu este processo?



- 5.8 Como ocorreu a estruturação dos lotes? Todos têm o mesmo tamanho? Há área coletiva? Há algum tipo de reserva às margens do rio?
- 5.9 Como foi definido este modelo de parcelamento em lotes? Quais os aspectos positivos e negativos?
- 5.10 Qual a relação dos assentados com seus lotes, em termos de moradia, produção...
- 5.11 Como ocorre a relação dos assentados com os movimentos e organizações sociais?
- 5.12 De que forma o Estado tem atuado junto ao Assentamento Cassatinga, em termos de infra-estrutura, assistência técnica, créditos, serviços de educação e saúde, dentre outros?
- 5.13 Quais são os principais problemas, demandas e reivindicações dos assentados, neste momento? De que forma podem ser solucionados?
- 5.14 Quais os principais conflitos existentes no assentamento?

## **6 Organização da produção**

- 6.1 Quais os principais produtos e atividades desenvolvidas no assentamento?
- 6.2 Há produção do sisal em todos os lotes?
- 6.3 Como ocorre a produção, beneficiamento e comercialização do sisal?
- 6.4 As famílias conseguem viver da própria produção ou há casos em que precisam “vender o dia”? Onde?
- 6.5 Há migração para outros municípios ou outros estados?
- 6.6 Qual a avaliação sobre a sua trajetória de luta? Valeu a pena? Faria novamente?
- 6.7 Qual conselho daria para outras famílias que continuam lutando pela/na terra?
- 6.8 O que pensa sobre a reforma agrária?

## **4 – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM ASSENTADOS DE CASSATINGA**

### **1 A Fazenda Cassatinga antes da ocupação**

- 1.1 Quem usava as terras e em quais condições?
- 1.2 Como ficaram sabendo da existência da fazenda?

### **2 O processo de ocupação da Fazenda Cassatinga**

- 2.1 Como ocorreu a ocupação da Fazenda Cassatinga? Quem os apoiou?
- 2.2 Quais os principais problemas encontrados nos primeiros dias após a ocupação?
- 2.3 Como era a relação entre as famílias que ocuparam a Fazenda Cassatinga com as que ocuparam a Fazenda Sítio do Meio, nos primeiros dias após a ocupação?

### **3 A Associação de Cassatinga e Sítio do Meio**

- 3.1 Quais os principais benefícios adquiridos – via Associação – para cada assentamento?
- 3.2 Quais os principais problemas enfrentados?
- 3.3 Por que houve a separação e a criação da Associação para cada assentamento?

### **4 A atual Associação de Cassatinga**

- 4.1 Como é a participação dos assentados?
- 4.2 Quais os principais benefícios adquiridos?
- 4.3 Quais os principais problemas enfrentados?

### **5 Criação oficial do Projeto de Assentamento e Titulação**

- 5.1 Quando e como foi o processo de criação do Assentamento Cassatinga?
- 5.2 Foi criado/reconhecido por qual órgão?
- 5.3 Como ocorreu a seleção dos beneficiários?
- 5.4 Após a criação do Assentamento houve alguma desistência? Quantos são hoje?
- 5.5 Os assentados já obtiveram os títulos? Quando e como ocorreu este processo?
- 5.6 Como ocorreu a estruturação dos lotes? Todos têm o mesmo tamanho?
- 5.7 Como ocorre a relação dos assentados com os movimentos e organizações sociais?
- 5.8 Quais são os principais problemas, demandas e reivindicações dos assentados, neste momento? De que forma podem ser solucionados?

### **6 Organização da produção**

- 6.1 Quais os principais produtos e atividades desenvolvidas no assentamento?
- 6.2 Há produção do sisal em todos os lotes?
- 6.3 Como ocorre a produção, beneficiamento e comercialização do sisal?
- 6.4 As famílias conseguem viver da própria produção ou há casos em que precisam “vender o dia”? Onde?
- 6.5 Há migração para outros municípios ou outros estados?
- 6.6 Qual a avaliação sobre a sua trajetória de luta? Valeu a pena? Faria novamente?
- 6.7 Qual conselho daria para outras famílias que continuam lutando pela/na terra?
- 6.8 O que pensa sobre a reforma agrária?

## **5 – ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM LIDERANÇA DA CPT**

- 1 Falar da sua trajetória e inserção no contexto de Itiúba
- 2 A ocupação das Fazendas Sítio do Meio e Cassatinga ocorreu em 1989. Falar sobre a organização da luta pela terra e pela reforma agrária em Itiúba, estabelecida naquele contexto.
- 3 Quais os principais movimentos e organizações sociais que se destacaram neste processo e quais as principais estratégias de luta?
- 4 O que motivou a escolha das Fazendas Sítio do Meio e Cassatinga para ocupação?
- 5 No momento da ocupação havia conhecimento sobre as distintas formas de dominialidade de cada fazenda (propriedade particular e terras devolutas)?
- 6 Antes da ocupação, a Fazenda Cassatinga era explorada pela CCB. Sob quais condições ocorria este uso em terras devolutas?
- 7 O que encontraram na área ocupada?
- 8 Qual o número de famílias? De onde as famílias vieram e como se organizaram?
- 9 Havia trabalhadores ou posseiros nas fazendas?
- 10 Quais os principais problemas encontrados nos primeiros dias após a ocupação?
- 11 Houve casos de violência (física ou outro tipo)?
- 12 A implantação do PA Sítio do Meio ocorreu em 1996 (7 anos após a ocupação) e a implantação do PA Cassatinga ocorreu em 2008 (19 anos após a ocupação). Os assentados de Cassatinga ainda não tiveram acesso aos benefícios do PNRA. Falar sobre estes resultados de cada assentamento.
- 13 Na condição de prefeita do município de Itiúba por duas gestões, como avalia a sua atuação, de forma especial, junto aos trabalhadores assentados? Foi possível direcionar ações para estes grupos sociais?
- 14 O que pensa do atual momento político, após ser eleito, no município de Itiúba, um prefeito que também é assentado de Sítio do Meio?